

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAROLINE BARBOSA SOUZA DE OLIVEIRA

**A ECOLOGIA É “*IN LOCO*” E NÃO INTERNACIONAL:**

A participação das empresas de papel-celulose na promoção de um Desenvolvimento  
Sustentável em Três Lagoas (MS)

UBERLÂNDIA  
2020

CAROLINE BARBOSA SOUZA DE OLIVEIRA

**A ECOLOGIA É “*IN LOCO*” E NÃO INTERNACIONAL:**

A participação das empresas de papel-celulose na promoção de um Desenvolvimento Sustentável em Três Lagoas (MS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

**Área de Concentração:** Economia Política Internacional

**Orientador:** Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp

UBERLÂNDIA  
2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48 Oliveira, Caroline Barbosa Souza de, 1992-  
2020 A ECOLOGIA É "IN LOCO" E NÃO INTERNACIONAL [recurso eletrônico] : A participação das empresas de papel-celulose na promoção de um Desenvolvimento Sustentável em Três Lagoas (MS) / Caroline Barbosa Souza de Oliveira. - 2020.

Orientador: José Rubens Damas Garlipp.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.178>

Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. I. Garlipp, José Rubens Damas, 1957, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGR				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 39, PPGR				
Data:	10 de março de 2020	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	11812RIT003				
Nome do Discente:	Caroline Barbosa Souza de Oliveira				
Título do Trabalho:	A ECOLOGIA É "IN LOCO" E NÃO INTERNACIONAL: A participação das empresas de papel-celulose na promoção de um Desenvolvimento Sustentável em Três Lagoas (MS)				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Economia Política Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Trajetórias Neodesenvolvimentistas no Brasil e na Argentina				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1J141, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Helena Margarido Moreira - Anhembi Morumbi; Daniel Caixeta Andrade - UFU; José Rubens Damas Garlipp - UFU; orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). José Rubens Damas Garlipp - UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **José Rubens Damas Garlipp, Professor(a) do Magistério Superior**, em 10/03/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MARGARIDO MOREIRA, Usuário Externo**, em 13/03/2020, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Caixeta Andrade, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/03/2020, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1916640** e o código CRC **7C62E06B**.

---

*Dedico este trabalho aos meus pais,  
Lêda e Amarildo.  
Sem eles nada seria possível.*

## AGRADECIMENTOS

Acredito que a construção do conhecimento, das ideias e dos saberes científicos não ocorre em torres de marfim. Pois, foi através do compartilhamento, da ajuda, das conversas do dia-a-dia e da generosidade que essa pesquisa se desenvolveu. Desse modo, gostaria de agradecer aos meus familiares, professores, amigos e colegas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, pela assistência que recebi durante o período do meu curso de mestrado.

Ao meu orientador, professor José Rubens, por ter aceitado conduzir este trabalho e por ter me dado toda a liberdade para que eu pudesse encontrar um tema de pesquisa com o qual realmente me identificasse.

Aos professores Pedro Henrique de Moraes Cícero e Niemeyer Almeida Filho, pelas valiosas contribuições trazidas por ocasião do exame de qualificação desta dissertação.

Ao professor Daniel Caixeta Andrade, pelas dicas pertinentes para a construção do último capítulo dessa dissertação.

Ao meu colega Natanael, pela revisão no meu projeto de pesquisa inicial. Sua ajuda foi valiosa.

Ao meu colega Gustavo Lagares, pela ajuda com o primeiro capítulo desta dissertação. Sua contribuição foi fundamental.

Por último, gostaria de agradecer aos meus pais. Apesar de todas as dificuldades, sempre investiram em minha educação.

Ao meu irmão Gabriel, pelo carinho e apoio incondicional durante a elaboração desta dissertação.

A toda minha família, que de certa forma sempre esteve presente nos projetos que realizo, me incentivando.

Aos membros da Brasil Soka Gakkai Internacional – BSGI em Uberlândia, que praticamente me adotaram no período em que morei na cidade, meu eterno agradecimento.

No mais, agradeço a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação.

*Bernardo é quase árvore.*

*Silêncio dele é tão alto que os passarinhos  
ouvem de longe*

*E vêm pousar em seu ombro.*

*Seu olho renova as tardes.*

*Guarda num velho baú seus instrumentos de  
trabalho*

*1 abridor de amanhecer*

*1 prego que farfalha*

*1 encolhedor de rios - e*

*1 esticador de horizontes.*

*(Bernardo consegue esticar o horizonte  
usando 3 fios de teias de aranha.*

*A coisa fica bem esticada.)*

*Bernardo desregula a natureza:*

*Seu olho aumenta o poente.*

*(Pode um homem enriquecer a natureza com  
a sua incompletude?)*

*(Manoel de Barros, 1993, p.17)*



## RESUMO

A necessidade de se discutir uma solução para os urgentes problemas ambientais e sociais relacionados à expansão do capital nos últimos anos, foi intensificada à medida que os riscos se tornaram reais para a condição da vida humana no futuro. A criação de um “desenvolvimento sustentável” de caráter global, que acomodasse práticas comerciais mais conscientes vem sendo trabalhada desde o século passado, principalmente, na órbita da política internacional. No entanto, esse modelo de desenvolvimento é abrangente e tem barreiras consistentes para ser aferido cientificamente - medir Desenvolvimento Sustentável é sem dúvida uma tarefa difícil e exploratória. Desse modo, esta pesquisa de dissertação traz uma análise das atuações das empresas de papel-celulose em Três Lagoas (MS), no período de 2008-2018. É verificado se as mesmas cumprem medidas que estimulem, de fato, um desenvolvimento mais verde e inclusivo na região. Para isso, utilizamos dados secundários obtidos por meio de relatórios oficiais, em canais de acesso público, e focamos em uma pesquisa quantitativa e qualitativa para responder à seguinte pergunta: A Fibria e a Eldorado Brasil Celulose promovem um desenvolvimento sustentável em Três Lagoas?. Entendemos que o bem-estar de uma população é uma junção de fatores, porém essas indústrias desempenham grandes influências na economia, na política e no meio ambiente nesse município sul-mato-grossense. Isto posto, a pesquisa realizada permite as seguintes conclusões: a) existem graves falhas de fiscalização dos órgãos públicos ambientais para verificar se estão sendo obedecidas as leis ambientais por parte dessas empresas na região; b) há indícios que possa estar tendo uma contaminação do rio Paraná e congestionamento do sistema viário local, devido as atividades dessas indústrias; c) são poucos os relatórios oficiais que favoreçam a verificação, de fato, do impacto ambiental causado pela Fibria e pela Eldorado Brasil Celulose em Três Lagoas; d) os programas sociais e projetos dessas empresas para o desenvolvimento socioambiental do município são rasos e pouco específicos. Por fim, não existe um planejamento estratégico de desenvolvimento sustentável em Três Lagoas, muito menos um plano futuro caso essas empresas encerrem as suas atividades no município.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Sustentável; Três Lagoas; Fibria; Eldorado Brasil Celulose

## ABSTRACT

The need to discuss a solution to the urgent environmental and social problems related to the expansion of capital in recent years, has intensified as the risks have become real for the condition of human life in the future. The creation of a global “sustainable development”, which accommodates more conscious commercial practices, has been worked on since the last century, mainly in the orbit of international politics. However, this development model is comprehensive and has consistent barriers to be scientifically measured - measuring Sustainable Development is undoubtedly a difficult and exploratory task. Thus, this dissertation research will bring an analysis of the performance of the cellulose paper companies in Três Lagoas (MS), in the period 2008-2018. It is verified whether they comply with measures that, in fact, encourage green and more inclusive development in the region. For this, we used primary and secondary data obtained through official reports, in publicly accessible channels, and focused on quantitative and qualitative research to answer the following question: Do Fibria and Eldorado Brasil Celulose promote sustainable development in Três Lagoas? . We understand that the well-being of a population is a combination of many factors, but these industries have great influences on the economy, politics and the environment in this municipality in Mato Grosso do Sul. That said, the research carried out allows the following conclusions: a) there are serious failures in the inspection of public environmental agencies to verify whether environmental laws are being obeyed by these companies in the region; b) there are indications that there may be contamination of the Paraná River and congestion of the local road system, due to the activities of these industries; c) there are few official reports that favor checking, in fact, the environmental impact caused by Fibria and Eldorado Brasil Celulose in Três Lagoas; d) the social programs and projects of these companies for the socio-environmental development of the municipality are not very specific. Finally, there is no strategic plan for sustainable development in Três Lagoas, much less a future plan instance these companies shut down their activities in the municipality.

**Keywords:** Sustainable Development; Três Lagoas; Fibria; Eldorado Brasil Celulose

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Empregos diretos, indiretos e o efeito renda do setor Florestal Brasileiro, em 2017-2018 .....	81
<b>Figura 2-</b> fluxograma do processo produtivo da celulose.....	86
<b>Figura 3-</b> Localização do município de Três Lagoas (MS) .....	98
<b>Figura 4 -</b> Os principais atores públicos e privados que envolvem a cadeia de papel-celulose em Três Lagoas (MS) .....	99

## LISTAS DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Série histórica de área plantada de árvores de eucalipto por estado (2009-2018)	68
<b>Quadro 2</b> - Conjunto de indicadores de Desenvolvimento Sustentável do relatório da OCDE, UNECE E EUROSTAT (2008)	74
<b>Quadro 3</b> - Os indicadores trabalhados para aferir sustentabilidade	75
<b>Quadro 4</b> - Ranking dos principais produtos sul-mato-grossenses exportados entre 2015-2018, por porcentagem	77
<b>Quadro 5</b> - As três principais cidades exportadoras de Mato Grosso do Sul entre 2015-2018, por porcentagem	79
<b>Quadro 6</b> - A participação Setorial no valor adicionado ao PIB de Três Lagoas entre 2010-2016, por porcentagem	80
<b>Quadro 7</b> - Os projetos socioambientais da empresa Fibria que atingem direta e indiretamente Três Lagoas	101
<b>Quadro 8</b> - Os programas da Eldorado Brasil Celulose que atingem direta e indiretamente Três Lagoas	103
<b>Quadro 9</b> – A proposed small set of sustainable development indicators	127

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Distribuição de área de plantios florestais e pinus, por estado e por tipo de propriedade em 2012 .....	67
<b>Gráfico 2</b> - Distribuição de plantação de eucalipto por estado, em 2018 .....	67
<b>Gráfico 3</b> - Exportações do estado de Mato Grosso do Sul por fator agregado, em 2008-2018 .....	78
<b>Gráfico 4</b> - Geração de postos de trabalhos por ano e ocupação em Três Lagoas, entre 2008-2016 .....	82
<b>Gráfico 5</b> - Remuneração por ano e por ocupação em Três Lagoas, entre 2008-2016.....	83
<b>Gráfico 6</b> - Área de plantios florestais e Florestas nativas pelas associadas individuais da ABRAF por estado, em 2012 .....	90

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Valor adicionado ao PIB/MS por setores da atividade econômica entre 2008-2017, por porcentagem .....	77
<b>Tabela 2</b> - Número de empregos gerados das empresas Associadas da ABRAF, em 2011-2012 .....	81
<b>Tabela 3</b> - Distribuição das áreas de plantios florestais próprios e florestais nativos pelas empresas associadas ABRAF por Estado, em 2010-2012.....	90

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

<b>Fotografia 1</b> - Parque industrial da Eldorado Brasil Celulose em Três Lagoas .....	71
<b>Fotografia 2</b> - Parque industrial da Fibria em Três Lagoas.....	72
<b>Fotografia 3</b> - Emissário de resíduos da empresa Eldorado Brasil Celulose no Rio Paraná...	93

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA EM TORNO DE UM “ECOCAPITALISMO” COMO SOLUÇÃO PARA UM CRESCIMENTO ECONÔMICO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL.....	22
1.1 O DESENVOLVIMENTO VS MEIO AMBIENTE .....	22
1.2 A CRISE AMBIENTAL: INSERÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA POLÍTICA INTERNACIONAL.....	28
1.3 APLICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM SISTEMA DE DESORDEM ....	33
2. - O BRASIL ENTRE O AGRONEGÓCIO E A DEFESA DE UMA POLÍTICA AMBIENTAL GLOBAL .....	43
2.1 A CRISE ECOLÓGICA MUNDIAL: A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NOS FÓRUMS INTERNACIONAIS ATRAVÉS DE UMA POSIÇÃO <i>SUIS GENERIS</i> .....	43
2.2 O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO ENTRE AS ENTRANHAS DE UMA ECONOMIA COLONIAL.....	51
2.2.1 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO: UMA VISÃO DE PROGRESSO SUSTENTÁVEL? .....	55
2.3 OS DESAFIOS DE UM PAÍS AINDA AGROEXPORTADOR: OS OBSTÁCULOS PARA SE TER UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	59
3. – A INSERÇÃO DO CERRADO NO MERCADO MUNDIAL: A PRODUÇÃO DE EUCALPITO NO MATO GROSSO DO SUL E A VINDA DE INDÚSTRIAS DE PAPEL- CELULOSE EM TRÊS LAGOAS .....	62
3.1 - O CERRADO BRASILEIRO: DO DESINTERESSE AO INTERESSE DO CAPITAL .....	62
3.2 – O PLANTIO DE EUCALIPTO EM TERRAS SUL-MATO-GROSSENSIS: UM TERRITÓRIO JÁ DOMINADO .....	65
3.3 – A CONSTRUÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL DE PAPEL-CELULOSE EM TRÊS LAGOAS (MS) .....	69
4. – A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS DE PAPEL-CELULOSE PARA PROMOÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TRÊS LAGOAS (MS).....	73
4.1 – O RÁPIDO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO COMPLEXO EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL DE MATO GROSSO DO SUL .....	76
4.1.1 – A INFLUÊNCIA DO SETOR DA CELULOSE NA ECONOMIA SUL-MATO-GROSSENSE ...	76



4.1.2 – A PARTICIPAÇÃO DO COMPLEXO EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL NA ECONOMIA DE TRÊS LAGOAS .....	79
4.2 – A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS DE PAPEL-CELULOSE NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TRÊS LAGOAS .....	80
4.2.1 A EDUCAÇÃO E O IDH DE TRÊS LAGOAS .....	83
4.3 – O IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELAS EMPRESAS DE PAPEL-CELULOSE EM TRÊS LAGOAS .....	85
4.3.1 - A SUBSTITUIÇÃO DA FLORA NATIVA POR EUCALIPTOS DE ESPÉCIE COMERCIAL....	87
4.3.2 – O IMPACTO SOB ÁGUA: OS RISCOS DE CONTAMINAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS .....	91
4.3.3- A POLUIÇÃO DO AR: O AUMENTO DO TRÁFICO VIÁRIO E EMISSÃO DE ODOR PELAS CHAMINÉS DAS INDÚSTRIAS DE PAPEL-CELULOSE EM TRÊS LAGOAS .....	94
4.3.4 – A CAPACIDADE DO ECOSISTEMA EM ASSIMILIAR TODOS ESSES IMPACTOS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS GERAÇÕES FUTURAS .....	96
4.4 – AS CONTRAPARTIDAS DAS EMPRESAS DE PAPEL-CELULOSE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TRÊS LAGOAS .....	97
4.4.1 – OS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS DAS EMPRESAS FIBRIA E ELDORADO BRASIL CELULOSE EM TRÊS LAGOAS .....	100
4.4.2 – O POSICIONAMENTO DAS EMPRESAS FIBRIA E ELDORADO BRASIL CELULOSE SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) .....	104
4.4.3 – O INTERESSE DO GOVERNO SUL-MATO-GROSSENSE E DA PREFEITURA DE TRÊS LAGOAS PARA QUE AS EMPRESAS DE PAPEL-CELULOSE ATUEM NA REGIÃO .....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	113
APÊNDICE A - CONJUNTO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RELATÓRIO DA OCDE, UNECE E EUROSTAT (2008) .....	127
APÊNDICE B – NOTA OFICIAL DA FIBRIA SOBRE A EMISSÃO DE DEJETOS PELO SEU EMISSÁRIO DA EMPRESA NO RIO PARANÁ.....	128
APÊNDICE C – A POSIÇÃO DA EMPRESA FIBRIA SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	129

## INTRODUÇÃO

A necessidade de se discutir uma solução para os problemas ambientais e sociais urgentes relacionado pela expansão do capital nos últimos anos, foi intensificado à medida que os riscos se tornaram reais para a condição de vida humana no futuro. A criação de um “desenvolvimento sustentável” de caráter global, que acomodassem práticas comerciais mais conscientes vem sendo trabalhada desde o século passado, principalmente, na órbita da política internacional. No entanto, o modelo de produção que se estabeleceu no mundo funciona pela desigualdade e depende, sobretudo da exploração dos recursos naturais numa proporção desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade, liberando emissões tóxicas no ar, nas águas e nos solos, e, portanto, também na biosfera (ALTVATER, 1995, p. 29).

A estrutura internacional é baseado em relações assimétricas, ou seja, as riquezas das nações ricas condicionam a miséria das nações pobres, onde, os regimes do dinheiro e das matérias-primas são regulados para que as vantagens e desvantagens, uma vez estabelecidas, sejam consolidadas na concorrência internacional e permaneçam (ALTVATER, 1995, p. 309).

Desse modo, a periferia mundial sem recursos financeiros tende a sofrer mais com as consequências sob o ecossistema e as catástrofes naturais, como também, acabam ficando refém de um sistema que impedem o desenvolvimento igualitário entre os países. Assim, permanecem em uma estrutura econômica de baixa capacidade tecnológica, tendo como principais setores aqueles ligados ao extrativismo, comercialização de *commodities* e produtos agrícolas – típico de uma economia colonial.

Dentro desse contexto, o Brasil apesar de ser uma economia emergente ainda apresenta grandes obstáculos sociais e ambientais a serem enfrentados. A falta de um planejamento socioeconômico há tempos no país, revela um cenário com problemas em infraestruturas (portos, estradas e logística), corrupção elevada, desigualdade social, baixos níveis de investimentos público e privado em inovação e educação. O que de certa forma atrapalha o país seguir rumo ao um desenvolvimento mais verde e inclusivo (BANCO MUNDIAL, 2017).

Mais que isso, o Brasil ainda tem no agronegócio o seu principal setor econômico, destacando-se a comercialização de *commodities* agrícolas. Esse setor produtivo tem grande influência na política do país; a bancada ruralista é um dos mais poderosos grupos de *lobby* dentro do Congresso Brasileiro, fazendo pressão no afrouxamento do Código Florestal,

flexibilização nas demarcações de terras indígenas e medidas que possam favorecer as práticas comerciais desse segmento.

A agroindústria vem surgindo como uma alternativa na tentativa de conciliar os interesses do agronegócio brasileiro com uma incrementação industrial, haja vista que, apenas 30% da produção agrícola dos países em desenvolvimento passa por um processamento industrial, já nos países de economia desenvolvida 98 % da sua produção agrícola é processada (ONU, 2019). Isso indica a existência de grandes oportunidades de negócios na área rural para os países em desenvolvimento. Abrindo novamente a discussão a respeito do papel do campo na inserção social e econômica.

A celulose brasileira que vem da transformação do eucalipto, é um exemplo claro de agroindústria de alta capacidade produtividade no Brasil. Dentro desse mercado o município de Três Lagoas (MS) é um dos proeminentes polo desse ramo, onde situa-se empresas de alto valor de mercado como a Fibria e a Eldorado Brasil Celulose, além de uma enorme base florestal de eucalipto próximo a sua região. Fomentando uma cadeia produtiva que vem se consolidando cada dia mais no estado de Mato Grosso do Sul e, assim, consegue atingir grandes mercados internacionais, como asiático e europeu.

Nesse sentido, esta dissertação de mestrado irá investigar as contrapartidas da Fibria e Eldorado Brasil Celulose para promoção de um desenvolvimento sustentável em Três Lagoas, entre o período de 2008-2018. Analisando se essas empresas de Papel-Celulose cumprem medidas que estimulem, de fato, a inclusão da população local nessa dinâmica econômica e se adotam práticas que não agridam o meio-ambiente, preservando-o.

Esta pesquisa reuniu uma série de dados primários e secundários obtidos por meio de relatórios oficiais e canais de acesso público tanto federal como estadual. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, principalmente, para entender como foi construído o conceito de “desenvolvimento sustentável” na literatura e quais são as implicações para o funcionamento desse modelo econômico dentro de uma estrutura capitalista mundial. E, portanto, assim, respondendo as seguintes perguntas: é possível conciliar os preceitos da ecologia com as práticas comerciais atuais? Quais são os principais obstáculos brasileiros para seguir rumo ao um desenvolvimento sustentável? As empresas Fibria e Eldorado Celulose, se utilizam de um marketing verde ou realmente estão adotando medidas que impactam de forma positiva nas questões ambientais e sociais em Três Lagoas?

Para responder tais questionamentos iniciamos o 1º capítulo fazendo um apanhado histórico e literário a respeito do crescimento econômico no mundo na era moderna, observando como se deu o progresso dos países ricos e qual a sua relação com a destruição do

meio ambiente e a desigualdade mundial. Apontamos, nesta parte, que o processo de crescimento econômico e o desenvolvimento no espaço global teve um caráter desregulamentado e desigual. No entanto, um ponto em comum é que a maioria dos países se apoiaram na exploração do meio ambiente para aumentar as suas riquezas. A economia mundial expandiu de maneira exacerbada causando consequências sérias na degradação ambiental, além do aumento da desigualdade no mundo. A partir da década 1970 em diante, houve uma série de eventos internacionais para tratar os problemas ecológicos e sociais urgentes da humanidade. Um dos resultados dessas conferências foram a conceitualização do termo “desenvolvimento sustentável”.

Posto isto, esta pesquisa conclui que a criação desse modelo de desenvolvimento na ótica da política internacional dominante, tem uma narrativa mais severa sobre as condições de produção e o impacto ecológico gerado pela região do Sul Global. Muitas vezes, essa narrativa apresenta uma definição abrangente sobre o que é sustentabilidade e, acaba sendo usada e entendida de diferentes formas praticamente no mundo todo (O’CONNOR, 2000). Dessa maneira, o termo “desenvolvimento sustentável” passa a se tornar um campo cada vez mais importante na luta ideológica e política, bem diferente de uma defesa ecológica e social consistente.

Há existência de um ecocapitalismo é sem dúvida um debate controverso, principalmente, na literatura e, dessa forma, iniciamos o segundo capítulo espiculando os obstáculos para se ter uma economia verde no Brasil. Com isso, fizemos um mapeamento da participação do país nos principais fóruns internacionais dentro dessa temática e, assim, vimos como é difícil a sua tarefa de internalizar os compromissos que assume no nível global.

Discutimos, também, as características históricas do desenvolvimento econômico brasileiro, os percalços enfrentados de uma nação ainda refém da exportação de *commodities*. Concluimos que o Brasil na hora de escolher entre o seu crescimento econômico e a preservação ambiental, prefere optar pelo fortalecimento do seu principal segmento de alta produtividade - o agronegócio. No mais, o país ainda apresenta grandes dificuldades para se desvencilhar de uma economia primária, não investem em inovações, educação e em outras formas produtivas mais limpas. Além disso, não tem um orçamento público para gastos destinados às políticas ambientais.

Por conseguinte, entramos no terceiro capítulo abordando a influência do agronegócio para a inserção do cerrado no mercado mundial. Notamos, como que antes as terras desse bioma eram consideradas improdutivas para o manejo agrícola de larga escala e, como no passar dos anos se tornou uma das principais regiões do Brasil na produção de grãos, entre

outros produtos agrícolas. Diante disso, analisamos o papel do capital privado e internacional, políticas de incentivos e a introdução da tecnologia nas lavouras para transformar esse solo em um mercado lucrativo. Como foi caso de Mato Grosso do Sul, ao longo dos anos o estado recebeu estímulos para produção de eucalipto o que proporcionou a consolidação de uma cadeia produtiva em volta dessa madeira e, conseqüentemente, atraiu a vinda de grandes empresas desse ramo para Três Lagoas (MS). Concluímos que o complexo eucalipto-celulose-papel de Mato Grosso do Sul é controlado pela Fibria e Eldorado Brasil Celulose, que receberam e ainda recebem respaldos e incentivos fiscais tanto do governo estadual como da prefeitura de Três Lagoas, para continuar as suas atividades no estado. Dessa maneira, essas empresas dominam uma grande parte da plantação de eucalipto neste território e, portanto, perpetuam o seu poder financeiro no local.

No quarto e último capítulo desta dissertação fizemos uma investigação sobre as contrapartidas socioambientais das empresas Fibria e Eldorado Celulose, bem como as suas contribuições para o desenvolvimento sustentável em Três Lagoas, entre o período de 2008-2018. Todavia, reconhecemos que aferir sustentabilidade cientificamente é uma tarefa extremamente complicada, visto que, alguns dos indicadores previstos nesse conceito de análise podem ser medidos monetariamente e fisicamente, já outros não terão uma medida certa - precisando ser levando em consideração as especificidades de cada caso.

Dentro dessas circunstâncias apresentadas, a pesquisa do quarto capítulo foi dividida em quatro pilares fundamentais para se aferir desenvolvimento sustentável, indicado pela Nações Unidas e pelo IBGE; que são: econômico, ambiental, social e institucional. Foi reunido uma série de dados secundários e, feito uma análise quantitativa e qualitativa com objetivo descritivo para verificar a sustentabilidade das atividades das empresas de papel-celulose em Três Lagoas. Não obstante, pesquisamos também a atuação do governo estadual de Mato Grosso do Sul e o seu papel desempenhado na fiscalização do cumprimento das normas ambientais por parte dessas indústrias na região.

Por fim, concluímos que há indícios que possa estar tendo uma contaminação do rio Paraná e congestionamento do sistema viário local ocasionado pelas atividades dessas indústrias de papel-celulose em Três Lagoas, essas suspeitas foram levantadas pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul. Existem graves falhas de fiscalizações dos órgãos ambientais públicos, tanto federal como estadual, para verificar se está sendo obedecidos as leis ambientais por parte dessas empresas no município. Pois, ainda são poucos, para não falar inexistentes, os relatórios oficiais que verifiquem de fato o impacto ambiental causado por essas indústrias em Três Lagoas, o que se tem é apenas estudos para

obter o licenciamento ambiental e o certificado florestal para a Fibria e Eldorado Brasil Celulose atuar nessa região.

Já os programas sociais e projetos dessas empresas para o desenvolvimento do município são rasos e pouco específicos em relação ao tamanho das suas atividades empregadas nesse território. Não existe um planejamento estratégico de desenvolvimento sustentável em Três Lagoas, muito menos, um plano futuro caso essas empresas fechem as suas portas ou mudem para outro lugar. Assim, permanecem iludidos pelos resultados econômicos alcançados por essas empresas no estado, que, no entanto, nem sequer atingem toda a população três-lagoense, apenas uma classe minoritária. O município ainda apresenta uma baixa mobilidade urbana, problemas com infraestrutura de lazer e turismo.

É importante que a imagem sobre a natureza não seja aquele formando pelo capital. A consciência ecológica precisa ser trabalhada no local e com a população que lá vivem, sem dúvida esse é um dos caminhos sólidos para construir um mundo mais verde através da força das pessoas e na evolução de uma sociedade melhor. Para tanto, é fundamental que haja uma maior consciência coletiva.

## 1. A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA EM TORNO DE UM “ECOCAPITALISMO” COMO SOLUÇÃO PARA UM CRESCIMENTO ECONÔMICO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

Neste capítulo será feito um breve apanhado histórico e literário a respeito do crescimento econômico no mundo na era moderna, observando como se deu o desenvolvimento socioeconômico dos países ricos e a sua relação com a destruição do meio ambiente e a desigualdade mundial. Analisa-se como surgiu o conceito “desenvolvimento sustentável” no debate da política internacional, para, ao final, investigar a possibilidade da aplicação desse tipo desenvolvimento, de caráter verde e inclusivo, dentro do modelo capitalista e para todos países.

### 1.1 O DESENVOLVIMENTO VS MEIO AMBIENTE

A teoria econômica fisiocrata do século XVIII ensejou o campo de estudos da economia clássica e da economia política, partindo do pressuposto de que a produção agrária era o caminho que as nações deviam seguir para gerar suas riquezas. Já nessa época, os fisiocratas demonstravam preocupações na relação entre o crescimento econômico e os recursos naturais. Para eles, as riquezas de uma nação constituem-se dos recursos naturais acessíveis em seu território e no controle dos mesmos em outros países (OLIVEIRA, 2012). Dentro dessa linha de pensamento, Adam Smith (1776) foi um dos pioneiros que elucidou como funciona uma economia moderna em termos de especialização e da divisão do trabalho. Para ele, a busca pessoal dos homens pelos seus interesses acaba motivando as transações comerciais e, com isso, influencia as estruturas econômicas e a divisão do trabalho. O Estado de Direito e a economia de mercado desempenhariam papéis centrais para garantir a iniciativa privada e o capital humano que, por sua vez, acabam sendo revertidos em investimentos em educação e saúde.

Embora a crença do liberalismo clássico desde Bernard de Mandeville à Adam Smith defenda que a realização dos interesses individuais conduz ao aumento dos benefícios públicos, ignora-se que essas mesmas realizações pessoais, tragicamente, também conduzem à destruição das bases comuns da vida (ALTVATER, 1995, p. 134). Não obstante, no contexto no qual Adam Smith estava inserido, o mundo era praticamente rural e apoiado quase que exclusivamente no sistema de subsistência. Desse modo, a concepção do

liberalismo clássico sobre o desenvolvimento das nações é entendida como um sinônimo de crescimento econômico.

Keynes (1930, p. 2) observou que durante o período anterior a Cristo (do qual se têm registros) até o começo do século XVIII, não houve grandes mudanças no estilo de vida do homem comum que vivia nas grandes civilizações, além das guerras, pestes, dos intervalos do ouro e da fome. A falta de transformações expressivas nesse longo período é atribuída por Keynes à notável ausência de melhorias técnicas importantes e do fracasso do capital em acumular-se. As intervenções técnicas que ocorrem na era pré-histórica, por sua vez, comparadas às que ocorreram na era moderna são expressivamente notadas.

[...] quase tudo o que realmente importa e que o mundo possuía no início da era moderna já era conhecido pelo homem no início da história. Linguagem, fogo, os mesmos animais domésticos que temos hoje, trigo, cevada, a videira e a oliveira, o arado, a roda, o remo, a vela, o couro, o linho e o tecido, tijolos e panelas, ouro e prata, cobre, estanho e chumbo e ferro foram acrescentados à lista antes de 1000 AC - banca, política, matemática, astronomia e religião. Não há registro de quando possuímos essas coisas pela primeira vez (KEYNES, 1930, p. 2, tradução nossa<sup>1</sup>).

O período das intervenções tecnológicas e das inovações técnicas definido por Keynes (1930) como o início das grandes mudanças da civilização humana, marca também o período das consequências impreteríveis em relação a substituição da força produtiva do homem pelos maquinários. As máquinas se fortalecem no sistema capitalista (OLIVEIRA, 2012). A discussão a respeito da evolução tecnológica ter ou não um papel positivo no progresso da civilização humana, tem sido um dos pontos comumente debatidos na literatura. É inegável que ela foi responsável pela expansão da economia mundial, assim como pode ser ligada a eventos de degradação ambiental. Sachs (2017) acredita que a evolução tecnológica pode ter pontos negativos, como por exemplo, a queima do carvão, antes símbolo da Revolução Industrial, e hoje, um gerador da crise ambiental. Por outro lado, pode ter pontos positivos, como a fomentação de novas fontes de energia sustentáveis, como a energia eólica e a solar.

Dentro dessa lógica, Furtado (1998, p. 18) é mais cético e abrangente ao argumentar que é ingênuo imaginar que os problemas dessa ordem serão resolvidos necessariamente pela evolução tecnológica, como se o avanço desse processo não tivesse contribuído para agravar

---

<sup>1</sup> No original: Almost everything which really matters and which the world possessed at the commencement of the modern age was already known to man at the dawn of history. Language, fire, the same domestic animals which we have to-day, wheat, barley, the vine and the olive, the plough, the wheel, the oar, the sail, leather, linen and cloth, bricks and pots, gold and silver, copper, tin, and lead-and iron was added to the list before 1000 B.C.-banking, statecraft, mathematics, astronomy, and religion. There is no record of when we first possessed these things



as mazelas atuais. Para ele, essa não é uma pauta para se especular teoricamente - se a ciência e a técnica capacitam o homem para resolver este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se justamente de compreender que a “criação de valor” no mundo tem como contrapartida processos irreversíveis sobre o mundo físico, cujos danos tratamos de desconsiderar.

Contudo, é evidente que a partir da primeira Revolução Industrial o mundo arrancou em direção a um crescimento econômico expressivo com novas formas de produção e organização produtiva, além da expansão do comércio internacional e do rendimento mundial. A indústria substituiu parte da agricultura e trouxe consigo novas tecnologias e inovações – a máquina a vapor, a fiação, a tecelagem mecanizada e a produção de aço em grande escala – que foram certamente fundamentais no desenvolvimento econômico e necessárias em muitas interligações econômicas, tais como: a urbanização, crescimento das cidades, transporte e comércio internacional (SACHS, 2017).

Ademais, o início da primeira Revolução Industrial marcou o período em que o homem buscou no meio ambiente os recursos naturais necessários para obter energia e, assim, fomentar as inovações tecnológicas. Nesse sentido, a produção capitalista industrial também pode ser dimensionada pela transformação tecnológica dos recursos naturais. Os processos de formação e regeneração desses recursos, muitas vezes, são deixados de lado pelas concepções teóricas e pela literatura (ALTVATER, 1995). Furtado (1998, p. 17) relembra que, embora seja um processo que passa despercebido pelos economistas, foi a partir da primeira revolução industrial que nossa civilização humana assumiu um caráter predatório na criação do valor econômico, que provocou processos irreversíveis de degradação do mundo físico.

Posto isto, foi na Grã-Bretanha que se iniciou o primeiro processo de industrialização, para mais tarde ser difundido como modelo para aqueles países que desejam igualmente lograr economicamente. Respalhada pelo seu poder de nação hegemônica na época, passou, então, a defender o *laissez-faire* como alternativa concisa para se alcançar um crescimento econômico vide exemplo próprio. No entanto, tal narrativa omitiu como se deu o nascimento e o fortalecimento das primeiras indústrias britânicas. List (1885) observou que a Grã-Bretanha foi o primeiro país a incrementar a sua habilidade de fomentar a indústria nascente, habilidade essa que, ao seu ver, é o princípio em que se escora a maior parte dos países que conseguiram prosperar. Mais tarde, foram os Estados Unidos que melhor captaram a experiência inglesa com as suas indústrias nascentes (CHANG, 2004).

A política do livre comércio coincidiu com a Grande Depressão e foi provavelmente a sua causa central. Por outro lado, o protecionismo foi certamente o principal fator no

desenvolvimento da maioria dos países desenvolvidos de hoje, pois os seus milagres econômicos não foram conseguidos pelo *laissez-faire*, mas sim, contra ele (HOBSBAWM, 1995, p. 551). Outrora List (1885) argumentou que o motivo dos países ricos defenderem o discurso a favor do *laissez-faire*, é simplesmente o fato de que um sistema mundial desigual favorece a acumulação de riqueza de suas economias (CHANG, 2004). O ambiente do livre comércio beneficia os exportadores de produtos agrícolas e de *commodities* dos países menos desenvolvidos e, assim, a economia mundial passa ser movida pelo fornecimento de matérias primas dos países pobres para os países ricos.

O desenvolvimento no espaço global ocorreu de modo extremamente descontínuo e não simultâneo nas diversas nações e regiões do mundo (ALTVATER, 1995, p. 21). Uma grande parte delas teve que esperar depois da segunda Guerra Mundial para alcançar um crescimento econômico moderno. Ainda assim, restou uma parcela de países que tiveram as suas participações econômicas retidas sob jugo colonial. Os grandes ciclos de mudanças tecnológicas notadamente não atingiram o mundo de forma proporcional; algumas nações conseguiram se estabelecer como líderes tecnológicos enquanto outras não (SACHS, 2017). O desenvolvimento do capitalismo na era moderna, conforme previsto por Marx e Engels (1848), não necessariamente produz progresso, sobretudo para a região do sul global.

Ao longo dos processos de expansão da economia global e do desenvolvimento dos países, a modernização e a industrialização fundamentaram as narrativas das políticas desenvolvimentistas dos Estados, sejam elas vistas como executáveis no ambiente global (teorias da modernização), sejam elas consideradas não realizáveis em face às relações de dominação e do mercado (teorias da dependência). A sua alusão foi constituída por uma ordem econômica, social e política, cuja estrutura e dinâmica foi formada nos últimos séculos a partir dos ditames das sociedades desenvolvidas da Europa e da América do Norte (ALTVATER, 1995, p. 64).

Por conseguinte, isso refletiu no último quarto do século XX com o questionamento a respeito das práticas e trajetórias dos países ricos e seus modelos societários poderem ser universalizados. Mais precisamente, se o consumo de uma minoria da humanidade, que expressamente vive em países altamente industrializados, poderia estar disponível às grandes massas de população em rápida expansão no chamado Terceiro Mundo ou países do Sul Global. Para Furtado (1998, p. 14) essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do “mito do progresso”, ou seja, um elemento fundamental na ideologia diretora da revolução burguesa na qual a sociedade industrial se criou.

O desenvolvimento socioeconômico é visto por diversos autores como um processo de evolução das forças produtivas. Referindo-se, sobretudo, ao aumento do capital e das inovações tecnológicas que poder ser confundido, ideologicamente, como um sinônimo de modernização e progresso (OLIVEIRA, 2012). Dentro dessa perspectiva, a visão do positivismo científico passou, então, a designar esse progresso como um constante ideal de superação, definindo como crescer, aumentar, incrementar; isto é, como sinônimo de amadurecimento, de avanço e prosperidade (OLIVEIRA, 2012, p. 120). E isso foi difundido para todas as regiões do mundo.

A partir da década de 1960 os países em situação pós-colonial e de economias em desenvolvimento passaram a ser uma questão importante a ser tratada cientificamente. O tema “economia do desenvolvimento” reuniu diversos estudiosos para tentar examinar as condições necessárias dos países pobres para alcançarem o mesmo progresso dos países ricos. Com uma abordagem histórica particularmente inspirada nas experiências dos países desenvolvidos, diversos autores formularam teorias, entre elas: a teoria dos “estágios de desenvolvimento econômico” de Arthur Lewis, Walt Rostow e Simon Kuznets (1974). Outra tese, a do “desenvolvimento tardio”, do historiador econômico russo-americano Alexander Gerschenkron, foi elaborada com base na experiência da industrialização europeia e serviu como apoio para outros trabalhos, como de Hirschman (1958) sobre economia do desenvolvimento, além de influenciar o texto clássico de Kindleberger (1958) (CHANG, 2004, p. 20).

Na América Latina essa literatura se delimitou na escola de pensamento da CEPAL e mais tarde no debate da teoria da dependência e no seu desdobramento teórico. Os estudiosos latino-americanos da corrente cepalina tinham como objetivo analisar a participação da América Latina (a periferia) em um sistema internacional desigual, incentivando esses países a fortalecer as suas indústrias nacionais. Raúl Prebisch trouxe o conceito da “troca desigual”, observando as relações comerciais dos países latino-americanos que exportam *commodities* e, em troca, importam mercadorias manufaturadas, daí o desequilíbrio estrutural desse “termo de troca”, pois o valor pago pela *commodity* tende a baixar frente às importações de mercadorias manufaturadas (FLOTO, 1989; PALMA, 1978).

Desse modo, o mundo aparentemente unificado é de fato um mundo dividido, de modo que o desenvolvimento e o processo de crescimento econômico no espaço global tiveram um caráter desregulamentado e desigual. E, um ponto em comum, é que a maioria dos países do mundo se apoiaram na exploração do meio ambiente para aumentar a sua capacidade produtiva e riqueza. Conforme observado por Hirschman (1958), os efeitos

externos negativos, como a destruição da biodiversidade, danos à saúde, efeitos aglomerações urbanas etc., foram os resultados negativos da industrialização na Europa. Já nos anos de 1950, ele acreditava que nenhum processo de desenvolvimento poderia ser acelerado sem considerar aos efeitos negativos sobre o ecossistema (ALTVATER, 1995, p. 127).

Por essa razão é que, no debate da questão ambiental e suas políticas de desenvolvimento, aqueles que defendem que a miséria, a falta de eficiência e participação ou a ausência de instituições da sociedade civil seriam responsáveis pelos danos ao meio ambiente, acabam esquecendo de observar que a pobreza é apenas o reverso dessa afluência e que as relações caóticas constituem somente o outro lado da coerência dessa ordem. Se considerarmos que a concepção de "sustentabilidade" é um princípio de relacionamento harmonioso entre o homem e a natureza nas transformações materiais e energéticas; esse princípio é ameaçado quando a eficiência econômica ocorrer em detrimento do meio ambiente, pela diminuição de custos, em atendimento às restrições orçamentárias e às imposições objetivas do mercado mundial (ALTVATER, 1995, p. 295). Com efeito, seria possível que o crescimento econômico dos países respeitasse o meio ambiente, ainda que a história nos mostre uma realidade completamente oposta?

O desenvolvimento socioeconômico dos países precisa ser entendido e defendido como um sistema coerente com aumento da produtividade, equilíbrio social da renda, formas duradouras de utilização dos recursos naturais e uma administração inteligente dos riscos, e não apenas medido pelo PIB per capita ou pela capacidade industrial. Pois, o desenvolvimento e a natureza “encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social” (ALTVATER, 1995, p. 26). Como bem assinala Sachs,

Qual a relação destes níveis de desenvolvimento com coisas como a saúde, o bem-estar e a felicidade, conceitos que não são diretamente quantificados pelo PIB per capita? Que podem fazer os países de baixos rendimentos para melhorar os padrões de vida e alcançar um crescimento econômico suficientemente rápido que lhes permita diminuir substancialmente a divergência com os países mais ricos? Esta última questão, evidentemente, é um dos principais desafios políticos do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2017, p. 62-63).

Segundo Furtado (1998, p. 74), o sistema capitalista tende a ignorar as consequências ambientais e sociais que produz. Além disso, o modelo de consumo predominante nos países desenvolvidos é incabível de ser repassado para os países pobres, onde acaba afetando principalmente na preservação ambiental e na diminuição da desigualdade. Esse modelo de

vida condicionado pelo privilégio de uma minoria, conseqüentemente, reflete na degradação do mundo físico.

Para Keynes (1930, p. 7), o ritmo para podermos alcançar nosso destino de felicidade econômica será governado por quatro coisas: o nosso poder de controlar a população; a nossa determinação de evitar guerras em dissensões civis; a nossa disposição de confiar à ciência a direção daqueles assuntos que são propriamente a preocupação da ciência; e o controle da taxa de acumulação fixada pela margem da nossa produção e consumo; esses dois últimos cuidarão facilmente de si mesmos, dados os três primeiros. Entretanto, após a Segunda Guerra mundial o mundo registrou uma expansão populacional exorbitante, novas regiões expandiram a sua capacidade produtiva, aumentando o consumo.

Ademais, a partir da década de 1970 as preocupações com a forma de crescimento econômico que o mundo estava tendo, a qual não condizia com os limites dos recursos naturais do planeta Terra, fizeram com que essas questões entrassem na agenda da política internacional de maneira intensificada, como jamais visto antes. Os problemas ambientais e sociais passaram a ser mais perceptíveis no mundo com aumento da pobreza e da população mundial. Apesar disso, foram justamente o fordismo<sup>2</sup> e, mais recentemente, o pós-fordismo<sup>3</sup>, os padrões de desenvolvimento que se consolidaram globalmente: um modelo de produção e consumo de massa (ALTVATER, 1995, p. 64).

## 1.2 A CRISE AMBIENTAL: INSERÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Após a Segunda Guerra Mundial o mundo teve uma espantosa explosão demográfica que mudou e continua mudando o equilíbrio da população mundial. Regiões do terceiro mundo, tais como a África e a Ásia, tiveram um aumento exorbitante dos seus habitantes. Semelhantemente às regiões desenvolvidas, que desde a primeira revolução industrial possivelmente desde o século XVI, tiveram a sua população dobrada (HOBSBAWM, 1995, p. 419).

De acordo com Furtado (2000), nesse período subsequente iniciou-se uma intensa reflexão a respeito do modelo de desenvolvimento que vinha ocorrendo no mundo, além de

---

<sup>2</sup> Fordismo: Termo criado por Henry Ford em 1914, para designar um sistema de produção de bens padronizados em massa. Onde racionaliza a produção através de inovações técnicas e organização afim de produzir mais com menos custo.

<sup>3</sup> Ao contrário do modelo fordista, o modelo pós-fordista centraliza a sua produção em torno na flexibilidade, tendo uma maior maleabilidade na mudança do produto, assim como no modo de produção industrial

uma tomada de consciência sobre a realidade do atraso econômico em que vivia grande parte da humanidade (OLIVEIRA, 2012). A década de 1960 foi um período de emersão dos movimentos ecológicos, que se propuseram a questionar o estilo de vida consumista, sobretudo em relação à “destruição do meio ambiente”; e, por sua vez, abrangeram outras questões como o desmatamento, o uso de agrotóxicos, a extinção das espécies e a crítica ao *american way of life* (OLIVEIRA, 2012, p. 123). Mesmo assim, a economia mundial continuou se expandindo sem considerar essas questões seriamente. Empresas multinacionais cruzaram fronteiras a fim de aumentar a sua produção e exportaram as suas fábricas para países pobres com intuito de maximizar os seus lucros, os quais esses aproveitaram para se industrializar nesse momento.

A partir desse cenário, ficaram perceptíveis as consequências sobre o meio ambiente, além do aumento da desigualdade no mundo. A exploração dos recursos naturais e o crescimento populacional passaram a ser temas debatidos na política internacional neste período. Em 1972 as Nações Unidas organizaram a primeira conferência para tratar desse assunto. A Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, que ocorreu em Estocolmo, tinha como principal objetivo alertar que o tipo de crescimento econômico adotado em todo o mundo não condizia com os limites dos recursos naturais e advertindo que se tais práticas não fossem alteradas, poderiam acarretar em um colapso socioeconômico no século XXI. A Conferência de 1972 foi o primeiro grande evento mundial que abriu espaço para tratar dessa matéria cientificamente na política internacional. O livro “Limites do Crescimento” (1972) de *Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III*, foi um divisor de águas na discussão desse tema, abordando questões que antes eram desconsideradas nas análises.

Conforme aponta Furtado (1998, p. 17), a importância desse estudo feito pelo Clube de Roma<sup>4</sup> reside justamente no fato de que "nele foi abandonada a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais". Além disso, Furtado relembra que não houve nenhuma menção a respeito da crescente dependência dos países industrializados em relação aos recursos naturais, muito menos, das consequências dessa exploração em outros países. A novidade que torna interessantes as análises presentes no referido livro é de propor a seguinte reflexão: o que acontecerá se o desenvolvimento econômico que está sendo

---

<sup>4</sup> Clube de Roma: é um grupo de pessoas renomadas que tem como propósito discutir assuntos relacionados a política, economia internacional e o meio ambiente. Foi fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurélio Pecchi e pelo cientista escocês Alexander King. Ficou conhecido quando em 1972 financiou o estudo “Os Limites do Crescimento”, dirigido por uma equipe do MIT chefiado por Donella Meadows.

proposto para civilização humana chegar efetivamente a concretizar-se, ou, se os atuais modelos de vida dos povos ricos chegarem verdadeiramente a universalizar-se?

Furtado (1998) acredita que a generalização do modo de vida da população dos países mais ricos para os países mais pobres é incompatível, pois é um modelo de desenvolvimento insustentável para ser copiado. Caso isso acontecesse, resultaria em um grande risco para própria existência humana na Terra. A solução encontrada no “Limites do Crescimento” não foi expressar que a riqueza mundial devia ser distribuída, mas defender que é necessário haver um maior controle sobre o tipo de crescimento que está ocorrendo no mundo, especificamente nas nações pobres. De acordo com Meadows et al. (1972), essa situação desencadearia um aumento na pressão sobre os recursos naturais não-renováveis no planeta Terra.

Diante disso, logo após a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo, foi criado o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Pnuma, com objetivo de institucionalizar essas preocupações ambientais mencionadas na agenda da política internacional dos países. O início desse programa deparou-se com assertivas equivocadas diante da matéria que se pretendia estabelecer. Muitas dessas dúvidas eram em relação do processo de desenvolvimento dos países do Sul ser ou não o maior responsável pela degradação da natureza. Desse modo, os líderes do Norte assumiram o papel de criar normas para salvaguardar o meio ambiente dessas ameaças, o que fez o resto do mundo enxergar com desconfiança a criação de uma instituição com objetivos ambientais construídos a partir da percepção do Norte. Já o Pnuma, que outrora poderia se transformar em um órgão institucionalizado, continuou sendo apenas um programa com sede em Nairóbi (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004).

Pelo fato do seu nascimento indesejado, mas principalmente por uma grande inversão de tendências nas décadas seguintes, o Pnuma nunca teve o papel importante no cenário internacional. Primeiro, passaram-se muitos anos até que sua existência fosse reconhecida de fato. Segundo, alguns países do Sul, principalmente africanos, começaram a usar o Pnuma como fórum de debate deles, e a inversão foi que o Sul se pôs a militar por um papel de desenvolvimento para o Pnuma, em sintonia com o contexto internacional da época, isto é, na exigência por uma nova ordem econômica internacional pouco antes da chamada "década perdida". Aos poucos, o Pnuma foi "colonizado" pelos países do Sul, e foi literalmente "esvaziado" pelos países financiadores, como também ocorreu com outras OI's, como a Unctac, Unido e Unesco. Além disso, a questão ambiental foi adotada por várias outras OI's, com mandatos diferentes e, às vezes, até programas concorrentes (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p. 116).

A necessidade de uma coordenação global multiplicou as organizações internacionais mais rápido do que nunca durante as décadas de crise da segunda metade do século XX. Em

meados da década de 1980, já havia 365 organizações intergovernamentais e nada menos que 4615 não governamentais, ou seja, mais de duas vezes do que na década de 1970. Além disso, a ação global em torno dos problemas como a conservação e o meio ambiente estava cada vez mais reconhecida como algo urgente. Contudo, os únicos procedimentos formais para consegui-lo foram os tratados internacionais assinados e ratificados separadamente pelos Estados-nação soberanos, que, por sua vez, eram procedimentos lentos, desajeitados e inadequados, conforme ficou demonstrado pelos esforços para preservar o continente antártico e proibir permanentemente a caça às baleias (HOBSBAWM, 1995, p. 419).

A taxa de crescimento econômico na segunda metade do século XX continuava acelerada, gerando consequências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural do planeta Terra e nas condições de vida da raça humana. Além disso, o ritmo em que a tecnologia se desenvolveu na sua capacidade de transformar o meio ambiente, causa e causará maiores impactos a serem medidos no futuro (HOBSBAWM, 1995, p. 547).

Dessa maneira, o termo “desenvolvimento sustentável” nasceu com objetivo de elaborar uma alternativa de crescimento econômico de caráter mais sustentável e inclusivo, defendendo a adoção de políticas conscientes tanto dos governos dos Estados como das empresas multinacionais. Foi no relatório da Comissão Mundial sobre Ambiente (CMAD) de 1987 que esse termo se popularizou. A Comissão Brundtland liderada pela política *Gro Harlem Brundtland* trouxe aquela que seria a definição utilizada até os dias de hoje:

[...] O Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (Comissão Brundtland, *Nosso Futuro Comum* 1987, tradução nossa<sup>5</sup>).

O relatório da Comissão Brundtlan, cujo título sugestivo é “Nosso Futuro Comum” (1987), defendeu a possibilidade de alinhamento das questões ambientais e sociais com os interesses econômicos. Sob a ordem ideológica vigente da época, o neoliberalismo, defendeu-se ainda a possibilidade de um crescimento econômico global sem afetar os recursos naturais não renováveis, contrapondo assim aquilo que o estudo “Limites do Crescimento” (1972) apresentou. O relatório acabou lançando a ideia que todos são capazes de se desenvolver e preconizar um futuro comum dentro do sistema capitalista: o que seria adoção de um desenvolvimento sustentável conjunto (OLIVEIRA, 2012).

---

<sup>5</sup> No original: [...] sustainable development, which implies meeting the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.html>



Em junho de 1992, realizou-se no Rio de Janeiro, com muita “pompa e circunstância”, a segunda Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, sem produzir resultados que ao menos se aproximassem da gravidade e da urgência das tarefas globais (ALTVATER, 1995, p. 12). Apesar disso, a ECO-92 elaborou a “Agenda 21” que marcou uma nova perspectiva em relação a promoção de um mundo mais verde por parte das Nações Unidas e dos países. O documento traz a seguinte reflexão: a ecologia precisa ser também uma questão social, com um maior engajamento da sociedade civil e das ações individuais, para assim construir sociedades mais sustentáveis.

Posteriormente, em 2000, foi realizado o Fórum do Milênio, em Nova York, com o objetivo de refletir as preocupações dos países em relação a pobreza e as causas ambientais e, assim, elaborar um plano de ação para conseguir construir um mundo melhor para o século XXI. Nesse evento foram criados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - 8 objetivos que deveriam ser implementados pelos governos, pelo setor privado e pela sociedade civil para erradicar a miséria e a desigualdade até 2015.

Em 2012 as Nações Unidas realizaram a Rio+20 <sup>6</sup>na cidade do Rio de Janeiro, com uma participação recorde de 193 delegações, além de representantes da sociedade civil. Dando continuidade às discussões realizadas na ECO-92 e no Fórum do Milênio, o evento tentou conciliar as demandas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Em geral, reconheceram mutuamente que a pobreza é o mal maior e que deve ser combatido em todas as suas esferas. Também foram discutidos os problemas gerados pela mudança climática, exploração dos recursos naturais e o padrão de consumo. Foi reafirmada a possibilidade de se ter um crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo. Vale destacar que a Rio+20 ensejou a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Novamente, em setembro de 2015, representantes de 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York para debater as questões sociais e ambientais urgentes. Foi apresentado um relatório positivo dos resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do

---

<sup>6</sup> Paralelamente a Rio+20 aconteceu a Cúpula dos Povos, organizada por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países, com o objetivo de discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo. O evento recebeu quase 23 mil inscritos, dos quais foram selecionados 15 mil representantes da sociedade civil, vindos de várias partes do mundo, em especial das Américas, Europa e norte da África. Disponível em: [[http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html)]. Acesso em: 20 de jun. 2019.

Milênio (ODM), demonstrando que os 15 anos de esforços em torno dos oito objetivos, firmados em 2000, foram bem-sucedidos em todo o mundo, embora ainda houvesse deficiências para se corrigir. Os dados e análise fornecidos pelo relatório mostram que, com as ações específicas, estratégias sólidas, recursos adequados e vontade política, até mesmo nos países mais pobres foram fundamentais para haver progressos. Mais uma vez foi discutido que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões manifestadas é um dos maiores desafios global, além de ser peça fundamental para se alcançar um desenvolvimento sustentável. A partir dessa reunião, foi produzido o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, no qual os países comprometeram-se a adotar medidas eficientes e transformadoras para promover um desenvolvimento igualitário e verde nos próximos 15 anos.

A Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, agora chamada de Agenda 2030, corresponde a um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e dos seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Fruto de consenso obtido entre 193 países, o documento estabelece um plano de metas e tarefas para os governos, empresas privadas e pessoas. Foram criados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas correspondentes, no intuito de proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem paz e prosperidade, conciliando o equilíbrio das três dimensões: a econômica, a social e a ambiental.

O plano de ação proposto pela Agenda 2030 e os ODS incluem uma diminuição na desigualdade de gênero, o incentivo à industrialização inclusiva e verde, avanços na segurança alimentar, saúde e educação acessível, promoção de cidades sustentáveis, preservação da flora, fauna e dos estoques de água potável. Resumidamente, defendem medidas para alcançar um "mundo dos sonhos" até 2030, o qual ao longo de toda a civilização humana, o ser humano jamais conseguiu alcançar. Sobretudo, acredita-se que será através do crescimento econômico que essas metas serão alcançadas.

### 1.3 APLICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM SISTEMA DE DESORDEM

O “nascimento da modernidade” com o modo de produção capitalista que se desenvolveu como sistema mundial; transpôs as restrições da economia no tempo e no espaço, ampliando a ação e o pensamento dos humanos (POULANTZAS, 1978; KNIEPER, 1991). Não obstante, a ausência de fronteiras na expansão do sistema capitalista mundial,

surgem também, paradoxalmente, os modernos Estados nacionais e territoriais, que passam a criar novas fronteiras (internas e externas) unicamente pelo seu intermédio, o que é possível delimitar, portanto, o campo da conquista soberana dos senhores (ALTVATER, 1995, p. 156). Diante disso, o modelo de produção que se estabeleceu no mundo procurou “racionalizar” a sua forma de produção para reduzir tempo, estoques, trabalho, energia, custos, dentre outros. Segundo Becker (2002, p. 59), isso é um reflexo da lógica que procura aumentar a produtividade via racionalização, viabilizando a financeirização da riqueza (OLIVEIRA, 2012, p. 125).

Quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, se transformou em uma grande instituição, pois; até 1945 o mundo era praticamente circunscrito no âmbito do Estado-nação. As organizações cujo campo de ação era restrito pelas fronteiras do território, como sindicatos, parlamentos e sistemas públicos de rádio e televisão nacionais, perderam força, enquanto outras organizações não se limitaram a essas restrições. As empresas transnacionais surgiram dentro desse novo sistema mundial de produção, com moeda internacional e meios de comunicação via satélite e, assim, saíram ganhando nesse novo cenário da internacionalização do capital. “As transferências sociais” com os serviços de previdência, educação e saúde, alocações de fundos, que os Estados-nações haviam desenvolvido durante anos, foram alocadas e redistribuído a responsabilidade para entidades supranacionais (HOBSBAWM, 1995).

O processo da mundialização financeira trouxe novos arranjos econômicos, principalmente, para os países da periferia. As grandes empresas multinacionais passaram a ser os principais agentes de transmissão das ondas de crescimento econômico pelo o mundo, bem como na difusão de um novo modelo de crescimento moderno (SACHS, 2017). Com a evolução global do sistema, cresceu a importância dos países periféricos nessa nova ordem de acumulação do capital em escala mundial, não só porque os países do centro estavam cada vez mais dependentes de recursos naturais que não possuem, mas também porque as grandes corporações viram na exploração de mão-de-obra barata uma das principais fontes de lucro dentro desse sistema (FURTADO, 1998, p. 59).

Uma nova divisão internacional do trabalho pode ser observada a partir da década de 1970, marcada pela maciça transferência de indústrias cuja produção era voltada para o mercado mundial, da primeira geração de economias industrializadas para outras partes do mundo. As empresas dos países de economia desenvolvidas transferiram em parte ou toda a sua produção e estoques para países do Segundo e Terceiro Mundo, até mesmo processos

bastante sofisticados de indústrias de alta tecnologia, como pesquisa e desenvolvimento (HOBSBAWM, 1995, p. 354).

Entretanto, é importante ressaltar que os sistemas industriais não se constituem apenas de artefatos técnicos que podem ser levados de um local para outro através da transferência de tecnologia. Até porque, os “sistemas industriais são complexos modos técnicos, sociais, econômicos, culturais, políticos e ecológicos de regulação e produção, em cada região, no espaço nacional e no sistema global em conjunto” (ALVATER, 1995, p. 26).

Os problemas econômicos das Décadas de Crise que foram extraordinariamente perturbadores e socialmente subversivos, coincidiram com as convulsões estruturais que o próprio sistema internacional vinha passando. Entre as décadas de 1970 e 1980, a economia mundial se distanciava do que foi a “Era de Ouro”, permanecendo apenas um sistema internacional desigual. A produção fora transformada pela revolução tecnológica em proporção global, o que posteriormente veio a ter sérias consequências. Esse abismo entre os países ricos e os países pobres no mundo movia aquilo que seria definido como um sistema da desordem. Não bastou a crença da economia neoclássica difundida na época, qual seja, “que o comércio internacional irrestrito permitiria aos países mais pobres chegar mais perto dos ricos, o que vai tanto contra a experiência histórica quanto contra o bom senso” (HOBSBAWM, 1995 p. 402).

Assim, é possível afirmar que uma economia mundial que funciona pela desigualdade, inevitavelmente acumula contradições futuras. Uma dessas contradições se encontra na dependência do moderno sistema industrial capitalista de recursos naturais numa proporção desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade, liberando emissões tóxicas no ar, nas águas e nos solos, e, portanto, também na biosfera (ALTVATER, 1995, p. 29). Concordamos com Altvater (1995, p. 309), sobre as riquezas das nações no Norte condicionarem a miséria das nações no Sul, e que os regimes do dinheiro e das matérias-primas são regulados para que as vantagens e desvantagens, uma vez estabelecidas, sejam consolidadas na concorrência internacional e permaneçam.

Dado isso, O’Connor (1988) relembra que o sistema capitalista industrial mina as suas próprias condições de reprodução ao exaurir os recursos naturais. E não há nesse sistema os mecanismos para corrigir esses danos. O sistema industrial que foi consolidado prejudica o ecossistema por causa da extração desenfreada dos recursos naturais, além de desencadear movimentos migratórios e uma urbanização desenfreada. Isso acaba resultando em um enfraquecimento das instituições necessárias para uma sociedade civilizada, bem como nas

relações interindustriais que resulta em uma sociedade industrial (ALTVATER, 1995, p. 225).

Ao final do século XX a economia mundial assumiu três aspectos que davam motivos para alarme. O primeiro aspecto era que a tecnologia continuava a forçar a mão-de-obra para a produção de bens e serviços, sem proporcionar empregos o suficiente para os trabalhadores e nem ao menos assegurar uma taxa de crescimento econômico suficiente para absorvê-los. O segundo aspecto era que a mão-de-obra continuava sendo um fator político importante; no entanto, enfrentava um cenário de transferência de regiões de altos salários para regiões de baixos salários. Essa transferência, baseada nos princípios de livre mercado, resultava em uma queda de salários nas regiões de altos salários. Historicamente, essas pressões eram enfrentadas com a ação do Estado pelo viés do protecionismo. Entretanto, o domínio do livre mercado nesse período resultava no terceiro aspecto, da desregulamentação econômica, dado que o triunfo dessa ideologia enfraquecia ou até mesmo eliminava a maioria dos mecanismos para controlar os problemas sociais das convulsões econômicas. Nesse sentido, a economia mundial se tornou uma máquina cada vez mais poderosa e incontrolável (HOBSBAWM, 1995, p. 550).

Não é à toa que o modo pelo qual é regulada a ordem global é o caos, e já não pode ser explicada em termos ecológicos, mas somente recorrendo-se à sua relação com a natureza através do regime fordismo fossilista<sup>7</sup>, que efetivamente se converteu em um sistema mundial (ALTVATER, 1995, p. 203). Notadamente, concordamos com Oliveira (2012, p. 131) que o crescimento econômico e a validação do sistema capitalista de escala global não pressupõem a promoção da equidade social e da preservação ambiental. Conforme menciona o autor, dentro dessa lógica capitalista fica difícil discutir a aplicação de um desenvolvimento sustentável de caráter planetário, dado que a estrutura do sistema internacional não se preocupa em resolver as necessidades de uma preservação ecológica e social do presente e muito menos a do futuro.

Por essa lógica, Altvater (1995, p. 296) argumenta que “ser sustentável é uma ideia normativa que é facilmente destruída quando se faz uma análise das restrições externas e das condições que apresenta a sociedade moderna capitalista industrial”. As organizações das estruturas econômicas e sociais, segundo o autor, não permitem alcançar um desenvolvimento sustentável, porque esse modelo acaba colidindo com as restrições sistêmicas externas;

---

<sup>7</sup> Termo designado para referir um sistema de produção baseado em energias que agride o meio ambiente, como por exemplo a queima de carvão. Já Altvater (1995) define o modelo "fossilista fordista" como um sistema de produção de energia que ameaça a extinção dos recursos naturais.

sobretudo no princípio do lucro, da competitividade e a das imposições de condições objetivas do mercado. A conclusão para essa premissa abordada por Altvater (1995, p. 296) é algo simples e realista. Para ser sustentável é necessário que “as instituições básicas da sociedade não sejam consideradas sacrossantas”.

Outro ponto abordado pelo autor se encontra em torno das consequências de um mundo interdependente para a aplicação dos princípios da sustentabilidade. O que deve ser levado em consideração: a natureza da globalização e a internacionalização das decisões políticas. As fronteiras nacionais nesse ambiente altamente globalizado não se circunscrevem ao seu espaço funcional em relação as suas atividades econômicas, políticas, ecológicas ou culturais. Nesse sentido, as estratégias no plano de ação de um Estado nacional para a sua modernização econômica, social e ecológica sempre precisariam confrontar-se com as suas próprias fronteiras (ALTVATER, 1995, p. 287).

Se apreendemos alguma coisa com o século passado, vemos que acumulação e exploração do meio ambiente só resultaram em crises ambientais e no aumento da desigualdade no mundo. Conforme assinala Hobsbawm (1995), o século XX trouxe preocupações futuras com as quais a humanidade terá que lidar caso queira ter um planeta Terra habitável nas condições ideais. Dessa forma, esses problemas seriam a longo prazo decisivos: o demográfico e o ecológico. A humanidade precisaria aprender que, se continuar aumentando a população mundial, cancelaria a aposta de um futuro melhor. Caso mantivesse esse aumento populacional de maneira estável, mesmo assim não garantiria o equilíbrio populacional das diferentes regiões do mundo.

A atual preocupação ambiental mundial é relacionada por diversos autores, inclusive por Hobsbawm (1995), com o horror causado no final da Segunda Guerra mundial. A explosão das bombas atômicas no território japonês esclareceu que a ambição da sociedade humana na busca pelo poder e riqueza vai além da preservação de um planeta com as condições ideais de vida humana para as próximas gerações. “É sintomático que termos como ‘limites’ e ‘gerações’ estejam, a partir de então, constantemente presentes no léxico da problemática ambiental” (OLIVEIRA, 2012, p. 119). Por conseguinte, a degradação ambiental gerada pela ambição humana continuou a todo vapor no século seguinte:

... crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio ambiente em geral; início da destruição da camada de ozônio; destruição, numa velocidade cada vez maior, das florestas tropicais e rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; esgotamento dos solos, desertificação; acumulação de resíduos, notadamente nucleares (alguns com duração de milhares de anos), impossíveis de controlar; multiplicação dos acidentes nucleares – Fukushima – e ameaça de um novo Chernobyl; poluição alimentar,

manipulações genéticas, “vaca louca”; secas em escala planetária, escassez de grãos, encarecimento dos alimentos (LÖWY, 2012, p. 80).

Assistimos no começo do século XXI a uma “evolução” cada vez mais rápida da civilização industrial capitalista indo em direção ao abismo da catástrofe. Precisamos, então, procurar mecanismos para evitar com urgência o rumo que o planeta Terra está tomando. A lógica produtiva e mercantil do sistema capitalista industrial está tomando a direção de um desastre ecológico de proporções incalculáveis (LÖWY, 2012, p. 84). A humanidade precisa encontrar uma solução para essa questão e muito vem sendo discutido e se a resposta para isso seria a adoção de um “capitalismo ecológico”. No entanto, é possível conciliar esse sistema de produção com os princípios da sustentabilidade?

Para O’Connor, (2000, p. 17) só haverá essa possibilidade quando o capital mudar a sua face de tal forma a torná-lo irreconhecível para os banqueiros, gerentes financeiros, investidores e gerentes de risco. A justificativa para essa afirmação, que é amplamente negada pelos políticos e pelos porta-vozes das grandes corporações, é que isso exige uma profunda reconfiguração do funcionamento do capitalismo, dado que esse é um sistema que tende a autodestruição e a crise. A economia mundial cria um grande número de famintos, pobres e miseráveis; e “não podemos esperar que as massas de camponeses e operários suportem o estado de crise indefinidamente e, como queira que se defina ‘sustentabilidade’, a natureza está sob ataque em todos os lugares” (O’CONNOR, 2000, p. 11, tradução nossa <sup>8</sup>).

Enquanto a sustentabilidade é definida a partir de uma perspectiva ecológica, uma coisa é clara: se o capitalismo não é sustentável em termos de regulamentações macroeconômicas internacionais, haverá uma crise global, uma deflação geral dos valores do capital e uma depressão. Diante dessa eventualidade, ninguém sabe ou pode saber como as capitais individuais, os governos e as agências internacionais responderão (O’CONNOR, 2000, p. 29, tradução nossa<sup>9</sup>).

Conforme visto, o conceito de “desenvolvimento sustentável”, construído a partir da ótica da política internacional dominante, tem uma narrativa mais severa sobre as condições de produção e o impacto ecológico gerado pela região do Sul Global. Muitas vezes, tal narrativa apresenta uma definição abrangente que acaba sendo usada e entendida de diferentes formas praticamente no mundo todo (O’CONNOR, 2000). Dessa maneira, o termo

<sup>8</sup> No original: “no se puede esperar que las masas de campesinos y trabajadores soporten la crisis indefinidamente y, como quiera que se defina la “sostenibilidad”, la naturaleza está bajo ataque en todas partes”.

<sup>9</sup> No original: “Como quiera que se defina la sostenibilidad desde una perspectiva ecológica, una cosa es evidente: si el capitalismo no es sostenible en términos de las regulaciones macroeconómicas internacionales, habrá una crisis global, una deflación general de los valores del capital y una depresión. Ante esta eventualidad, nadie sabe o puede saber cómo responderán los capitales individuales, los gobiernos y las agencias internacionales”.

“desenvolvimento sustentável” passa a se tornar um campo cada vez mais importante na luta ideológica e política, bem diferente de uma defesa ecológica e social consistente.

Para Oliveira (2012, p. 133), esse termo assume um projeto político de dominação territorial no âmbito geopolítico através do controle das riquezas naturais. Além disso, articulam (aqueles que são beneficiados pela exploração do meio ambiente), estrategicamente, por meio das grandes conferências ambientais internacionais a possibilidade de aplicação de um desenvolvimento sustentável pelos países e pelas empresas, para ir de acordo com a ordem político-econômico vigente, submetendo as questões ambientais ao mercado global e, com isso, tendo um maior aproveitamento dos recursos naturais. “Não é por outro motivo que o desenvolvimento sustentável possui maleabilidade econômica, sendo adaptável com modelos de livre-mercado ou de maior planejamento/intervenção governamental” (O’CONNOR, 2000, p. 132-133).

Acsehrad (2000) vai à além e defende que o desenvolvimento sustentável é um conceito formulado para encobrir os impactos negativos causadas pela industrialização, anexando o capital ambiental e abandonando a ideia de que a natureza é um bem livre, dando a ela um preço justo (OLIVEIRA, 2012). Por isso, a presente luta mundial para determinar o "capitalismo sustentável" será definida e usada no discurso sobre a riqueza das nações. Isso significa que a "sustentabilidade" é, acima de tudo, uma questão ideológica e política, e não apenas um problema ecológico e econômico (O’CONNOR, 2000, p. 10).

Não obstante, ainda há um grande número de movimentos ambientalistas que tem o apoio dos capitais que buscam legitimar as suas práticas econômicas, ou pelo menos apresentar uma imagem pública “mais verde”. Isso se deve ao objetivo dessas corporações de maquiagem as suas ações para parecerem compatíveis com a preservação das florestas e suas riquezas, na preservação da vida selvagem, na qualidade da água, nas condições atmosféricas, e assim por diante. O “marketing verde” é, portanto, a transformação da natureza sob ótica do capital (O’CONNOR, 2000, p. 14). Assim, as grandes empresas tendem a apresentar os problemas ambientais de forma oposta aos verdadeiros ideais ecológicos, para ter maior acesso aos recursos que podem ser extraídos dela.

O capital é usado para designar e manter os lucros sustentados, o que pressupõe um planejamento de longo prazo na exploração e uso dos recursos renováveis e não renováveis, já os ecologistas definem "sustentabilidade" em termos de preservação dos sistemas naturais e úmidos, proteção das áreas selvagens, manutenção da qualidade do ar, entre outros (O’CONNOR, 2000, p. 32). Como afirma Löwy (2012, p. 81), “se você não quer falar do



capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental é produto do processo de acumulação do capital.”

Por isso, a questão ambiental não deve ser tratada pela lógica do mercado, dado que a exploração privada dos bens comuns globais não produz aumento da prosperidade, restrita apenas a uma minoria de expropriadores, ao passo que implica na destruição dos recursos naturais e, conseqüentemente, destrói a base vital da humanidade (ALTVATER, 1995, p. 308). Nesse sentido, a ecologia precisa ser tratada individual e nacionalmente, respeitando as diferenças apresentadas em cada região.

Guimarães (1998), em documento publicado pela CEPAL/ILPES, procurou conciliar os conceitos a respeito do desenvolvimento territorial com os preceitos da sustentabilidade. O autor observou que as políticas públicas adotadas em certo espaço territorial refletem no desenvolvimento local, sobretudo nas pessoas. A sustentabilidade não pode ser medida somente pelos índices econômicos, sem observar a qualidade de vida da população local. A forma como cada indivíduo contribui na promoção de um estilo de vida mais verde, incorporando esses hábitos no seu dia-a-dia, acaba refletindo de maneira positiva para criação de uma realidade social inclusiva – a ecologia precisa também ser cultural.

No mais, o papel dos ativistas ecológicos e de uma sociedade civil integrada às questões ambientais e sociais é importantíssimo. Os movimentos sociais ajudam a modelar as percepções dos problemas reais que o mundo vem passando por meio da formulação de um senso comum das necessidades ambientais e sociais mais urgentes. No passado, tudo isso dependia do equilíbrio das forças políticas e das visões daqueles que desejam transformar as nossas relações com a natureza através das relações materiais, sob o princípio dos lucros, com um enfraquecimento dos movimentos ambientais e sociais (O’CONNOR, 2000, p. 31).

Devemos nos preocupar caso a reconstrução da ideia sobre o que é a natureza leve a prevalecer a visão do capital. Isso significaria a formulação de uma imagem a partir dos interesses da acumulação de riqueza e, conseqüentemente, passaria a influenciar as representações dos movimentos sociais, a solidariedade social, a legitimação e as pesquisas feitas dentro das comunidades científica e acadêmicas (O’CONNOR, 2000). Além do mais, a visão do capital sobre a natureza tende a ser construída para atender as suas necessidades na acumulação de riquezas, sem se importar com os problemas futuros.

Outro ponto sobre o qual devemos ter maior atenção, é o aumento das crises em curto período de tempo, principalmente, as crises de caráter econômico. Essas recessões acabam transformando tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, como solução para se alcançar uma “estabilidade financeira”. Por mais que acabe o petróleo

ou que se esgotem outras fontes essenciais da riqueza, o sistema continuará a explorar o planeta, até que a própria vida humana se encontre ameaçada (LÖWY, 2012, p. 79). Entretanto, tudo isso remete a uma crise maior: a da moderna sociedade capitalista industrial.

Em geral, quando pensamos que a crise que estamos vivendo hoje, com o aquecimento global, desastres ambientais, enchentes, contaminação da água, falta de alimento, miséria, dentro outros, é apenas um reflexo do sistema capitalista, estamos errados. Isso porque não basta querer somente transformar o aparelho produtivo; é necessário também mudar o padrão de consumo (LÖWY, 2012, p. 83).

É necessário, encontrar alternativas radicais que nos coloquem em um outro horizonte diferente daquilo que vivemos no passado, um horizonte além do preceito do consumo exagerado mantido pelo capitalismo (LÖWY, 2012, p. 81). Dessa forma, o ecossocialismo procura entender as contribuições do marxismo e os problemas ecológicos produzidos pelo sistema capitalista, defendendo que Karl Marx, em seu primeiro livro, explicou como o sistema capitalista esgota não só as energias do trabalhador, mas também as próprias riquezas naturais, destruindo o planeta (LÖWY, 2012, p. 82). Sob tal perspectiva, o único modo de solucionar as crises ambientais que estamos vivendo seria por meio de uma revolução social e ecológica.

Outra solução encontrada para os problemas ambientais estaria em torno dos gastos públicos nacionais. Para O'Connor (2000, p. 14), o governo precisa ter um orçamento verde, financiar pesquisas tecnológicas destinadas a, por exemplo, eliminar produtos químicos tóxicos que contaminem o solo e a água; incentivar a criação de novas formas de energia, como a energia solar; pesquisar novos meios de transporte de massa. Devem ainda ter uma maior fiscalização sobre a saúde e a segurança no trabalho, que consiga estender-se para os níveis nacional, regional e comunitário e, assim, ter uma definição geral das prioridades no campo da ciência, saúde e tecnologia.

É difícil encontrar uma atividade de estado ou orçamento que não esteja vinculada de uma forma ou de outra a uma ou mais condições de produção. Isso também inclui funções monetárias e militares, que protegem e facilitam o acesso "legítimo" a recursos e mercados necessários para mineradoras, bancárias, mercantis e outras empresas capitalistas. A guerra de George Bush no Golfo Pérsico é apenas o último e mais dramático exemplo do papel de forças armadas nas sociedades capitalistas; a nível supranacional, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são os exemplos mais óbvios de funções monetárias orientadas para a expansão capitalista (O'CONNOR, 2000, p. 27, tradução nossa<sup>10</sup>).

---

<sup>10</sup> No original: Resulta difícil encontrar una actividad estatal o presupuestaria que no este vinculada de una u otra manera a una o más condiciones de producción. Esto incluye también las funciones monetarias y militares, que

Ademais, a construção da ideia de um capitalismo ecológico ou de um desenvolvimento sustentável pela órbita da política internacional nem sequer foi teorizada de forma coerente. Não considerou a necessidade de uma infraestrutura institucional nacional e a elaboração de um programa ambiental interligado com a sociedade. Atualmente são poucos os países que têm uma agência estatal de planejamento ecológico, urbano e social (O'CONNOR, 2000, p. 29).

A participação dos movimentos dos trabalhadores, do movimento feminista, do movimento ambientalista, do movimento urbano e outros movimentos sociais precisará ser combinada em uma única e poderosa força democrática. Uma força politicamente viável e capaz de reformar a economia, a política e a sociedade. Separadamente, os movimentos sociais são impotentes diante da força totalizadora do capital global (O'CONNOR, 2000, p. 32). O primeiro passo para construir uma narrativa em prol de um mundo verde e mais igualitário será através da força das pessoas, na evolução de uma sociedade melhor e inclusiva e, essa revolução pode começar a partir do local onde cada um habita. Para tanto, é fundamental que haja uma maior consciência coletiva.

---

protegen y facilitan el acceso “legítimo” a recursos y mercados necesarios para empresas capitalistas mineras, bancarias, mercantiles y de otro tipo. La guerra de George Bush en el Golfo Pérsico es apenas el último y más dramático ejemplo del papel de las fuerzas armadas en las sociedades capitalistas; en el ámbito supranacional, el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional son los ejemplos más obvios de funciones monetarias orientadas a la expansión capitalista.

## 2. - O BRASIL ENTRE O AGRONEGÓCIO E A DEFESA DE UMA POLÍTICA AMBIENTAL GLOBAL

Nesse capítulo abordamos a construção da política externa brasileira em relação à promoção de uma política global ambiental, fazendo um mapeamento da participação do país nos principais fóruns internacionais dentro dessa temática. Avaliamos como o seu principal modelo econômico de alta produtividade, o agronegócio, traz implicações para a preservação ambiental e a possibilidade de o país internalizar os compromissos que assume em nível internacional. Ainda nesse capítulo, discutimos as características históricas do desenvolvimento econômico brasileiro, os obstáculos enfrentados por uma nação ainda refém da exportação de *commodities*. Ao final, refletimos sobre os desafios do Brasil para a adoção de uma economia verde.

### 2.1 A CRISE ECOLÓGICA MUNDIAL: A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NOS FÓRUNS INTERNACIONAIS ATRAVÉS DE UMA POSIÇÃO *SUIS GENERIS*

Quando as preocupações socioambientais se estabelecem na agenda da política internacional e no debate público, a partir da década de 1970, tendo como marco a primeira conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972, o Brasil, passava pelo seu “milagre econômico” com taxas de crescimento superiores a 10% ao ano e, igualmente, por um período de maior repressão política na história do país. Não obstante, a política externa brasileira na ditadura militar interpretava a crescente atenção internacional sobre o meio ambiente como um processo que não favoreceria o seu governo, já que tinha-se como senso comum entre os militares que essa era uma agenda atrelada aos discursos “ideológicos da esquerda”, e , englobavam no âmbito global questões além das causas ambientais, envolvendo debates como dos direitos humanos, leis marítimas, dos narcóticos, populacional, entre outros (LAGO, 2006, p. 117).

A posição que o Brasil levou à Conferência de Estocolmo refletia essas desconfianças: do evento ser contraditório aos interesses do país naquele momento. Além disso, a delegação brasileira tinha consciência que a imagem com que o Brasil chegava em Estocolmo não era a do seu “milagre econômico”, da Bossa Nova e muito menos do seu tricampeonato na Copa Mundial de futebol. Mas sim, a imagem de um país que estava, já oito anos, sob um “regime militar” que dava preferência absoluta ao crescimento econômico, não tinha intenção alguma

de controlar o crescimento demográfico, apresentava péssimos índices na área de direitos humanos e de preservação ambiental, além de uma forte tendência nacionalista e ambições de domínio da tecnologia nuclear (LAGO, 2006, p. 118).

No entanto, a ditadura militar tinha ciência que era necessária a participação do Brasil no evento para defender os objetivos de desenvolvimento nacionalista do país. Um desses objetivos era fazer oposição à proposta da Argentina sobre os aproveitamentos dos rios transfronteiriços que, na época, ia contra o projeto brasileiro para a construção da hidrelétrica de Itaipu; e, isso tornou-se a principal batalha da delegação brasileira em Estocolmo. No mais, a primeira Conferência sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas tinha como intenção alertar sobre o aumento desenfreado da população mundial e como isso resultava na escassez dos recursos naturais do planeta Terra, propondo medidas para que os países controlassem esse desequilíbrio. Contudo, para a política externa brasileira do período da ditadura militar, essas medidas foram entendidas como uma diminuição da sua autonomia quanto à exploração e uso dos recursos naturais brasileiros e, desse modo, preferiu adotar uma postura intransigente em Estocolmo (LAGO, 2006).

As preocupações socioambientais seguiram sendo pauta na política internacional após a Conferência de Estocolmo e a posição brasileira, que antes era de intransigência às causas ambientais, evoluiu para uma postura mais flexível nos fóruns internacionais. A partir da década de 1990, o país passou a definir as diretrizes da sua política externa na construção de um papel conciliador, criando canais de diálogos entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento na promoção de um desenvolvimento sustentável para o mundo (MOREIRA, 2018). Não à toa, o país sediou dois grandes eventos dentro da temática ambiental: a ECO-92 e a RIO+20.

A ECO-92, a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. O evento tinha como finalidade propor uma agenda de nível global em torno da promoção de um desenvolvimento econômico sustentável. Embora haja questionamentos a respeito dos resultados vazios da ECO-92 diante dos problemas ambientais urgentes; é válido ressaltar que esse evento foi importante para o Brasil para sua inserção como ator protagonista nos regimes ambientais internacionais. O país, a partir desse evento, passou adotar uma posição *suis generis* – a de um país de vasta diversidade de fauna e flora e afluência em recursos naturais, além de abrigar em uma grande parte do seu território a maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica (LAGO, 2006). Dessa maneira, o Brasil na ECO-92 procurou desempenhar um papel de

liderança na articulação de acordos e na criação de tratados entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, em prol da sustentabilidade.

O Brasil teve ativa participação durante o processo preparatório – e durante a própria Conferência – nas negociações dos cinco documentos que seriam assinados no Rio, nos quais tinha profundos interesses envolvidos por sua circunstância excepcional de País que reúne, por si só, quase toda a agenda ambiental: poluição, florestas, pesca, população, pobreza, biodiversidade, desertificação e seca, recursos do solo, recursos hídricos, resíduos tóxicos, emissões, todos os temas acabavam sendo importantes para o País. No tocante à Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, o Brasil liderou o movimento que retirou do PNUMA as negociações para colocá-las sob a égide da Assembleia Geral, com o objetivo de torná-las menos técnicas e científicas e fortalecer seu caráter político. O Brasil procurou, também, evitar as manobras que dariam ênfase ao papel das florestas como sumidouros de CO<sub>2</sub>, o que desviava o foco dos verdadeiros responsáveis pelas emissões: os países industrializados (LAGO, 2006, p. 163-164).

É válido ressaltar que o Brasil teve um papel central na *Declaração sobre Florestas* que foi certamente o mais importante documento consensual assinado, até aquele momento, sobre esse tema<sup>11</sup>. E, foi resultado da posição firme brasileira juntamente com outros países, defendendo o mérito da cooperação e da não tutela internacional sobre as florestas. A delegação brasileira, também, fez questão que fosse reconhecida a importância das populações que vivem nas florestas e o seu direito ao um desenvolvimento socioeconômico de maneira sustentável. Em geral, conforme salienta Crespo (2008), o Brasil em termos ambientais, nunca mais foi o mesmo depois da Rio-92 (LAGO, 2006, p. 165).

Dando continuidade à agenda proposta na Rio+92, sobre a promoção de uma economia verde para o mundo, em 2000 foi realizada a Cúpula do Milênio, em Nova York, com a presença recorde de representantes e chefes de Estados, que resultou na *Declaração do Milênio*, das Nações Unidas. Posteriormente, essa declaração serviu como base para criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O Brasil apoiou essa estratégia e, em pouquíssimo tempo, assumiu esse programa com um instrumento importante no planejamento do desenvolvimento do país (MRE, 2019). Tanto que em setembro de 2004, na Assembleia Geral da ONU, o governo divulgou o seu primeiro relatório nacional de acompanhamento dos ODM no país (Ipea e Brasil, 2004). Mais tarde, esse relatório foi sucedido na ocasião por outros quatro relatórios nacionais em 2005, 2007, 2010 e 2014. Foi criado o Prêmio Brasil ODM em 2005, com a finalidade de premiar as iniciativas dos governos municipais e das

---

<sup>11</sup> A Declaração sobre as Florestas é um importante documento assinado pelos países, que envolve os direitos das florestas. Haja vista que, até os dias de hoje, não se tem um regime internacional sobre esse tema, e essa declaração seja tomada como base para um regime internacional das florestas.

organizações da sociedade civil que se destacassem pela sua contribuição no alcance dos ODM em território brasileiro (RESENDE, 2018, p. 608).

De fato, o Brasil começou a ter um perfil diplomático mais ativo na virada do milênio em diante<sup>12</sup> e nos regimes ambientais internacionais, construindo uma imagem de país defensor das questões socioambientais. O país ainda é signatário de quase todos os acordos ambientais multilaterais<sup>13</sup>, o que de certa forma representa um paradoxo, pois, muitas vezes as obrigações internacionais que o Brasil assume no âmbito externo não são reconhecidas pelos seus agentes públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, portanto, demoram a ser internalizado. É importante ressaltar que as instituições nacionais que tratam as questões ambientais, são divididas em três grandes ministérios: o Ministério das Relações Exteriores (MRE) – que tem a função de estabelecer as diretrizes da política externa e o posicionamento do país nas negociações internacionais; o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) – que têm papéis mais técnicos/tecnológicas. Naturalmente, há divergência entre esses Ministérios em função dos temas ambientais abordados; entretanto, o Itamaraty sempre assumiu uma posição mais neutra na maioria dos casos de divergências (BARROS-PLATIAU, 2011, p. 10).

O Brasil é um país megadiverso e com uma grande riqueza natural, que provavelmente representa cerca de 15% a 20% do total mundial nesse quesito. Além disso, apresenta uma pluralidade no aspecto humano e cultural, tanto que abriga em seu território mais de 200 povos indígenas além de comunidades locais/tradicionais, como quilombolas, caiçaras, entre outros. Quanto aos recursos hídricos, estima-se que entre 12% e 16% do total da água doce utilizável no mundo esteja diretamente localizada no território brasileiro (BARROS-PLATIAU, 2011, p. 11). No entanto, administração desse recurso ainda é complexa e envolve sérios problemas de estresse hídrico e desertificação do território nacional (BARROS-PLATIAU, 2011, p. 11). Essas características geográficas que o Brasil apresenta sempre atraíram os olhos do mundo para o país, assim como os seus problemas socioambientais. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2012, a Rio+20, ficou mais perceptível o cenário conflituoso entre a postura que o país tem no nível internacional e as contrariedades que vive internamente (MOREIRA, 2018).

---

<sup>12</sup> Entretanto, com atual governo de Jair Bolsonaro essa posição está sendo desestimulada, dando espaço para uma posição de negacionismo ambiental.

<sup>13</sup> A lista completa dos acordos e tratados assinados pelo governo brasileiro está disponível nos portais do Ministério das Relações Exteriores (MRE): <[www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)> e no Ministério do Meio Ambiente (MMA): <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>.

Novamente a cidade do Rio de Janeiro foi palco de um grande evento promovido pelas Nações Unidas no que concerne à temática ambiental. A Rio+20 tinha como principal finalidade discutir a promoção de uma economia verde para o mundo, a erradicação da pobreza e a institucionalização do desenvolvimento sustentável (ONU, 2012). O evento realizou-se em circunstância histórica específica. A recessão financeira de 2008, iniciada nos países desenvolvidos, atingiu o sistema internacional como um todo, causando instabilidade econômica, social e política (LAGO, 2013). As crises energética e ambiental revelaram-se em toda sua profundidade - o multilateralismo foi posto em xeque em mais de uma ocasião no evento (LAGO, 2013, p. 159). Diante disso, o Brasil preferiu adotar uma postura contrária, tentando demonstrar a importância do multilateralismo para o mundo. Conforme proferiu a então presidente Dilma Rousseff na cerimônia de encerramento da Rio+20:

Diziam que o multilateralismo estava agonizante. A Rio+20 mostrou que o multilateralismo é um instrumento insubstituível de expressão global da democracia. Reafirmamos, na Rio+20, que esta é a via legítima para a construção de soluções para os problemas que afetam a todos, a toda a humanidade.<sup>14</sup>

Não obstante, o governo brasileiro tinha ciência que a Rio+20 era uma oportunidade única de demonstrar ao mundo o seu compromisso já firmado em 1992, de equilibrar os pilares econômico, social e ambiental e de manter a liderança do país dentro dessa agenda ecológica global. Ao mesmo tempo, queria mostrar para o mundo que era um país bem diferente daquele que havia organizado a Rio-92 – que na época enfrentava problemas econômicos, uma enorme desigualdade, altos índices de inflação e uma baixa fiscalização no desflorestamento da Amazônia - para um Brasil que, agora, vem se destacando nos progressos para diminuição da desigualdade, evoluiu economicamente e reduziu o desmatamento da floresta Amazônia (LAGO, 2013, p. 171).

Qual era o objetivo do Brasil ao convocar e organizar a Rio+20? Para alguns, o fortalecimento de seu *status* de “emergente” e de um país que deseja ser a ponte entre o mundo em desenvolvimento e o mundo desenvolvido. Para outros, um país procurando reafirmar suas credenciais de líder equilibrado, decidido a fortalecer o multilateralismo (LAGO, 2013, p. 170).

De fato, o Brasil utilizou a Rio+20 como canal de divulgação do país para o mundo, barganhando uma posição de um país emergente consolidado nas causas ambientais. O evento

---

<sup>14</sup> ROUSSEFF, Dilma. Discurso de encerramento da Rio+20, Rio de Janeiro, 22 de junho de 2012. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/4678-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-sessao-de-encerramento-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio-20> >.



embora não teve uma participação recorde de chefes de Estados, contou com uma cobertura da mídia internacional, que, no entanto, acabou evidenciando os problemas internos que a política doméstica brasileira vinha passando em relação a preservação ambiental e social.

Mesmo assim, o governo brasileiro seguiu com a agenda proposta pela Rio+20 para integrar a sociedade civil com as propostas discutidas nesta conferência. Por essa razão, criou-se os “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável”, que engajou mais de 60 mil pessoas em torno de debates virtuais e presenciais sobre os temas prioritários estabelecidos pela agenda internacional, através de uma parceria com o PNUD e coordenada por 30 universidades brasileiras e estrangeiras. Entre os debatedores, estiveram pessoas renomadas dentro da discussão ambiental internacional, como o economista norte-americano Jeffrey Sachs, Muhammed (do Prêmio Nobel da Paz de Bangladesh), Maurice Strong (Secretário-Geral da Rio-92), Ignacy Sachs (o criador do termo “ecodesenvolvimento”), e a geógrafa brasileira, Bertha Becker (LAGO, 2013 p. 163).

Contudo, paralelamente a Rio+20, ocorreu a Cúpula dos Povos, organizada por movimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas. O evento tinha como objetivo criticar a influência dos setores econômicos sobre as autoridades, que facilitariam a exploração social e ambiental no mundo. Ao final do encontro foi criado o documento Cúpula dos povos na Rio+20 por justiça social e ambiental em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida. A declaração tinha como intuito contrapor a ideia defendida na Rio+20 sobre a possibilidade de compatibilizar o sistema capitalista atual com os preceitos ecológicos e de justiça social.

As instituições financeiras multilaterais, as coalizações a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste a isso, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do financeiro (DECLARAÇÃO FINAL DA CÚPULA DOS POVOS, São Paulo, 2012<sup>15</sup>).

Embora o governo brasileiro tivesse a intenção de passar uma imagem positiva do país no exterior em relação as questões socioambientais, foram justamente os seus problemas domésticos que acabaram chamando a atenção. A atuação do Brasil na Rio+20 foi criticada por diversos agentes da sociedade civil, pelas organizações não governamentais (ONGs),

---

<sup>15</sup> Declaração Final da Cúpula dos Povos, São Paulo 2012. Documento na íntegra. Disponível em: <[http://www.saocamillo-sp.br/pdf/mundo\\_saude/97/doc1.pdf](http://www.saocamillo-sp.br/pdf/mundo_saude/97/doc1.pdf)>

comunidades indígenas, comunidade científica, trabalhadores e sindicatos, entre outros. Muito deles cobravam que o país tivesse uma posição de protagonista durante os processos de negociações, que, no entanto, não aconteceu. Provavelmente, essa postura apática brasileira no evento foi devida a acontecimentos internos que o país passava. Vale destacar quatro situações que geraram conflitos nessa época, entre a sociedade civil organizada e o governo brasileiro: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte; o desmatamento da Floresta Amazônica; as unidades de conservação (UCs); e a reforma do Código Florestal (MOREIRA, 2018, p. 443).

Apesar dos conflitos internos que ficaram nítidos na Rio+20, o que acabou colocando em xeque a posição brasileira nas questões ambientais internacionais e domésticas, o país continuou seguindo com a mesma postura que tinha no âmbito externo: defendendo políticas ecológicas e apoiando as estratégias para a promoção de uma agenda socioambiental para o mundo. No mais, o Brasil teve uma participação artífice na criação da Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (RESENDE, 2018).

Dando continuidade à estratégia da Agenda 2030, o governo brasileiro criou a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNOODS)<sup>16</sup>, com a finalidade de institucionalizar a implementação dos ODS no Brasil. Essa é uma comissão de instância colegiada paritária, de natureza consultiva, que tem a responsabilidade de conduzir os processos de articulação entre os entes federativos e a sociedade civil rumo ao desenvolvimento socioambiental. As principais atribuições dessa comissão são: criar um plano de ação para aplicação da Agenda 2030; sugerir estratégias, instrumentos, ações e programas para execução dos ODS; acompanhar e monitorar a implementação dos ODS e produzir relatórios periódicos; promover discussões a respeito do desenvolvimento sustentável em eventos nacionais e internacionais; reconhecer e divulgar boas práticas e iniciativas que ajudem no alcance dos ODS no Brasil; e, incentivar a articulação entre os órgãos e as entidades públicas das Unidades da Federação (UFs) para a divulgação e a implementação dos ODS em níveis estadual, distrital e municipal (RESENDE, 2018, p. 622-623).

Em 2017 o Brasil apresentou o *Primeiro Relatório Brasileiro Voluntário* para os ODS no Fórum Político do Alto Nível nas Nações Unidas. Na ocasião, expôs um panorama das principais políticas brasileiras relacionadas a implementação de sete ODS. Todavia, os

---

<sup>16</sup> A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS) foi criada através do Decreto n.º 8.892, em 27 de outubro de 2016, integra a estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov/PR), e constitui instância de governança nacional da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil

resultados apresentados por esse relatório não foram suficientes para mostrar a realidade brasileira. O documento se limitou em apenas demonstrar os desafios do país para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável: i) a necessidade de um incremento sistemático de avaliação e monitoramento das políticas públicas para garantir uma maior eficiência na execução dos programas e também na otimização dos gastos públicos; ii) melhorar a capacidade institucional dos Municípios brasileiros e de uma maior articulação entre as três esferas da administração pública; e, iii) aperfeiçoar a gestão pública desde a produção de estatísticas à execução de programas setoriais, passando pelo exercício da governança e da articulação de redes de atores.

Mais tarde, ao final de 2018, foi a vez da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável publicar, através do portal oficial do governo, o relatório de acompanhamento das atividades para o alcance dos ODS no Brasil. O documento acabou seguindo a mesma dinâmica já apresentada pelo *Primeiro Relatório Brasileiro Voluntário* de 2017. A comissão trouxe nesse relatório os cinco principais eixos que guiarão o órgão no seu plano de ação nos próximos anos, quais sejam: 1) a Gestão e Governança da Comissão Nacional para os ODS; 2) Disseminação da Agenda 2030; 3) e 4) a internacionalização e integração da Agenda 2030 no Brasil; e, por fim, 5) o acompanhamento e monitoramento dos ODS.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2019) afirma que o Brasil vem desenvolvendo inovações e políticas públicas para a integração das dimensões social e ambiental nos planos de desenvolvimento econômico do país. No entanto, o agronegócio ainda segue representando uma boa parcela da produtividade da economia brasileira, destacando a comercialização das *commodities* agrícolas. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2019), o Brasil nos últimos anos vem tendo a soja (mesmo triturada) como o seu principal produto exportado. A prática do agronegócio requer uma grande área de terra para a viabilização da sua produção e acaba sendo nociva para a preservação das florestas e fauna nativas, além de utilizar uma quantidade absurda de água potável. A bancada ruralista, é um dos maiores grupos de *lobby* dentro do congresso brasileiro, onde representa os interesses desse setor na política, fazendo pressão em assuntos como o afrouxamento do código florestal, flexibilização do uso de agrotóxicos e nas demarcações de terras indígenas.

Há falta de uma resposta as tragédias das barragens em Mariana-MG; um baixo controle no desmatamento da floresta Amazônica; uma atuação inerte do Congresso Nacional frente a reforma do Código Florestal e um desleixo institucional na proteção das suas

comunidades indígenas contra os interesses dos grandes proprietários de terras (MOREIRA, 2018). Mostra um cenário doméstico submisso aos interesses do agronegócio e do extrativismo, e esse é um grupo que vai contra a adoção de políticas econômicas que incluam a proteção do meio ambiente e a igualdade social (MOREIRA, 2018).

## 2.2 O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO ENTRE AS ENTRANHAS DE UMA ECONOMIA COLONIAL

O golpe de Estado de 1964 enterrou de vez o projeto nacional-democrático no Brasil e colocou o país rumo ao desenvolvimento dependente, sustentado pelo capital estrangeiro como medida de se ajustar à nova ordem mundial vigente. O ministro de Relações Exteriores, da ditadura militar, Juracy Magalhães proferiu a seguinte frase: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, o que já demonstrava em qual direção o país iria seguir (DOS SANTOS, 2002). Por mais que nos anos posteriores existiu um conflito entre os interesses estadunidense e os interesses de desenvolvimento brasileiro, isso não foi suficiente para romper esta parceria entre esses dois países, selada com ferro e fogo no assalto ao poder de 1964 (DOS SANTOS, 2002, p. 17).

A ditadura militar brasileira foi marcada por dois lados. Um lado, de enorme repressão instalado por um Estado autoritário e violento com aqueles que eram considerados ameaças a manutenção do seu *status-quo*. Outro lado, de um Estado desenvolvimentista que elaborou projetos nacionais para fomentar a economia brasileira, através de construções de obras faraônicas, criação de estatais, políticas de desenvolvimento territorial e industrialização. Tudo isso, sob um pano de fundo de uma corrupção sistêmica e velada. O Brasil, anteriormente, já tinha passado por esse cenário de Estado autoritário desenvolvimentista. Os governos de Vargas seguiram a mesma linha da ditadura militar, guiando-se pelo autoritarismo e conciliação das classes, incentivando a produção de aço para atender as elites dos militares e a construção de siderúrgicas, incrementação no setor têxtil, químico e farmacêutico para atender as elites industriais (ARVIN-RAD, WILLUMSEM e WITTE, 1997). É importante salientar que nesses dois períodos de autoritarismo e desenvolvimento no Brasil, o social era encarado pela proteção à cidadania, ou seja, só era considerado cidadão pelo Estado aquele que tinha uma profissão regulamentada e carteira de trabalho assinada. Sendo assim, as medidas sociais eram criadas para atender essa parte da sociedade (DOS SANTOS, 1979). Sem contar que a proteção ambiental nem sequer era pautada como algo que merecesse

atenção dentro dessa agenda desenvolvimentista autoritária; pelo contrário, era tida como uma ameaça ao crescimento econômico brasileiro.

Na verdade, o pacto conservador que sustentou o Estado desenvolvimentista no Brasil não computou a participação democrática em nenhuma de suas formas, e jamais patrocinou, por consequência, a institucionalização de estruturas que pudessem dar conta das pressões pela ampliação da cidadania política e social (FIORI, 1994, p. 135).

Seguindo o programa nacionalista os militares trouxeram o “Milagre Econômico” (1968-1973), período em que o Brasil registrou taxas elevadas de crescimento econômico, através de uma reabertura do seu mercado para os capitais estrangeiros e para as multinacionais. Medidas realizadas neste período tinham como finalidade se reajustar diante das crises que o país vinha passando desde o governo de Jânio Quadros. A literatura discute que os fatores que foram determinantes para o “milagre brasileiro” podem ser divididos em três grandes grupos: a) a reformulação de uma política econômica (1968-1973), em particular, a adoção de políticas monetária e creditícia expansionistas e de incentivo à exportação; b) um ambiente externo favorável, devido a uma grande expansão da economia mundial, abundância de crédito e melhoria nos termos de troca; c) as reformas institucionais do PAEG, em especial, as reformas fiscais/tributárias e financeiras que contribuíram para criar condições necessárias para aceleração do crescimento (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI, 2008, p. 225).

O I Plano de Desenvolvimento Nacional (I PDN), instituído em 1971, no governo Médici, culminou exatamente no período do milagre econômico brasileiro e tinha como principal objetivo colocar o Brasil na categoria de país desenvolvido nas próximas gerações. Foram criadas políticas para fomentar a infraestrutura, os setores de transportes e telecomunicações. Foram, também, feitos investimentos na ciência e tecnologias para expandir a indústria naval, siderúrgica e petroquímica. Fizeram parte desse plano construções de grandes obras como a usina hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica (BRASIL, 1971).

Com Delfim Netto no Ministério da Fazenda, o governo passou a reforçar o sistema financeiro nacional incentivando as conglomeradas entre os bancos comerciais com os bancos estrangeiros. No entanto, esse sistema adotado não foi capaz de promover nenhum capitalismo financeiro eficaz no Brasil, e acabou servindo como intermediário para que as empresas nacionais conseguissem obter créditos externos, então abundantes no mercado internacional devido à crise do padrão-dólar de 1971. A facilidade para conseguir esses

empréstimos pelas empresas e bancos levou ao um endividamento externo privado que resultou em um prejuízo público a cada desvalorização cambial. Com a chegada de Geisel ao governo (1974-1979), o endividamento externo já era basicamente estatal, e esse cenário acabou sendo incompatível para uma industrialização pesada iniciada pelo II PND (TAVARES, 1999).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi instituído no governo de Ernesto Geisel como respostas as crises internacionais e tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia através do capital financeiro, nacional e das oligarquias tradicionais. Diferente do I PND, cuja prioridade residia nos bens de consumo duráveis, o II PND tinha intenções mais audaciosas, com megaprojetos e um plano de industrialização pesada (FONSECA, 2007). Entretanto, com o primeiro choque do petróleo dos anos 1970 e um ambiente internacional desfavorável financeiramente para adoção de uma política de substituição de importação iniciada por Geisel, o governo brasileiro recorreu, mais uma vez, ao endividamento externo para financiar a sua industrialização. Conseqüentemente, isso gerou um aumento das taxas de juros internacionais dos empréstimos obtidos pelo Brasil, seguido de uma estatização da dívida privada externa (FIORI, 1994).

Além disso, o II PND tinha tarefas demais. Do ponto de vista geoeconômico o plano tinha como objetivos: a) construir um núcleo tecnológico endógeno, para fomentar a capacidade do país na renovação tecnológica e assim criar uma reserva para indústria da informática, da construção e de um sistema nacional integrado de telecomunicações; b) colocar o Brasil como um *global trader* e abrir espaços para que o país pudesse exportar as suas mercadorias manufaturadas para várias áreas do mundo através do apoio de um capitalismo associado de algumas filiais multinacionais, e das indústrias de metalmeccânica e eletrônico. Expandir o complexo agroindustrial brasileiro para disputar por novos mercados; c) mudar a política nacional de importação de petróleo, enquanto não se avançava na autossuficiência do país, diversificando os seus fornecedores e comprando de outras regiões como do Norte da África; d) internacionalizar o complexo exportador do país para competir com os Estados Unidos na disputa de novos mercados na África (TAVARES, 1999, p. 472-473).

Essa natureza ofensiva da política externa do general Geisel tinha como principal intenção o enfrentamento da diplomacia mundial dos Estados Unidos, tentando abrir espaço num mundo que se configurava àquela época como trilateral (TAVARES, 1999). Contudo, o fracasso que sucedeu ao II PND, que não foi resultado somente do endividamento externo, mas também dos próprios problemas estruturais e político-econômicos que o país vinha

passando, além do insucesso da política de substituição de importação e da promoção de uma industrialização pesada sem recursos financeiros próprios (LESSA, 1978), acabou resultando em consequências econômicas sérias para o país - terminando o pacto do Estado desenvolvimentista do período da ditadura militar (FIORI, 1994).

Em síntese, o golpe de Estado de 1964 excluiu as classes populares do sistema político. Verificou-se, mais tarde, um período de crise e recessão econômica marcado por um fortalecimento do sistema capitalista. Ao final da década de 1970, quando os países centrais começaram a pressionar pela abertura dos mercados dos países periféricos, a grande burguesia brasileira, que se situava socialmente e politicamente isolada, não conseguiu resistir por muito tempo à pressão dessa demanda vinda dos países centrais. O resultado foi um revezamento entre a estagnação e um crescimento econômico fraco nas décadas de 1980 e de 1990 (BOITO Jr, 2012).

Ademais, a crise da dívida externa na década de 1980 se deu pelo alto endividamento dos países periféricos que tomaram um grande número de empréstimos para financiar o seu processo de industrialização, e coincidiu em um período de recessão dos países centrais devido à crise do petróleo. Para Dos Santos (2002, p. 20), a crise da década de 1980 confirmou o caráter dependente da economia latino-americana; pois, mostrou como a periferia ficou cada vez mais afastada dos centros de produção científica, tecnológica e cultural. Os países periféricos se inseriram na armadilha de um crescimento econômico sem emprego, não vendo expandir a educação, saúde, cultura, lazer e outras atividades típicas de uma revolução científico-técnica.

Nos anos 1990, o Brasil seguiu com a tendência que vinha ocorrendo no cenário internacional a favor da globalização e de uma economia mundial liberalizada. Com a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, essas ideias foram ainda mais reforçadas, principalmente, na América Latina. As dez medidas propostas pelo consenso de Washington ilustravam esse novo cenário pautado pela defesa do neoliberalismo e das instituições internacionais. Contudo, o que pode ser visto nesse período, na periferia latino-americana, foi um quadro de aumento da desigualdade social, expropriação dos recursos naturais pelas multinacionais e o fortalecimento de um agronegócio não modernizado, com uma baixa taxa de crescimento e uma redução real da força de trabalho (FISHLOW, 1972).

O desenvolvimento econômico, com a chegada da globalização, seguiu a dinâmica imposta por um sistema capitalista pós-fordista, proporcionando uma alta pressão nos recursos naturais no mundo, sobretudo nas regiões onde eles são abundantes: o Sul Global. O início do século XXI foi marcado por sucessivas crises impostas por um ambiente

internacional desregulado. O Estado foi substituído pelo mercado a fim desse garantir as políticas sociais e ambientais, marcando uma nova fase na economia mundial. Novamente, o papel da ecologia será repensado através dessa ótica: lucro vs meio ambiente.

### 2.2.1 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO: UMA VISÃO DE PROGRESSO SUSTENTÁVEL?

A década de 2000, com a ascensão à Presidência da República de candidatos oriundos de partidos socialistas, como do Partido dos Trabalhadores (PT), foi marcada por uma nova orientação do caminho do capitalismo brasileiro, que voltou a registrar taxas um pouco mais elevadas de crescimento econômico. Os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff puderam, ainda que de forma tímida, superar a estagnação econômica da década de 1990, apresentando uma importante ferramenta de intervenção popular na história da política brasileira. O PT, que teve a sua formação partidária através do movimento sindical e da luta popular, retomou a proposta de um Estado interventor em prol do desenvolvimento dentro de um sistema capitalista brasileiro (BOITO Jr, 2012).

Dessa maneira, as classes dominadas, como o operariado urbano e a classe média baixa, tiveram no Partido dos Trabalhadores e no sindicalismo o intermédio para participar dessa nova agenda de desenvolvimento socioeconômico do país. Todavia, o PT, que desde a década de 1990 aspirava pela implementação do Estado de bem-estar social no Brasil, conseguiu atrair a grande burguesia interna que vinha na época fazendo uma crítica moderada ao neoliberalismo. Desse modo, juntou a sua tradição partidária de origem com a insatisfação da burguesia e converteu-se no criador do novo projeto de desenvolvimento brasileiro. O operariado e a classe média baixa, que ocupavam um lugar de destaque antes do PT ter chegado ao poder, passaram agora a ser uma base social e não mais uma força dirigente do partido (BOITO Jr, 2012).

Os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff tentaram buscar um crescimento para o país a partir da inclusão de alguns elementos essenciais da política econômica e social, que foram ausentes na gestão de Fernando Henrique Cardoso, como a) adoção de políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda para aumentar o poder aquisitivo das camadas mais pobres; b) uma alta elevação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiar grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) adoção de uma política externa de apoio às grandes empresas nacionais ou aquelas instaladas no Brasil que exportam mercadorias e



capitais; d) uso de uma política econômica anticíclica para manter a demanda agregada em tempos de crise econômica; e, por fim, e) um aumento do investimento estatal para infraestrutura. Todos esses elementos, apesar de não romper com o modelo econômico neoliberal herdado da década passada, trouxeram um novo espectro ao desenvolvimento da economia brasileira (BOITO Jr, 2012).

Os assalariados passaram a ganhar um peso maior na dinâmica econômica do país. A recuperação do emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentaram o poder aquisitivo dessa classe social. Nesse cenário, o governo brasileiro conciliou as classes e amenizou as contradições entre os trabalhadores e a burguesia interna, para que não fosse comprometido o novo projeto de desenvolvimento que se tinha em mente para o país (BOITO Jr, 2012). Nessa época, esse projeto foi apresentado como uma alternativa capaz de resolver os problemas da pobreza e da dependência externa brasileira, o que na realidade foi apenas um modelo de uma versão surrada da teoria do crescimento e da modernização que reforça o mito de que o crescimento é a solução para os problemas do Brasil - iludindo as massas (SAMPAIO Jr, 2012).

O novo plano de desenvolvimento econômico brasileiro absorveu as características de um mundo globalizado e de um mercado liberalizado. Conforme apontam estudos, esse foi um período em que o Brasil a) apresentou um crescimento econômico modesto, embora maior do que na década de 1990; b) conferiu uma importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local (BRESSER-PEREIRA, 2012); d) aceitou os constrangimentos imposto pela divisão internacional do trabalho e reativou a sua função primário-exportadora; e) teve uma menor capacidade distributiva de renda; e, f) teve um modelo de desenvolvimento dirigido por uma parcela da burguesa que perdeu toda a sua vaidade para agir como força social nacionalista e anti-imperialista. Demonstrando, ao final, ser um programa de progresso bem mais singelo que dos anos anteriores. Isso deve-se ao fato do novo desenvolvimentismo brasileiro, ser uma política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal (BOITO Jr, 2012).

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO Jr, 2012, p. 679).

A classe mais favorecida pelo o neodesenvolvimentismo brasileiro é a burguesia interna, que se encontra distribuída por diversos setores da economia do país. Essa é uma classe composta por grandes empresários que reivindicava, sobretudo, o favorecimento e a proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro. Dentro desse grupo, o setor do extrativismo, da mineração e outras áreas ligadas à exportação de produtos agropecuários, foram os que mais se beneficiaram com as políticas de favorecimento adotadas pelo Estado (neste período) que buscava um superávit na balança comercial. (BOITO Jr, 2012). O que de certa forma apresentava um paradoxo, já que se presume que uma perspectiva desenvolvimentista deve ter a presença de políticos dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio. O neodesenvolvimentismo é entusiasta do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas. Defende a estabilidade da ordem e o *status-quo*, e não apresenta nenhuma pretensão de mudar o curso da história; na sua visão de mundo, o desenvolvimento e o fim da história caminham de mãos dadas (SAMPAIO Jr, 2012, p. 685).

Essas abstrações acabam influenciando nos condicionantes estruturais que determinam a forma específica do funcionamento da economia brasileira, impedindo a visualização de quais são os interesses estratégicos, internos e externos importantes para que a sociedade nacional controle os fins e os meios da incorporação do progresso técnico do país. Perdem-se nos elos emaranhados entre a presença dominante do capital internacional, vulnerabilidade externa estrutural, desindustrialização e especialização retroativa das forças produtivas. Somem os vínculos entre a burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira como base da acumulação capitalista. Restando, ao final, a dependência estrutural da exportação de *commodities*, a revitalização do latifúndio e do extrativismo - estruturas típicas de uma economia colonial (SAMPAIO Jr, 2012, p. 682).

Ao identificar essas utopias com a realidade concreta da economia brasileira, o novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo demonstra o seu lado mais simplório e provinciano, apresentando-se como é: uma vergonhosa apologia à ordem. A relação indesatável entre o desenvolvimento e a selvageria que vivemos nos dias de hoje, que se manifesta com maior intensidade nas economias periféricas, converte-se, por um milagre, no seu contrário: o capitalismo que é capaz de conciliar o crescimento com igualdade. Sem contar que a superestimação dos fatos considerados positivos, resultante do *boom* das *commodities*, alimentou a ilusão de que o país estaria passando por um ciclo endógeno de crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional (SAMPAIO Jr, 2012).

Quando a crise de 2008 atingiu os países centrais e se estendeu aos países periféricos, aumentou ainda mais essa ilusão, já que a maioria dos bancos brasileiros passou relativamente incólume por essa crise, bem como as grandes empresas nacionais, como Petrobrás, Vale do Rio do Doce, Gerdau, Embraer, dentre outras. Todos esses fatores, deram a percepção de um fortalecimento da economia brasileira, proporcionando um clima favorável para que o país barganhasse no âmbito externo uma posição de *global player*. Com aumento nos investimentos externos nas empresas brasileiras o país passou a ter uma presença maior nos eventos midiáticos internacionais, como a Conferência do Clima em Copenhague, o envio das tropas ao Haiti, conquista de sede das Olimpíadas Copa do Mundo, entre outros eventos importantes (FONSECA, CUNHA e BICHARA, 2013, p. 410).

Nesse meio tempo, a questão ambiental passou ser tratada com mais destaque na política externa brasileira. O país passou a investir em sua posição *suis generis* adotando uma liderança entre os países emergentes dentro da agenda ambiental global. Porém, no âmbito interno continuou optando pelo crescimento econômico em detrimento à proteção do meio ambiente. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é exemplo claro disso, posto que o governo investiu em obras controversas como a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e em outros empreendimentos previstos pelo programa, não conferindo a devida importância aos impactos ambientais que essas obras provocariam. Além do mais, ainda não há uma discussão nacional sobre o tipo de desenvolvimento a ser perseguido, em lugar de um desenvolvimento às custas da exploração dos recursos naturais e de nossas comunidades nativas, em clara reafirmação da condição de país meramente agroexportador. Em contraste, um outro projeto, baseado em políticas e ações com vistas a um desenvolvimento sustentável e no direcionamento de uma economia verde de baixo carbono. Baseado, portanto, não somente em uma redução temporária do desmatamento, mas também no investimento de políticas de modernização da produção, com inovação e tecnologia (MOREIRA, 2018, p. 457).

Em outras palavras, a escolha de um projeto de desenvolvimento econômico que inclua a proteção ambiental, requer repensar a trajetória de um país como o Brasil, que apresenta uma grande diversidade de riquezas naturais, na sua possibilidade de preservação para gerações futuras. Devemos formular um plano que concilie essas características internas com boas políticas econômicas e, assim, edificar um caminho que nos leve de fato ao progresso em todas as suas vertentes (MOREIRA, 2018, p. 457). Ficou claro que no período neodesenvolvimentista dos governos de Lula e Dilma, o país não conseguiu adotar tais mudanças para seguir rumo ao um desenvolvimento sustentável. Apesar de ter conseguido

grandes avanços na redução da pobreza e na inclusão social, o país ainda apresenta sérios problemas internos, que ficaram difíceis de serem controlados e que começaram a eclodir a partir da metade do segundo mandato de Dilma Rousseff.

Com estagnação da economia, índices recordes de desemprego, escândalos de corrupção envolvendo o PT trazidos à tona pela operação Lava Jato e uma insatisfação popular crescente - colocou em voga, a permanência de Dilma no cargo da presidência. Após o seu impeachment em 2016, a situação se agravou ainda mais. O Brasil se viu em um cenário composto por um emaranhado de grupos políticos que disputavam o poder a todo custo. A atual conjuntura doméstica brasileira trouxe e permanece trazendo novos desafios a serem enfrentados, que caso não resolvidos, observando as questões da sustentabilidade e inclusão social, podem ser fatais para o novo tipo de Brasil que queremos construir para o futuro.

### 2.3 OS DESAFIOS DE UM PAÍS AINDA AGROEXPORTADOR: OS OBSTÁCULOS PARA SE TER UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Brasil é um país de tamanho continental e essa característica sempre implicou na construção da sua identidade tanto internacional como nacional. Esse vasto perímetro territorial também se traduz em obstáculos a serem enfrentados. A desproporcionalidade do desenvolvimento regional marcou e marca a história econômica e política do país, tendo o Sul-Sudeste mais desenvolvidos que as regiões restantes, com maior concentração de indústrias e uma renda per capita maior. Já Centro-Oeste, Norte e Nordeste ficaram marcados pelo alto índice de pobreza, regiões presas a um sistema de agricultura de subsistência e na exploração de suas terras.

A política territorial do Brasil para o desenvolvimento das suas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, foi a de incentivar atividades ligadas à agropecuária, pelo fato de ser uma área pouco povoada e de terras baratas. Todavia, o país tem destaque no agronegócio, e as políticas de incentivos adotadas pelo governo, sobretudo as políticas territoriais, incrementaram esse setor, que hoje apresenta importante contribuição em seu PIB. O Brasil não conseguiu desvencilhar-se do seu passado colonial e nem sequer rompeu com a estrutura de dependência externa. Além disso, vem colocando em riscos os avanços já alcançados, desde a década de 1980, a respeito da diversificação do seu aparelho produtivo e, assim, segue rumo a uma desindustrialização, consolidando uma economia primária-exportadora.

Atualmente, se discute o processo de desindustrialização que a economia brasileira vem passando. É certo que nos últimos anos produtos como a soja (mesmo triturada), minério de ferro e seus derivados, carne de origem animal, entre outros, têm figurado na lista dos principais produtos brasileiros exportados (MDIC, 2019). Dentro dessa dinâmica, regiões como a do Centro-Oeste, que antes não despertava interesse do capital, assumiu um papel de destaque no manejo agrícola de larga escala. O Estado de Mato Grosso é o atual líder na produção de soja, e a tendência é aumentar cada vez mais a sua capacidade produtiva nesse segmento (MDIC, 2019).

É importante salientar que o modelo do agronegócio implica em uma pressão na degradação do meio ambiente e contribui para aumentar o desequilíbrio climático global. Conforme afirma o novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC, 2019), o mal uso do solo acaba causando desertificação, degradação e baixa absorção do CO<sub>2</sub>. Além disso, o aumento do consumo de carne de origem animal no mundo eleva a produção de grãos a fim de alimentar o rebanho. Dessa forma, acaba gerando um desequilíbrio e insegurança alimentar – no futuro não terá espaço e nem alimento para se conciliar uma grande área de pasto com uma enorme população de seres humanos. O Relatório do IPCC ainda prevê uma tensão sob o solo, na medida em que é transformado em um recurso crítico para as próximas gerações.

Posto isto, no Brasil o uso da terra sempre foi associado aos grandes senhores (os fazendeiros) através de uma dinâmica patriarcal. A classe do agronegócio brasileiro apresenta desde muito tempo grande influência tanto na economia como na política no país e, portanto, defende os interesses que possam favorecer o seu modelo produtivo, como por exemplo: afrouxamento de políticas de controle e fiscalização do desmatamento, uso de agrotóxicos e uma baixa demarcação de terras indígenas.

O primeiro Código Florestal brasileiro surgiu em 1934 e, desde então, sofreu e vem sofrendo alterações. A sua última encarnação foi aprovada em maio de 2012 pelo Congresso Nacional; entretanto, essa atual versão acabou vetando artigos e dispositivos importantes para a proteção ambiental, vigentes nas versões anteriores (BRASIL, 2012). O principal objetivo do código florestal é instituir as regras gerais sobre onde e de que forma o território brasileiro pode ser explorado, determinando, assim, quais as áreas de vegetação nativa que devem ser preservadas e quais as regiões legalmente autorizadas a receber os diferentes tipos de produção rural (BRASIL, 2019). Porém, o que se vê na prática é o não cumprimento dos dispositivos conferidos pelo código, sobretudo pelos grandes proprietários de terras. Haja

vista que, as queimadas ilegais ficaram algo corriqueiro de ser presenciada no Brasil com o intuito de transformar a vegetação natural em pasto.

A terra é um artigo estratégico e, dessa forma, sempre esteve na mira dos capitais. Não é à toa que os recursos retirados dela vão muito além da produção de alimentos, e envolvem questões de poder, força e dinheiro. Com a chegada de novos atores, como as empresas multinacionais e as grandes corporações, a terra passou a ser ainda mais disputada. No Sul Global, esse é um cenário extremamente conflituoso; pois, são regiões que apresentam disponibilidade territorial e grandes riquezas naturais. No Brasil, esse contexto não é diferente: o país vem recebendo participações de empresas estrangeiras e investimentos na área do extrativismo, no processamento de grãos, na indústria da celulose, entre outros. As nações periféricas sofrem por ainda ter uma economia baseada na exploração dos seus bens naturais e acabam não conseguindo se desvencilhar de um sistema internacional desigual. Por essa razão, ficam cada vez mais distantes de aderir uma economia verde. E, sem dinheiro e inovações tecnológicas, tendem a sofrer mais com as catástrofes naturais.

Os desafios impostos pelo fim do auge das *commodities* são grandes, mas o Brasil precisa ter novas formas produtivas para superá-lo. Todavia, investir na diversificação da sua produção e em inovações tecnológicas que agridam menos o meio ambiente é um dos caminhos que poderia impulsionar o seu crescimento econômico e agregar mais valor as suas mercadorias comercializadas. A agroindústria vem surgindo como uma alternativa na tentativa de conciliar os interesses da agropecuária brasileira com uma incrementação industrial. Haja vista que, apenas 30% da produção agrícola dos países em desenvolvimento passam por um processamento industrial, enquanto nos países de economia desenvolvida 98% da sua produção agrícola são processadas (ONU, 2019). Isso indica a existência de grandes oportunidades de negócios na área rural para os países em desenvolvimento, abrindo novamente a discussão a respeito do papel do campo na inserção econômica e social.

A participação das agroindústrias no crescimento econômico de uma nação continua sendo algo controverso, principalmente quando se discute desenvolvimento sustentável, visto que necessitam retirar do meio ambiente a sua principal matéria-prima de produção e, às vezes, acabam não empregando nenhum avanço tecnológico no país em que se instalam. A produção de celulose no Brasil é um exemplo clássico de agroindústria de alta produtividade. Dentro desse mercado a região de Três Lagoas (MS) é um dos polos promissores desse segmento. Desse modo, o campo e a indústria se colidem abrindo espaço para discutir as suas possibilidades de transformações sociais, econômicas e ambientais longe dos centros urbanos.

### 3. – A INSERÇÃO DO CERRADO NO MERCADO MUNDIAL: A PRODUÇÃO DE EUCALPITO NO MATO GROSSO DO SUL E A VINDA DE INDÚSTRIAS DE PAPEL-CELULOSE EM TRÊS LAGOAS

Neste capítulo abordamos a inserção do cerrado no mercado mundial, observando como as terras desse bioma, antes consideradas improdutivas para o manejo agrícola de larga escala, com o passar dos anos se tornaram uma das principais regiões do Brasil na produção de grãos, entre outros produtos agrícolas. Diante disso, analisamos o papel do capital privado e internacional, a introdução das tecnologias nas lavouras e as políticas de incentivos para transformar esse território em um mercado lucrativo, na medida em que proporcionaram a vinda de grandes empresas e no fortalecimento do agronegócio brasileiro. Por último, investigamos como tudo isso refletiu para fomentar a produção de eucalipto no Estado de Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, na construção do parque industrial de Papel-Celulose de Três Lagoas (MS).

#### 3.1 - O CERRADO BRASILEIRO: DO DESINTERESSE AO INTERESSE DO CAPITAL

O cerrado brasileiro antigamente era visto como sinônimo de pobreza muito por conta de ser uma região afastada das principais costas marítimas, pouco povoada e localizada distante dos grandes centros urbanos brasileiros (CHAVEIRO e CALAÇA, 2012). A partir da década de 1970, essa parte do Brasil passou a receber políticas de incentivos através do acolhimento do capital nacional privado e internacional para transformar-se em uma área produtiva. Vale mencionar que as políticas territoriais adotadas pelo governo brasileiro nessa época, as quais merecem destaque nesta dissertação; são: o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), os quais tiveram contribuições importantes para anexação desse bioma à economia internacional.

O PRODECER foi uma parceria entre o governo brasileiro com o governo japonês, assinado em 1974. O Japão nessa época estava preocupado em relação a escassez de alimento no mundo, e viu nessa preocupação a necessidade de diversificar os seus fornecedores, principalmente, aqueles que os forneciam soja. Já o Brasil passava por período de expansão da sua economia, tentando aumentar a sua capacidade produtiva na área agrícola, sobretudo nos Cerrados, considerado, até então, impróprio para o plantio de larga escala. Dessa forma, a criação desse programa veio atender a demanda desses dois países, e estimulou a migração

nacional ao mesmo tempo que transformava essa região brasileira em algo rentável. Mais tarde, o programa foi prorrogado, para o PROCEDER II (em 1985) e PROCEDOR III (em 1995) (BRASIL, 2002).

De sua parte, o POLOCENTRO foi um plano exclusivo do governo brasileiro e fazia parte do II PND, do governo Geisel. Este foi um programa estabelecido através do Decreto nº 75.320 em 29 de janeiro de 1975 e tinha como finalidade promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias do Centro-Oeste, e no Oeste do Estado de Minas Gerais, mediante a uma ocupação racional de áreas específicas com características de cerrado; foram elas:

Estado de Minas Gerais: Triângulo Mineiro (ao longo da BR-365, entre Patrocínio e Canápolis); Alto-Médio São Francisco (limitada pelos rios Paraopeba, São Francisco e das Velhas, de Sete Lagoas até Pirapora) e Vão do Paracatu (localizada entre cidade de Paracatu e a BR-356, tendo como eixo a BR-040); II – **Estado de Mato Grosso: Campo Grande-Três Lagoas** (ao longo da Estrada de Ferro Noroeste, entre Campo Grande e Três Lagoas); **Bodoquena** (ao longo da rodovia de ligação entre **Aquidauana e Bonito**); Xavantina (delimitada pelo rio Cristalino e ribeirão Água Preta) e Parecis (localizada ao longo da BR-364, entre os ribeirões Sumidouro e Sacré); III – Estado de Goiás: Gurupi (ao longo da BR-153, entre as localidades de Gurupi e Porangatu); Paraná (ao longo da BR-020, entre o rio Paraim e a cidade de Posse); Pirineus (ao longo da BR-080, entre a divisa do Distrito Federal com Goiás e do rio das Almas); Piranhas (ao longo da BR-158, entre Piranhas e Aragarças) e Rio Verde (localizada entre os rios Verde Grande e Claro e o eixo da BR-060) (BRASIL, 1975, grifo nosso).

Tanto o POLOCENTRO como o PROCEDER tinham como intenção diversificar e aumentar a atividade agrícola nos Cerrados, a fim de se encaixar nos moldes do agronegócio. No caso de Mato Grosso do Sul, esses dois programas fomentaram a produção de grãos e o plantio de eucalipto. Antes, as terras do Centro-Oeste eram consideradas impróprias para grandes lavouras, dado que a predominância de solos ácidos acaba impossibilitando a agricultura comercial. Contudo, com a chegada de investimentos também chegou à tecnologia e conseguiu-se transformar essas terras em um mercado lucrativo. Atualmente, essa é uma das principais regiões brasileiras na produção de grãos (MIDC, 2019). Tudo isso, graças a aplicação dos conhecimentos da biotecnologia produzidos a partir da Revolução Verde<sup>17</sup>.

O agronegócio, bastante próximo do que se convencionou tratar como Complexo Agroindustrial (CAI), abarca o conjunto de atividades que concorrem para a elaboração de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos até o produto

<sup>17</sup> Revolução Verde é uma expressão utilizada para o período em que se inseriu no campo a tecnologia, com a modificação genética das sementes, maquinários, agrotóxicos, entre outros, para assim aumentar a capacidade produtiva das lavouras. No Brasil, esse período iniciou na Ditadura Militar na década de 1970 e foi responsável pelo desenvolvimento agrícola de larga escala do país, em especial, na produção de grãos.



final. Nesse sentido, e tal como reconhecido pela ampla literatura sobre o tema, o agronegócio congrega as ações de produção, distribuição de suprimentos agrícolas, operações de produção nas unidades agrícolas, armazenamento, processamento e distribuição de produtos, envolvendo, portanto, as empresas que produzem, processam, comercializam e distribuem produtos agropecuários, agrofloreais e agroindustriais (GARLIPP, 2005, p. 143).

Conseqüentemente, a expansão do agronegócio alterou, e continua alterando, o Cerrado, inclusive em áreas naturais importantes para preservação desse bioma. Haja vista que a agropecuária se utiliza de uma grande extensão territorial para a realização das suas atividades e acaba modificando as vegetações nativas em espécies agrícolas de valor comercial, como nos casos da soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, etc. Transformando a natureza em uma agrodiversidade. Além disso, investe-se em pesquisas biotecnológicas para aumentar a resistência das lavouras, utilizando agrotóxicos, produtos químicos e, até mesmo, alterações genéticas das sementes (CALAÇA, 2010). A lógica do mercado é modificar a natureza conforme o interesse do capital.

A introdução de sementes geneticamente modificadas e de outros avanços proporcionados pela engenharia genética, institui-se em uma nova era no campo. Os conhecimentos adquiridos por essa ciência não estão disponíveis a todo mundo, posto que está cada vez mais monopolizado pelas empresas multinacionais, que controlam a comercialização e o uso das variedades produzidas via laboratório, além dos insumos necessários para o cultivo dessas espécies modificadas. Dessa maneira, a biotecnologia acaba empregando os seus saberes científicos e tecnológicos aos interesses do agronegócio, adaptando as plantas e os animais à necessidade do mercado (CALAÇA, 2010).

A biotecnologia pode ser definida como um conjunto de técnicas de manipulação de seres vivos ou parte destes para fins econômicos. Esse conceito amplo inclui técnicas que são utilizadas em grande escala na agricultura desde o início do século XX, como a cultura de tecidos, a fixação biológica de nitrogênio e o controle biológico de pragas. Mas o conceito inclui também técnicas modernas de modificação direta do DNA de uma planta ou de um organismo vivo qualquer, de forma a alterar precisamente as características desse organismo ou introduzir novas (SILVEIRA, BORGES e BUAINAIN, 2005, p. 102).

Uma coisa é certa, “quanto mais avançadas são as tecnologias empregadas na produção agrícola, maiores são os níveis de substituição da vegetação nativa por espécies exógenas, de interesse comercial” (CALAÇA, 2010, p. 30). Esse cenário já é realidade no Cerrado brasileiro, que vem mudando sua flora e fauna por lavouras e pastagens (INPE, 2019). O agronegócio também transforma a relação entre o homem e a natureza, alterando os modos de vida e saberes populares, por atividades que visam aumentar o lucro e a

competitividade. Desse modo, cria-se uma dependência pelas sementes e insumos modificados, afastando as experiências das populações nativas como na produção de sementes crioulas, tornando esse conhecimento em uma prática já esquecida (CALAÇA, 2010).

Entretanto, essa realidade ainda é mais complexa para um país que depende, sobretudo, desse setor para lograr economicamente e gerar bons indicadores na sua balança comercial. O Brasil não tem outro segmento que desempenha as mesmas funções que o agronegócio vem desempenhando, posto que, ainda tem uma baixa capacidade tecnológica e industrial. Portanto, depende da exploração do meio ambiente para gerar riqueza, emprego e desenvolvimento - atendendo as necessidades de uma estrutura econômica primária. Contudo, as ameaças ambientais se tornaram urgentes e difíceis de serem ignoradas, de modo que o Brasil precisa procurar novas formas produtivas que sejam mais sustentáveis.

### 3.2 – O PLANTIO DE EUCALIPTO EM TERRAS SUL-MATO-GROSSEENSES: UM TERRITÓRIO JÁ DOMINADO

A produção de eucalipto no Brasil tem como principal função atender as demandas industriais. Essa é uma matéria-prima que tem uma grande variedade de transformação, podendo ser utilizada em diversos setores, como na produção de celulose, papel, compensado de MDF, carvão vegetal, embalagens, etc. Já as suas folhas são usadas nas indústrias farmacêuticas e químicas. A produção florestal vem crescendo nos últimos anos no Brasil, e o principal destino dessas árvores tem sido para as indústrias de Papel-Celulose, dado que, de um total de 7,83 milhões de hectares de árvores plantadas (desde Pinus à Eucalipto) em 2018, 36% pertencem às empresas desse ramo. Em segundo lugar, com 29%, encontram-se os proprietários independentes, que investem em plantios florestais para comercialização da madeira em tora. Em terceiro lugar está a siderurgia de carvão vegetal, com 12% (IBÁ, 2019, p. 36).

Nos últimos anos (2002-2012), a indústria nacional de celulose cresceu em média 5,7% a.a., reflexo do aumento das exportações para novos mercados, como o asiático e o europeu (ABRAF, 2013, p. 84). Em 2016, a produção brasileira de celulose alcançou 18,8 milhões de toneladas, 8,1% superior ao que foi produzido no ano de 2015 (IBÁ, 2017, p. 41). Em 2018, o volume da produção de celulose brasileira atingiu 21,1 milhões de toneladas, com exportação de 14,7 milhões de toneladas (IBÁ, 2019, p. 44). Como podemos observar, o principal destino da celulose brasileira é a exportação, e esse é um mercado que cresce cada vez mais. Em 2000 o país ocupava o 5º lugar no ranking mundial de produtores de celulose

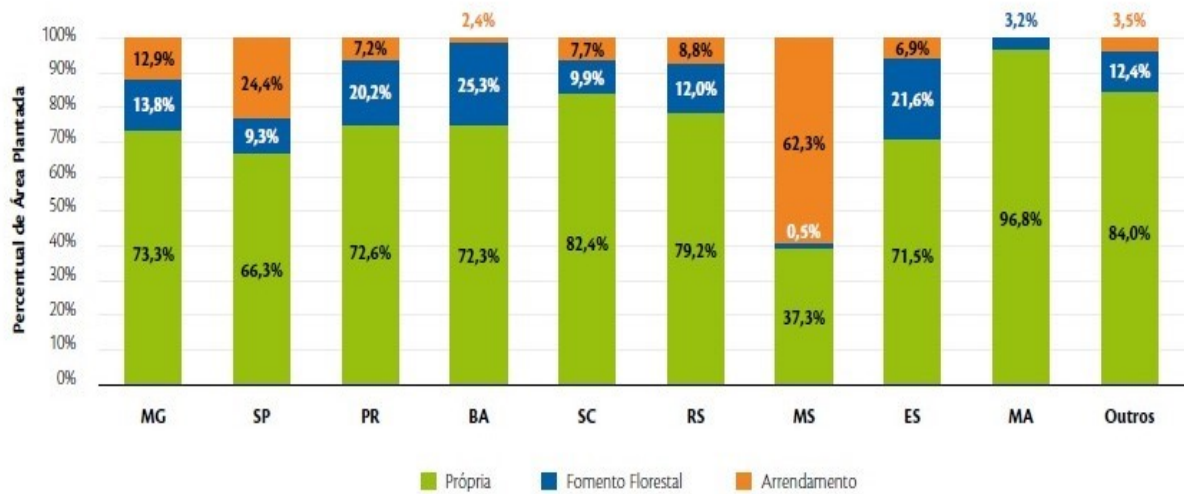
(ABRAF, 2013). Passou, em 2018, a ocupar o 2º lugar, perdendo somente para os Estados Unidos (IBÁ, 2019).

Contanto, todos esses resultados alcançados pelo Brasil nesse segmento não seriam possíveis se não fossem empregados os conhecimentos da biotecnologia nos plantios de eucalipto de fibra curta e longa (IBÁ, 2017; 2019). Um dos aspectos que vem ganhando relevância para trazer aumento da produtividade florestal é a adoção das espécies/clone. Dessa maneira, são modificadas as variabilidades genéticas, a intensidade da seleção (feita pelo homem) e a herdabilidade das características de interesse, transformando a árvore em uma espécie comercial, mudando a anatomia da sua madeira e dos seus *genes*, para, ao final, se ter um maior número de teor de lignina, rendimento em celulose e melhor densidade de madeira. E, assim, diminuindo o ciclo da sua colheita (ABRAF, 2009, p. 58).

As principais tendências, em se tratando de melhoramento genético florestal, são: (i) continuidade dos programas de melhoramento, com vista a explorar a variabilidade existente através da recombinação dentro da espécie; (ii) utilização da clonagem como alternativa para plantações altamente produtivas, combinada aos cuidados ambientais necessários a tal prática; e (iii) utilização intensa da seleção precoce visando otimizar o fator tempo (ABRAF, 2009, p. 58).

O Brasil tem uma das mais modernas tecnologias do mundo para a plantação de florestas, destacando-se para o plantio e manejo de eucalipto (MENDES, et al., 2016). No entanto, conforme já visto, essa é uma produção dominada pelas empresas de Papel-Celulose, que centralizam essas tecnologias comprando as patentes e impossibilitando uma concorrência justa contra os pequenos e médios produtores. Em Mato Grosso do Sul, as empresas de celulose-papel têm dominado cada vez mais esse setor, sendo que, no ano de 2008, houve um aumento de 83% nas áreas de arrendamento para as empresas associadas da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) no Estado (ABRAF, 2009, p. 26). Em 2012, essas empresas já representavam, sozinhas, 62,3% dos plantios florestais em Mato Grosso do Sul, em áreas arrendadas (Gráfico 1).

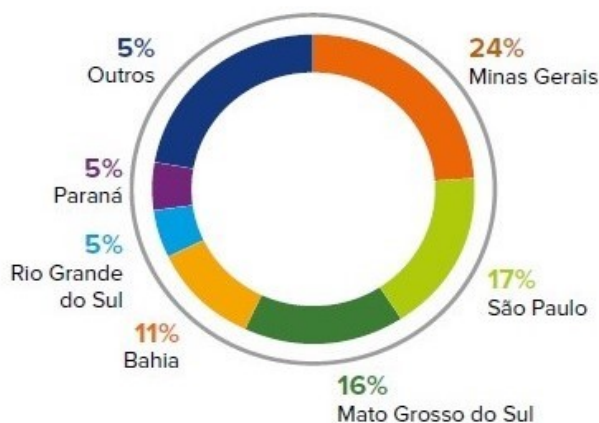
**Gráfico 1** - Distribuição de área de plantios florestais e pinus, por estado e por tipo de propriedade em 2012



Fonte: ABRAF (2013, p. 52).

Ademais, a chegada dos parques industriais de Papel-Celulose, das empresas Eldorado e Fibria, em Três Lagoas (MS), fez, com que Mato Grosso do Sul crescesse 22,5% de área plantada de Pinus e Eucalipto em 2012 (ABRAF, 2013, p. 30). No ano de 2018, o Estado passou ocupar o 3º lugar no ranking brasileiro de maior produtor de eucalipto, representando 16%, perdendo somente para os Estados de Minas Gerais (24%) e São Paulo (17%) (Gráfico 2). Nos últimos sete anos (2012-2018), o crescimento médio brasileiro de área plantada de eucalipto foi de 1,1% ao ano. Já o Mato Grosso do Sul teve um crescimento médio de 7,4% ao ano, liderando a expansão desse setor (IBÁ, 2019, p. 35).

**Gráfico 2** - Distribuição de plantação de eucalipto por estado, em 2018



Fonte: IBÁ E PÖYRY (2018, apud IBÁ, 2019, p. 35).

**Quadro 1** - Série histórica de área plantada de árvores de eucalipto por estado (2009-2018)

Estado / State	Eucalipto (ha) / Eucalyptus (ha)									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Minas Gerais	1.300.000	1.400.000	1.401.787	1.438.971	1.404.429	1.400.232	1.395.032	1.390.032	1.381.652	1.364.538
São Paulo	1.029.670	1.044.813	1.031.677	1.041.695	1.010.444	976.186	976.613	946.124	937.138	936.265
Mato Grosso do Sul	290.890	378.195	475.528	587.310	699.128	803.699	826.031	877.795	901.734	901.778
Bahia	628.440	631.464	607.440	605.464	623.971	630.808	614.390	612.199	608.781	619.514
Rio Grande do Sul	271.980	273.042	280.198	284.701	316.446	309.125	308.515	308.178	309.602	308.657
Espírito Santo	204.570	203.885	197.512	203.349	221.559	228.781	227.222	233.760	234.082	228.488
Paraná	157.920	161.422	188.153	197.835	200.473	224.089	285.125	294.050	295.520	295.970
Maranhão	137.360	151.403	165.717	173.324	209.249	211.334	210.496	221.859	228.801	225.052
Mato Grosso	147.378	150.646	175.592	184.628	187.090	187.090	185.219	185.219	181.515	181.435
Pará	139.720	148.656	151.378	159.657	159.657	125.110	130.431	133.996	135.843	137.866
Goiás	115.286	116.439	118.636	115.567	121.375	124.297	127.201	127.201	127.201	127.201
Tocantins	44.310	47.542	65.502	109.000	111.131	115.564	116.365	116.798	118.443	119.871
Santa Catarina	100.140	102.399	104.686	106.588	107.345	112.944	116.250	116.240	114.513	113.073
Amapá	62.880	49.369	50.099	49.506	57.169	60.025	63.026	65.026	67.826	67.826
Piauí	-	37.025	26.493	27.730	28.053	31.212	29.333	26.068	25.675	25.675
Outros / Others	28.380	4.650	9.314	18.838	15.657	18.157	19.358	19.239	18.883	19.222
<b>Total</b>	<b>4.658.924</b>	<b>4.900.950</b>	<b>5.049.712</b>	<b>5.304.163</b>	<b>5.473.176</b>	<b>5.558.653</b>	<b>5.630.607</b>	<b>5.673.784</b>	<b>5.687.209</b>	<b>5.672.431</b>

Fonte: IBÁ E PÖYRY (2018, apud IBÁ, 2019).

Mato Grosso do Sul vem se destacando no setor florestal nos últimos anos. A silvicultura cresce a passos largos na região e a expectativa é que continue crescendo ainda mais. A Associação Sul-Mato-grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (Refloré MS) estima-se que a área plantada de florestas no Estado possa chegar a 5 milhões de hectares até 2040, desde que haja mercado suficiente para sustentar essa expansão. A expectativa da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), é que sejam investidos mais de R\$50 bilhões nesse setor (Eucalipto-Celulose) até 2020, com o intuito de duplicar a base florestal nacional e ampliar a capacidade industrial brasileira. A meta é dobrar a produção de celulose em uma década, passando de 14 milhões de toneladas (produção registrada em 2010) para 22 milhões de toneladas em 2020 (MENDES, et al., 2016, p. 24). Nesse contexto, o estado de Mato Grosso do Sul representa um papel de destaque no alcance desse objetivo.

[...]. Os incentivos fiscais para novos investidores estão entre os fatores que apontam o Estado como uma região fértil e promissora para o desenvolvimento de florestas plantadas. Outros diferenciais são as condições climáticas e a topografia favoráveis,

a abundância de água de qualidade disponível e a legislação moderna. Além disso, atualmente há disponibilidade de 10 milhões de hectares de áreas degradadas que podem ser aproveitadas para a silvicultura. (MENDES et al, 2016, p. 36).

A incrementação dos polos industriais em Três Lagoas consolidou o complexo Eucalipto-Papel-Celulose em Mato Grosso do Sul. O domínio desse setor já é evidente de ser notado nessa parte do Brasil. Além disso, o governo do Estado vem apostando nesse segmento para gerar as suas receitas e atrair novos investimentos, facilitando o acesso a terras, flexibilizando as leis ambientais e isentando impostos.

### 3.3 – A CONSTRUÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL DE PAPEL-CELULOSE EM TRÊS LAGOAS (MS)

As indústrias do setor de celulose e papel instaladas na cidade de Três Lagoas (MS) são a Fibria Celulose S. A<sup>18</sup>, que é resultado da fusão do grupo Votorantim Celulose Papel com a Aracruz Celulose, sendo a primeira com a participação majoritária na companhia. A segunda indústria de papel-celulose instalada no município, é da Eldorado Brasil Celulose, que faz parte do grupo da J&F que pertence à família Batista e, hoje, passa por entraves a respeito da divisão societária da companhia, já que, em 2017, o grupo vendeu 49,5% da participação da empresa para Paper Excellence (empresa multinacional com sede na Holanda que integra o grupo indonésio Asia Pulp & Paper). A transição foi acordada no valor de 3,8 bilhões de reais mais o valor das dívidas da Eldorado Celulose. No entanto, a transição que deveria estar concluída em 2018 até agora não foi resolvida. Atualmente, esse dilema entre esses dois grupos se estendeu para uma batalha judicial.

Não obstante, a Fibria possui outras duas unidades além do seu polo industrial em Três Lagoas, sendo uma Jacaré (SP) e a outra em Aracruz (ES). Fora isso, a companhia tem participação na metade da produção da indústria de Veracel (BA), que faz parte de uma operação conjunta da empresa com a Stora Enso. Em 2017, ao todo a produção das unidades da empresa somando com as 500 mil toneladas produzidas em Veracel (BA), chegou a 5,6 milhões de toneladas de celulose (FIBRIA, 2017). Já a Eldorado Brasil Celulose só tem um único polo de produção de celulose, que é o de Três Lagoas.

A primeira unidade inaugurada em Três Lagoas foi a da Fibria, em 2009. A empresa comprou em 2007 a planta da International Paper e construiu, assim, o seu primeiro polo industrial na região para produção de papel e celulose, que contou com financiamento do

---

<sup>18</sup> Atualmente a empresa Fibria Celulose S.A está passando por processo de fusão com a empresa Suzano

BNDES. Mais tarde, foi a vez do parque industrial da Eldorado Brasil Celulose ser inaugurado oficialmente em 2012, o projeto também contou com financiamento do BNDES, que disponibilizou cerca de 2,7 bilhões para a construção da obra (BNDES, 2011), o restante dos investimentos veio da família Batista (JBS). Ambos os projetos tiveram incentivos fiscais, tanto da prefeitura de Três Lagoas como do governo do Estado de Mato Grosso do Sul, visando as contribuições desses polos para arrecadação de impostos, no desenvolvimento da infraestrutura local (estradas e rodovias) e na geração de emprego.

A construção da unidade fabril da VCP iniciou em fevereiro de 2007. Para concretizar a atração deste grande investimento, a Prefeitura trabalhou com a gestão de incentivos fiscais por parte do Município e também incentivos por parte do Estado. Outros fatores também contribuíram para a implantação da fábrica de celulose no município. A facilidade para o escoamento da produção, com logística de transporte por via rodoviária e ferroviária, foi um dos grandes atrativos para a empresa, além da localização geográfica privilegiada da região, na divisa com o Estado de São Paulo (Portal da Prefeitura de Três Lagoas, 2009<sup>19</sup>).

A instalação das indústrias de Celulose-Papel em Três Lagoas é uma junção de fatores, que no final das contas, deu certo no aspecto comercial. Desse modo, após início do seu funcionamento, as taxas de crescimento da produção de celulose e papel bateram recordes, tornando esse um dos principais polos do Estado na geração de receitas e no retorno financeiro de curto prazo. Tanto que ambas as empresas, Fibria-MS e Eldorado Celulose, anunciaram a intenção de expandir os seus parques na região. A primeira a formalizar esse desejo e ir atrás dos investimentos necessários foi a empresa Fibria-MS.

Com a aprovação de R\$ 2,3 bilhões do BNDES, a Fibria seguiu com seu plano de instalação da sua segunda linha de produção de celulose branqueada de eucalipto em Três Lagoas (MS). O projeto da empresa ainda prevê a aquisição de vagões, locomotivas e máquinas e equipamentos nacionais, além de um investimento social de R\$ 11,7 milhões nas áreas da saúde, educação, geração de renda e a ampliação do PDRT – Programa de Desenvolvimento Rural Territorial. Ao total, o investimento foi de R\$ 8,7 bilhões para construção da sua nova unidade (a Horizonte 2), que ampliará a capacidade produtiva da empresa em mais de 135% (BNDES, 2016). As obras da Horizonte 2 iniciaram em 2015 e a unidade foi inaugurada em 2017, o empreendimento conta ainda com um viveiro automatizado para criação de mudas de eucalipto modificado de espécies clones. Desse modo,

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/maior-fabrica-do-estado-comeca-a-operar-em-tres-lagoas/>>. Acesso em: 04 out. 2019.

a empresa passou a ter duas unidades em Três Lagoas, se tornando o principal polo de produção de celulose do Brasil (FIBRIA, 2017).

Já a Eldorado Brasil Celulose permanece somente com uma unidade industrial em Três Lagoas. Os seus planos para ampliação da sua linha de produção na região foram alterados para um outro projeto de construção de uma Usina termelétrica (Onça pintada), que irá gerar energia por meio dos restos florestais. A empresa ainda se encontra em um imbróglio judicial a respeito da divisão societária e do controle majoritário da companhia. Em geral, ambas, Eldorado Brasil Celulose e Fibria Celulose S.A trouxeram mudanças para a região além de fomentar a balança comercial do Estado de Mato Grosso do Sul. Porém, outros fatores precisam serem debatidos sobre esse crescimento econômico. Essa é a pauta do próximo capítulo.

**Fotografia 1** - Parque industrial da Eldorado Brasil Celulose em Três Lagoas



Fonte: Revista Veja (2014).



**Fotografia 2** - Parque industrial da Fibria em Três Lagoas



**Fonte:** Campo Grande News (2017).

#### 4. – A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS DE PAPEL-CELULOSE PARA PROMOÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TRÊS LAGOAS (MS)

Neste capítulo iremos analisar a participação da Fibria e da Eldorado Brasil Celulose para a promoção de um desenvolvimento sustentável em Três Lagoas, no período 2008-2018. Contudo, é importante salientar que as definições acerca dos indicadores para se aferir sustentabilidade ainda é algo complexo, pois não existe um consenso na literatura sobre esse assunto, visto que esse é um tema abrangente e pouco específico - assumindo diferentes significados pelo mundo. Desse modo, não há uma fórmula ideal para se medir desenvolvimento sustentável, ainda mais quando os dados necessários em certos locais de análises não estão disponíveis para serem quantificados, ou são difíceis de mensurar (STIGLITZ, SEN e FITOUSSI, 2010).

As Nações Unidas vêm procurando elaborar um *framework* que possa servir como base para os estudos e pesquisas em torno dessa temática. Nesse sentido, tem-se guiado pelos pilares econômicos, sociais e ambientais para definir os indicadores de sustentabilidade, tendo em mente que eles precisam refletir e atender as necessidades das populações sem afetar e comprometer os recursos naturais para gerações futuras. As Nações Unidas também vêm observando a importância de se ater aos papéis das instituições como os órgãos públicos, sociedade civil, empresas multinacionais e ONGs para o sucesso desse modelo de desenvolvimento.

Com efeito, o relatório *Measuring Sustainable Development* (2008), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Econômica da Organização das Nações Unidas (UNECE) e o Gabinete de Estatística da União Europeia (Eurostat), trouxe um conjunto de variáveis dividido em dois grandes grupos que devem ser considerados na elaboração de um índice de sustentabilidade. O primeiro grupo é denominado de “bem-estar fundamental”, e inclui os indicadores que refletem os fatores essenciais para o bem-estar de vida em sociedade, como: avaliação de expectativa de vida saudável, disponibilidade de água potável para consumo, emissão de poluentes, entre outros fatores. Já o segundo grupo é denominado de “bem-estar econômico”, e traz variáveis em torno dos setores econômicos, tais como: produção per capita, capital humano per capita, reservas de recursos energéticos, entre outros (Quadro 2).

**Quadro 2** - Conjunto de indicadores de Desenvolvimento Sustentável do relatório da OCDE, UNECE E EUROSTAT (2008)

	Indicador de estoque	Indicador de fluxo
Bem-estar fundamental	Expectativa de vida saudável	Mudanças nas taxas de mortalidade
	Percentual da população com educação acima do nível médio	Inscrições no ensino médio
	Desvios de temperatura em relação ao padrão	Emissão de gases causadores do efeito-estufa
	Concentração de partículas na atmosfera	Emissão de poluentes
	Disponibilidade de água de qualidade	Carga de nutrientes na água
	Fragmentação dos habitats naturais	Conversão de habitats naturais para outros usos
	Indicador de estoque	Indicador de fluxo
Bem-estar econômico	Produção <i>per capita</i>	Investimento líquido aplicado na produção
	Capital humano <i>per capita</i>	Investimento líquido aplicado no capital humano
	Recursos naturais <i>per capita</i>	Esgotamento dos recursos naturais <i>per capita</i>
	Reservas de recursos energéticos	Esgotamento dos recursos energéticos
	Reservas de recursos minerais	Esgotamento dos recursos minerais
	Reservas de recursos florestais	Esgotamento dos recursos florestais
	Reservas de recursos marinhos	Esgotamento dos recursos marinhos

Fonte: MENEGUIM e VERA, Documento de consulta do Senado Federal<sup>20</sup>.

No entanto, pensar sobre bem-estar pode ser algo conflitante em razão desse ser um fator abstrato. Como por exemplo, a felicidade de uma população poder ser considerada um indicador de bem-estar? Se sim, como realizar esse cálculo?. Em síntese, quando tratamos de desenvolvimento sustentável, mais do que nunca, nos deparamos com essas questões. Dado que alguns indicadores previstos podem ser medidos monetariamente e fisicamente, já outros não terão uma medida precisa, requerendo consideração das suas especificidades. O Senado brasileiro vem orientando, através de um documento de consulta, a combinação de índices já existentes, como o PIB e o IDH, mais os indicadores ambientais para se aferir o desenvolvimento sustentável no Brasil (MENEGUIM e VERA, 2013?).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou o livro ‘Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável’ (2015), com o objetivo de fornecer os subsídios necessários para se medir e acompanhar a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro. Ao todo, são 63 indicadores, divididos nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional. Dessa forma, nos guiamos por essa divisão proposta pelo IBGE e pela ONU, e organizamos a nossa

<sup>20</sup>Apud (UNECE; OECD; EUROSTAT, 2008, p. 10 -11). Como este quadro já está em uma versão traduzida para o português pelo Senado Federal brasileiro, optamos por usar esse quadro para melhor compreensão. O original em língua inglesa é apresentado no Apêndice A.

pesquisa pela análise dos pilares econômico, social, ambiental e institucional. Sendo assim, na perspectiva social investigamos as contrapartidas das empresas de Papel-Celulose para o desenvolvimento local e a inserção da população dentro dessa cadeia produtiva. Na perspectiva econômica analisamos a contribuição financeira desse complexo produtivo, tanto para economia do estado de Mato Grosso do Sul como para a de Três Lagoas. Já na perspectiva ambiental, investigamos o cumprimento das medidas para preservação do meio ambiente por parte dessas empresas. Por fim, na perspectiva institucional abordamos os trabalhos já realizados pela parceria entre os níveis estadual, municipal com a participação da Fibria e Eldorado Celulose, para criação de programas socioambientais e de desenvolvimento local (Quadro 3).

**Quadro 3** - Os indicadores trabalhados para aferir sustentabilidade

<b>Dimensão Social</b>	Análises do IDH local; taxa de empregos (em quais setores) e taxa de escolaridade da população local
<b>Dimensão Econômica</b>	PIB nominal, balança comercial do Estado de Mato Grosso do Sul, independência financeira de Três Lagoas
<b>Dimensão Ambiental</b>	Substituição da mata nativa por florestas de eucalipto, emissões de poluentes na atmosfera pelo aumento do fluxo no tráfego de caminhões; contaminações das bacias hidrográficas; capacidade do ecossistema em assimilar todos esses impactos
<b>Dimensão Institucional</b>	Atuação dos níveis estadual, municipal e das empresas na criação de projetos que estimulem o desenvolvimento sustentável na região

**Fonte:** Elaboração própria baseada nos indicadores proposto pelas Nações Unidas e o IBGE.

Lembramos que dentro dessa cadeia produtiva do eucalipto em Mato Grosso do Sul há diversos atores e atividades correlacionadas. Porém, o principal protagonista desse complexo são as empresas de Papel-Celulose, que desempenham uma maior capacidade de articulação política e financeira dentro dessa estrutura econômica, razão pela qual tomamos as

companhias Fibria e Eldorado Celulose como foco da nossa análise sobre seu papel na promoção de um desenvolvimento sustentável em Três Lagoas (MS).

#### 4.1 – O RÁPIDO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO COMPLEXO EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL DE MATO GROSSO DO SUL

A consolidação do complexo Eucalipto-Celulose-Papel em Três Lagoas (MS) se deu de maneira rápida, bem como o crescimento desse setor na região. As primeiras indústrias do ramo se instalaram no local entre 2009 e 2012 e, posteriormente, já expandiram as suas atividades arrendando terras próximas para plantação de eucalipto e investindo na construção de novas unidades. A veloz industrialização nessa parte do território sul-mato-grossense, proporcionou alterações importantes em um ambiente marcado, desde a época da Ditadura Militar pelas atividades ligadas à agropecuária.

O mercado de grãos e a produção de carne de origem animal são destaques a um longo tempo na balança comercial de Mato Grosso do Sul. Não à toa, o estado se solidificou nesse segmento e consegue alcançar grandes mercados internacionais, como o asiático e o europeu. Entretanto, com a entrada da celulose em Três Lagoas e a expansão do plantio de eucalipto, muito se especulou sobre a capacidade dessa cadeia produtiva em desembarcar a agropecuária sul-mato-grossense. Se compararmos com os dados até 2018, a soja continua sendo o principal produto exportado de Mato Grosso do Sul e a celulose aparece colada em segundo lugar (MDIC, 2018).

Desse modo, ao observamos os resultados econômicos do complexo Eucalipto-Celulose-Papel, podemos analisar qual é o seu impacto na economia sul-mato-grossense e na economia do município de Três Lagoas, e então aferir-a relação de dependência financeira dessa região em relação esse segmento.

##### 4.1.1 – A INFLUÊNCIA DO SETOR DA CELULOSE NA ECONOMIA SUL-MATO-GROSSENSE

Nos últimos anos Mato Grosso do Sul teve no setor terciário a sua maior colaboração nas arrecadações de ICMS, bem como na participação do seu PIB (SEMAGRO, 2018). Esse setor costuma apresentar bons indicadores para a economia sul-mato-grossense no âmbito interno. Já a agropecuária é o principal segmento há tempos na balança comercial do estado, proporcionando um saldo positivo (MDIC, 2019). Entretanto, vem perdendo espaço nesse

quesito para as indústrias, que apresentam um bom destaque no PIB-MS, e isso se deve ao crescimento industrial da região de Três Lagoas (Tabela 1).

**Tabela 1** - Valor adicionado ao PIB/MS por setores da atividade econômica entre 2008-2017, por porcentagem

Ano	Primário	Secundário	Terciário	Total (%)
2008	19,33 %	17,24 %	63,43%	100
2009	17,48 %	18,19 %	64,33%	100
2010	17,23 %	22,61 %	60,16%	100
2011	17,53 %	22,64 %	59,83%	100
2012	17,70 %	22,54 %	59,76%	100
2013	17,71 %	22,10%	60,19%	100
2014	17,33 %	21,63%	61,04%	100
2015	18,36 %	22,03 %	59,61%	100
2016	19,26 %	22,59 %	58,15%	100
2017	17,59 %	22,08 %	60,33%	100

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos do CONAG/ IBGE e SEMAGRO.

No comércio exterior a soja (mesmo triturada) continua sendo o principal produto sul-mato-grossense exportado. Em um contexto geral, o agronegócio nos últimos anos teve um destaque fundamental para sustentar a economia brasileira, e esse cenário não foi diferente no Mato Grosso do Sul. Contudo, a celulose tem figurado entre os principais produtos exportados pelo estado nos últimos anos (Quadro 4).

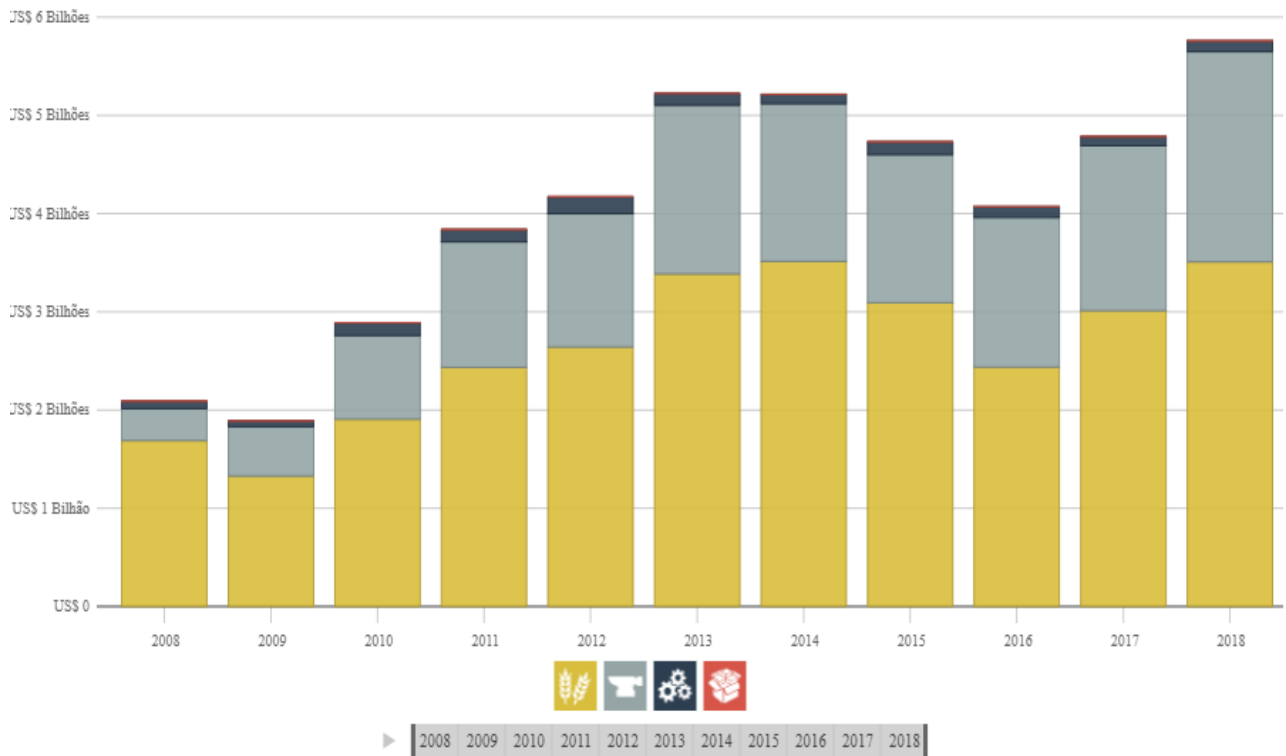
**Quadro 4** - Ranking dos principais produtos sul-mato-grossenses exportados entre 2015-2018, por porcentagem

Principais produtos exportados	2015	2016	2017	2018
<b>Soja (mesmo triturada)</b>	28,05 %	25,90%	29%	36%
<b>Celulose</b>	21,55%	23,47%	22%	33%
<b>Carne Bovina</b>	11,36%	12,51%	11%	9,5%
<b>Açúcar</b>	7,32%	11,01%	11%	2,4%

<b>Milho em grãos</b>	10,24%	7,63%	7,0%	1,8%
<b>Carne de Frango</b>	6,56%	6,36%	6,7%	3,8%

Fonte: Elaboração própria baseado em dados extraídos do MDIC e SEMAGRO/MS.

**Gráfico 3** - Exportações do estado de Mato Grosso do Sul por fator agregado, em 2008-2018



Fonte: MDIC, 2019.

- **Produtos Semimanufaturados**
- **Produtos Básicos**
- **Produtos Manufaturados**

Como podemos observar, a economia sul-mato-grossense não depende exclusivamente da produção de Celulose, embora ela represente um grande papel na balança comercial positiva do Estado. A agropecuária ainda tem um bom desempenho na região, tendo uma variedade de mercadorias agrícolas de alta produção, como a soja e a carne de origem animal. No mercado interno, o setor de serviços continua liderando e gerando receitas para o governo estadual. De sua parte, a cadeia produtiva Eucalipto-Celulose-Papel tem um impacto econômico maior no local onde está inserida: Três Lagoas.

#### 4.1.2 – A PARTICIPAÇÃO DO COMPLEXO EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL NA ECONOMIA DE TRÊS LAGOAS

Três Lagoas tinham, antigamente, a agropecuária como a sua principal prática econômica, setor que respondia por grande parte da rentabilidade financeira da região (IBGE, 2010). De uns tempos para cá, a população local viu ser substituído o seu único modelo de alta produtividade por indústrias e tudo isso aconteceu de maneira extremamente veloz. Com a chegada das empresas de Celulose-Papel, outros segmentos foram estimulados. Passou a aumentar as plantações de eucaliptos nos arredores a fim de suprimir as demandas industriais dessa cadeia; houve uma expansão nos postos de trabalhos; na busca de mão-de-obra qualificada; e cresceu o trânsito entre os modais de transportes para levar a matéria-prima para as fábricas e as mercadorias transformadas para os principais portos brasileiros.

Isto posto, Três Lagoas acabou se tornando um proeminente polo industrial de Mato Grosso do Sul. O município despertou atração para a vinda de grandes fábricas e empresas por ser uma área estratégica - localizada perto da divisa com o Estado de São Paulo. As primeiras indústrias de grande porte a se instalarem na região foram do ramo de papel-celulose e, posteriormente, vieram outras empresas de fabricações de MDF e carvão vegetal. Todas elas atendendo mais o mercado externo do que o interno e, dessa forma, contribuíram para que o município se tornasse a principal cidade sul-mato-grossense exportadora (Quadro 5).

**Quadro 5-** As três principais cidades exportadoras de Mato Grosso do Sul entre 2015-2018, por porcentagem

ranking	Cidades	2015	2016	2017	2018
1°	Três Lagoas	26,14%	36,09%	33,10%	51,07%
2°	Campo Grande	7,66%	11,77%	10,97%	8,98%
3°	Corumbá	5,81%	6,95%	7,59%	6,94%

**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados extraídos da SEMAGRO/MS.

Como vimos, a celulose é peça-chave para o comércio exterior sul-mato-grossense, como também, é para a balança comercial de Três Lagoas. Ademais, o setor industrial é o que mais contribuiu para a formação do PIB do município (Quadro 6), movimentando as estruturas financeiras locais e gerando crescimento econômico. Essa participação do terceiro



setor ficou mais evidente com a incrementação do parque industrial de Papel-Celulose das empresas Eldorado e Fibria na região.

**Quadro 6** - A participação Setorial no valor adicionado ao PIB de Três Lagoas entre 2010-2016, por porcentagem

Período	Agropecuária	Indústria	Comércio/Serviços	Total
2010	13,26%	52,71%	34,03%	100,00%
2011	12,04%	51,03%	36,93%	100,00%
2012	7,52%	54,76%	37,72%	100,00%
2013	10,24%	53,59%	36,17%	100,00%
2014	9,94%	51,91%	38,15%	100,00%
2015	6,99%	59,04%	33,97%	100,00%
2016	7,70%	61,51%	30,79%	100,00%

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados extraídos da SEMAGRO/MS.

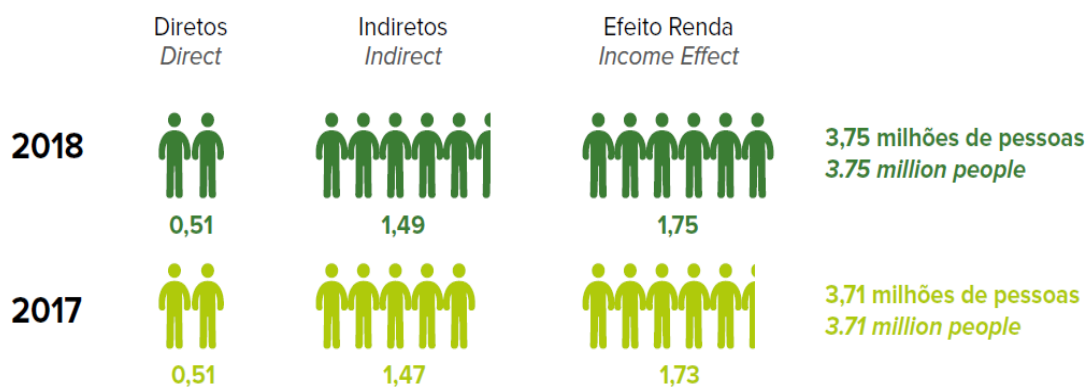
Em síntese, o setor de serviços juntamente com as indústrias representa boa parte do PIB de Três Lagoas. Ambos, setores estão interligados pelo incremento urbano da região e fomentaram a abertura de novos negócios locais, entre outros empreendimentos. Além disso, esse é o terceiro município que mais contribui para o PIB/MS nos últimos anos (SEMAGRO, 2018). Contudo, outros fatores devem ser anexados nessa análise que mostramos acima, como por exemplo: o crescimento financeiro de Três Lagoas ocasionado pela vinda dessas empresas de papel-celulose é sustentável?; a população local consegue aproveitar dos resultados econômicos dessa cadeia produtiva?; há independência econômica do município caso essas empresas fechem as suas portas no futuro ou se mudem para outra região?.

#### 4.2 – A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS DE PAPEL-CELULOSE NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TRÊS LAGOAS

É inegável que a vinda de empresas de grande porte e um processo de industrialização provocam importantes mudanças locais e regionais. Uma dessas alterações é na oferta de empregos, haja vista que em lugares menores, com uma baixa zona urbana, os postos de trabalhos são limitados e pouco específicos. Nesse sentido, quando há formação de uma cadeia produtiva como a do Eucalipto-Celulose-Papel de Três Lagoas, isso acaba envolvendo diversos tipos de atividades, desde o plantio florestal até os serviços de transportes, entre outras. Não é trivial quantificar todos os empregos gerados, diretamente e indiretamente, por esse complexo produtivo na região.

O relatório da IBÁ (2016, p. 56-57) aponta que a atividade florestal no Brasil, em 2016, empregou diretamente cerca de 510 mil pessoas, e estima-se que o número total de postos de trabalhos diretos, indiretos e resultantes do efeito de renda seja de 3,7 milhões. Em 2018 calcula-se que foram gerados 3,8 milhões de postos de trabalhos diretos, indiretos e resultantes do efeito renda da atividade de base florestal nacional. Esse total apresentou um aumento de 1,1% em relação a 2017 (Figura 1).

**Figura 1-** Empregos diretos, indiretos e o efeito renda do setor Florestal Brasileiro, em 2017-2018



Fonte: Ibá (2019, p. 31).

Dessa forma, podemos observar que, dentro da cadeia produtiva da madeira, os setores que mais empregam são aqueles ligados a extração dessa matéria-prima, ou seja, os que envolvem manejo e o plantio de eucalipto (Ibá, 2019). A silvicultura representa uma maior participação na geração de empregos diretos se compararmos com outras atividades, como as industriais, por exemplo (Tabela 2).

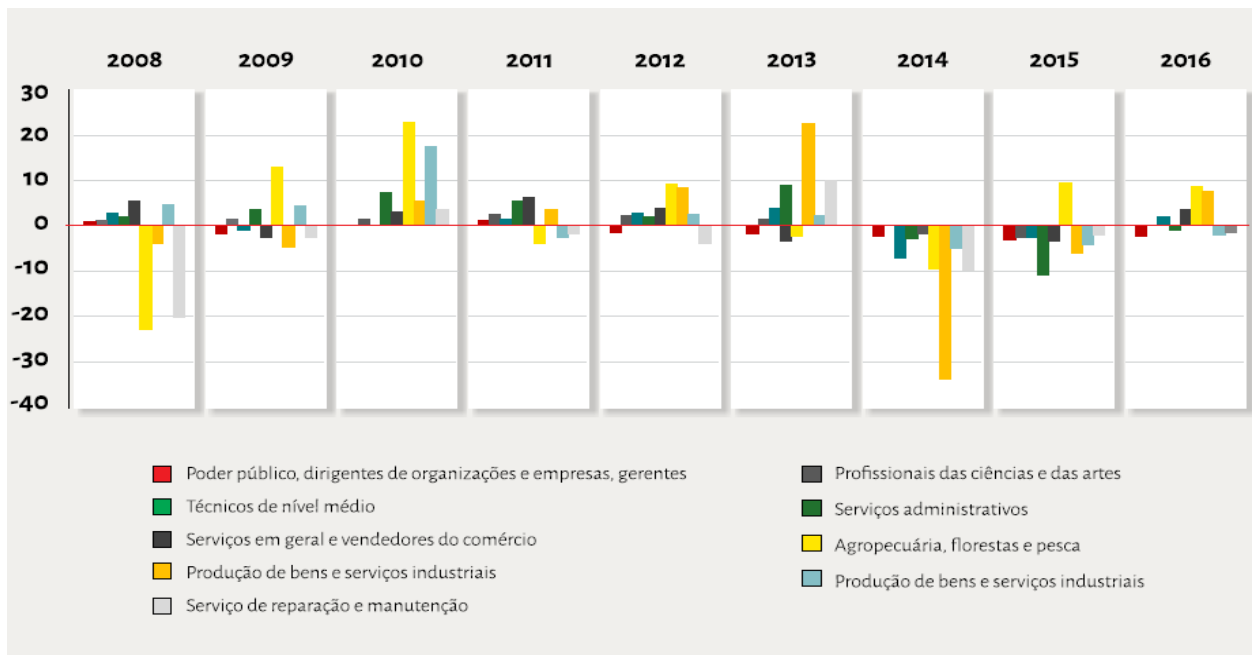
**Tabela 2-** Número de empregos gerados das empresas Associadas da ABRAF, em 2011-2012

Vínculo	2011			2012		
	Indústria	Silvicultura	Total	Indústria	Silvicultura	Total
Próprio	17.678	12.322	30.000	17.520	23.633	41.153
Terceiros	14.317	44.352	58.669	17.318	39.219	56.537
<b>Total</b>	<b>31.995</b>	<b>56.674</b>	<b>88.669</b>	<b>34.838</b>	<b>62.852</b>	<b>97.690</b>

Fonte: ABRAF (2013, p. 113).

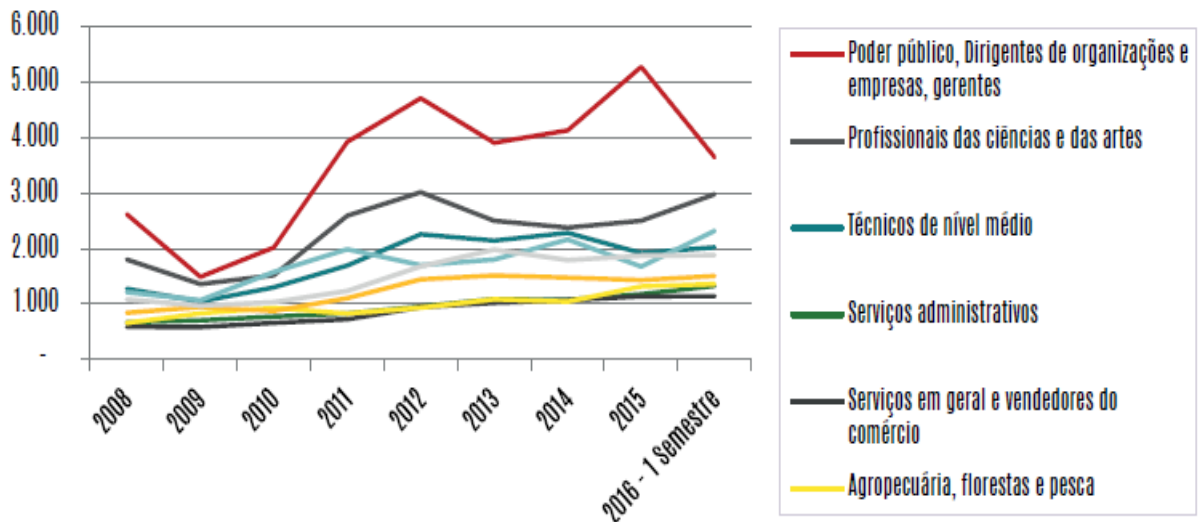
Em Três Lagoas esse cenário não é diferente. De acordo com relatório da Ernst & Young (2016), o município apresentou entre os principais postos de trabalhos que mais empregam na região aqueles ligados a agropecuária, floresta e pesca. Ademais, Três Lagoas sofreu uma forte retração de oferta de emprego entre 2014 e 2015 devido à forte crise econômica brasileira na época (Gráfico 4).

**Gráfico 4-** Geração de postos de trabalhos por ano e ocupação em Três Lagoas, entre 2008-2016



Fonte: EY (2016, p. 68).

O relatório também observa que a brusca mudança de “Capital do Gado” para “Capital Internacional da Celulose” em Três Lagoas, não deu tempo suficiente para que a mão-de-obra local se especializasse a fim de atender novos tipos de postos de trabalho (EY, 2016). Mais que isso, o município ainda carece de um capital humano qualificado e isso acaba impactando em uma concentração de renda maior para aqueles que têm um nível de ensino superior (Gráfico 5).

**Gráfico 5** - Remuneração por ano e por ocupação em Três Lagoas, entre 2008-2016

Fonte: EY (2016, p. 74).

Com a vinda de grandes parques industriais em Três Lagoas, esperou-se um crescimento urbano e um desenvolvimento local. Entretanto, o município ainda apresenta uma estrutura ineficaz de mobilidade urbana, baixa infraestrutura de lazer e turismo, tanto para os moradores como para os visitantes. Tudo isso acaba impossibilitando a atração de novos empreendimentos para região. Dessa maneira, fornecer uma melhoria no Turismo e Lazer é uma grande oportunidade para o desenvolvimento social nesse local (EY, 2016, p. 122). Os investimentos em capacitação técnica e profissional também podem proporcionar um crescimento na área dos negócios da região. Haja vista que as empresas Fibria e Eldorado estão aumentando a sua participação e serviços em Três Lagoas e novas ofertas de empregos devem surgir nos próximos anos (EY, 2016).

#### 4.2.1 A EDUCAÇÃO E O IDH DE TRÊS LAGOAS

Apesar de ser o terceiro município mais populoso do Estado de Mato Grosso do Sul (IBGE, 2019), Três Lagoas ainda não apresenta as mesmas disponibilidades em relações ao ensino superior como a capital do estado, Campo Grande. No entanto, há um número considerável de universidades e faculdades que oferecem os mais diversos cursos de ensino superior (IES) e de capacitação técnica na região, ao todo são 21 instituições (SEMAGRO, 2018). Nesse contexto, as principais universidades instaladas no município, pelo número de inscrição; são: o campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - que

oferece cerca de 20 cursos de graduação e 6 programas de pós-graduação; e as Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS) - que é do setor privado (EY, 2016).

Além disso, há um polo do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), que disponibiliza cursos de tecnólogos e graduação. Já no setor privado, a cidade abriga outras instituições de ensino superior: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP); Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN); Polo de Ensino à Distância Cesumar; entre outras (SEMAGRO, 2018). Os cursos de graduação que mais tiveram número de matrículas em 2013, foram: Direito, com 17% das matrículas, Administração e Engenharia Civil, com 8,6%; e, Enfermagem, com 6,6% (EY, 2016, p. 48). No mais, o município ainda conta com entidades atuantes do Sistema S que fornecem diversos cursos de capacitação profissional.

O relatório da Ernst & Young (2016) aponta que os três-lagoenses acreditam que todas essas instituições de capacitações e ensino podem contribuir para que a população consiga se qualificar frente as exigências do polo industrial da região. Segundo os dados do último Censo, 46,1% da população do município acima de 25 anos possui o ensino fundamental incompleto, percentual inferior à média nacional (49,3%) no mesmo ano (IBGE, 2010). Não obstante, quando observamos os dados relativos à escolaridade superior, Três Lagoas apresentou 13,5% da sua população com ensino superior concluído, superando a média nacional (11,3%). O município tem 39,4% da sua população com apenas o ensino médio, estatística essa superior as médias de Mato Grosso do Sul e do Brasil (IBGE, 2010).

Desse modo, podemos concluir que a escolaridade dos três-lagoenses não é baixa, está dentro da média brasileira. Porém, o que explicaria os indicativos que apontam a dificuldade dessa população em se encaixar nas vagas de empregos ofertadas pelo setor industrial de papel-celulose da região? Uma, possível resposta é que a oferta de empregos é maior para aqueles que não tem uma mão-de-obra especializada no município, como aquelas atividades ligadas a silvicultura e a agropecuária. E, portanto, ainda são poucas as vagas que necessitam qualificação específica, como as industriais. No mais, nesta pesquisa não encontramos dados precisos a respeito do número de vagas de empregos ofertados pela empresa Fibria e pela Eldorado Celulose em Três Lagoas.

Do outro lado, o salário médio mensal dos três-lagoense é de 3 salários mínimos, o que coloca o município em 4º lugar no ranking de renda média do estado de Mato Grosso do Sul e, comparando com outras cidades do país, fica na posição 152º de um total de 5570. Três Lagoas tem 30% da sua população com uma renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa. E, estima-se, 95,36% da sua população situa-se na zona urbana (IBGE, 2017).

No que se refere à qualidade de vida, o município apresentou IDH-M de 0,744, o que é considerado alto quando comparado à média nacional, que é de 0,659 (IBGE, 2010). Com esse IDH, Três Lagoas ocupa o quarto lugar no ranking do Estado, abaixo somente de Campo Grande, Dourados e Chapadão do Sul. Já no ranking nacional o município fica em 667º lugar nesse indicador.

Em síntese, podemos observar que os indicadores sociais apontam que Três Lagoas está dentro da média brasileira no que se refere desenvolvimento humano. Vale destacar que ainda há grandes oportunidades para se investir na área de turismo, lazer, mobilidade urbana e infraestrutura local. No aspecto econômico, o município ainda apresenta uma baixa diversificação produtiva e acaba não ficando imune a vulnerabilidade externa, o que resulta em uma dependência financeira local em setores-chave da economia três-lagoense. Não podemos indicar que as empresas Fibria e Eldorado Celulose contribuíram de fato para com o progresso social em Três Lagoas, dado que a maioria dos dados oficiais que indicam evolução social ainda se refere ao último censo do IBGE, de 2010. No que tange a participação popular nas atividades empregadas por essas indústrias na região, ainda são superficiais as ofertas de empregos desse setor em Três Lagoas.

Destarte, a questão ambiental também está intrinsecamente correlacionada ao bem-estar e o desenvolvimento de Três Lagoas, posto que, quando o meio ambiente é modificado e o ecossistema desregulado, as consequências são sérias para a população, ameaçando a qualidade de vida das gerações futuras.

#### 4.3 – O IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELAS EMPRESAS DE PAPEL-CELULOSE EM TRÊS LAGOAS

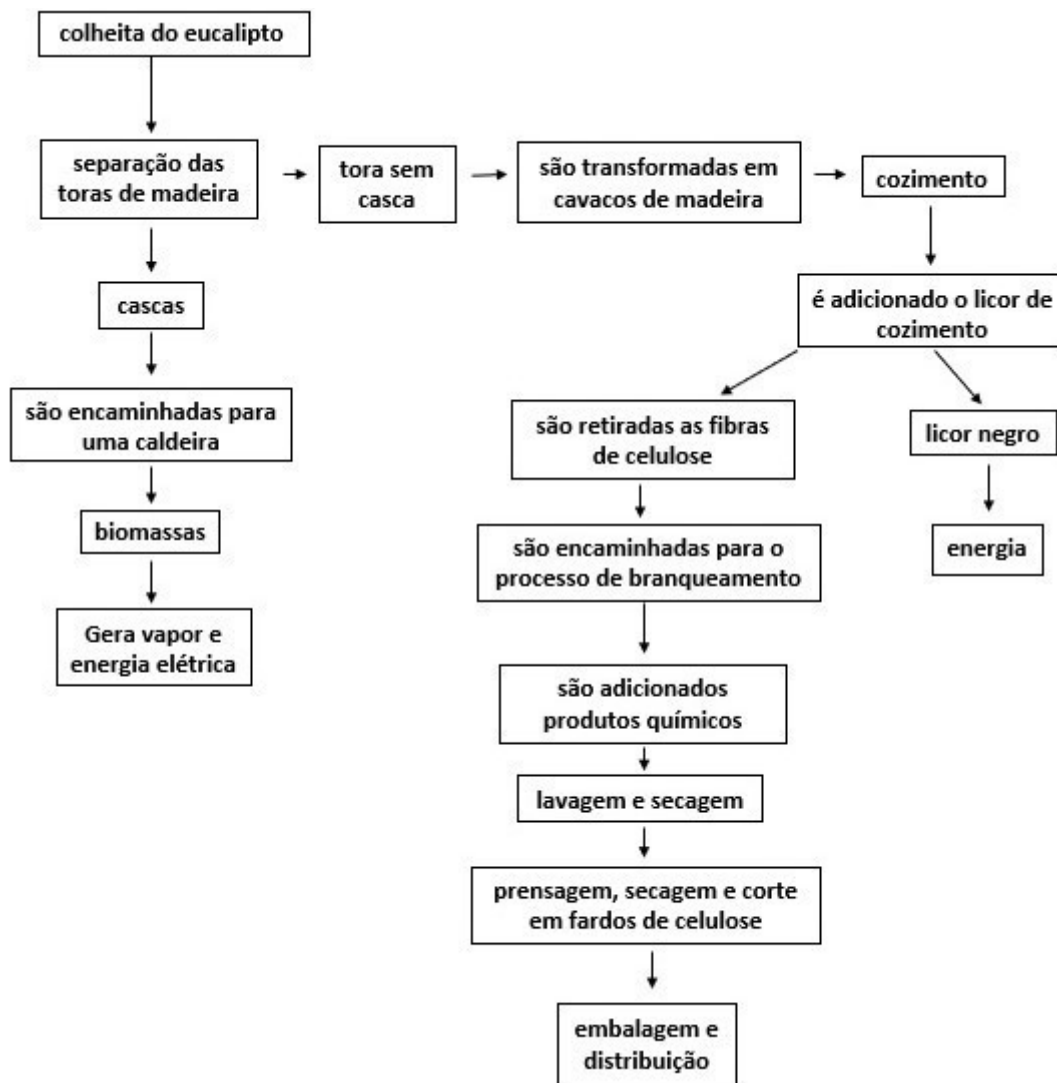
Um dos pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável é o meio ambiente, pois foi através das consequências geradas pela ação do homem sobre o ecossistema que surgiu esse conceito de análise. Os impactos ambientais resultantes do crescimento econômico no mundo são diversos. Consolidamos um sistema de produção que necessita, sobretudo, da exploração dos recursos naturais para funcionar e, com passar dos anos, se tornou insustentável. Devemos reformular e pensar em novas formas produtivas que não agridam tanto a natureza e que preservem-a vida em sociedade confortável para as próximas gerações, privilegiando práticas econômicas mais sustentáveis e direcionadas ao bem-estar das pessoas.

Dessa maneira, nesse tópico refletimos e investigamos sobre os impactos ao meio ambiente causados pelas indústrias de papel-celulose em Três Lagoas, visto que uma das

coisas que unem essa cadeia produtiva é que a sua principal matéria prima é insubstituível (no caso brasileiro) e encontrada somente na natureza. Ademais, o cultivo do eucalipto precisa de um solo rico e fértil, abundância de água para sua sobrevivência e um vasto território para sua plantação em larga escala, onde é colhido e levado para as fábricas para ser transformado.

A Fibria e a Eldorado Brasil Celulose adotam processos industriais que transformam a madeira de eucalipto em papel-celulose e, ao mesmo tempo, aproveitam os restos florestais (as cascas) para gerar biomassa e, assim, conseguem obter energia para abastecer toda a produção da fábrica (Figura 2). Com isso, não dependem de outros recursos energéticos para seu funcionamento, o que de certo modo ajuda na preservação ambiental, haja vista que a utilização de carvão mineral pelas indústrias como fonte energética principal é extremamente prejudicial para contaminação do ar atmosférico e as biomassas são fontes de energia limpa.

**Figura 2-** Fluxograma do processo industrial da celulose



**Fonte:** elaboração própria baseado nos dados extraído da empresa Fibria e Eldorado Brasil Celulose

Dentro desse contexto, e entendendo que as atividades que interligam essa cadeia produtiva são muitas e envolvem de forma direta e indireta o meio ambiente, não obstante para os fins desta pesquisa, consideramos os principais impactos ambientais aqueles gerados pelas atividades industriais das empresas de papel-celulose na região. Portanto, pesquisamos a sua relação com a perda da flora nativa por eucaliptos de espécie comercial; o aumento da circulação de transportes e as emissões de dióxido de carbono na atmosfera; os riscos e contaminação pelo uso inadequado da água; e, por fim, a capacidade do ecossistema em assimilar todas essas transformações. Relembramos que os indicadores de sustentabilidade são de difícil mensuração e ressaltamos, assim, que serão observadas as especificidades de cada caso.

#### 4.3.1 - A SUBSTITUIÇÃO DA FLORA NATIVA POR EUCALIPTOS DE ESPÉCIE COMERCIAL

Um dos principais senso comuns sobre a plantação de eucalipto é que ela causa o empobrecimento do solo. Muito dessa conclusão é por conta do seu plantio ter um longo processo de colheita, que dura aproximadamente sete anos. Ainda assim, a maioria dos autores segue a mesma linha de raciocínio, que refuta que o impacto ambiental gerado sobre solo do plantio de eucalipto dependerá do tipo de bioma em que está inserido, pois as condições de cada tipo de solo variam. Por exemplo, quando é plantado em uma área degradada ou de savana, os estudos apontam que é possível observar uma elevação da quantidade de húmus na terra (BOUVET, 1998).

Dessa forma, os problemas de erosão são comumente associados à plantação de eucalipto. É sabido que para se desenvolver, as árvores necessitam da retirada de nutrientes do solo, além da absorção de CO<sub>2</sub> e água. E esse é um tipo de espécie que precisa absorver o dobro de tudo isso para crescer. Entretanto, pesquisas demonstram que na monocultura existem outras produções como a soja, milho, feijão e café que retiram mais nutrientes da terra do que a produção de eucalipto (VITAL, 2007).

Em primeiro lugar, o nível de erosão do solo num dado ecossistema depende da quantidade de água que chega ao solo, da inclinação do terreno e de características físicas do solo, como porosidade, capacidade de absorver água, da quantidade de resíduos sobre o solo no momento da chuva etc. Dois desses fatores – a quantidade de água que chega ao solo e a quantidade de resíduos no solo – dependem da espécie plantada no local. A quantidade de água que chega ao solo depende de características fisiológicas das folhas (como tamanho e inclinação), bem como a



quantidade de resíduos do solo depende da queda natural das folhas e galhos secos (VITAL, 2007, p. 255).

Sem dúvida esse é o principal ponto no debate a respeito do cultivo de eucalipto e dentro dessa discussão há várias controvérsias. De um lado, os setores econômicos defendem que as atividades florestais não empobrecem o solo ou esgotam as fontes de água ao seu redor. Eles alegam, ainda, que o seu cultivo favorece o controle das emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera, um dos vilões do aquecimento global. De outro lado, os ambientalistas e ativistas argumentam que as plantações de eucalipto nada mais são que um “deserto verde” e, portanto, não podem ser consideradas como florestas devido à sua pequena biodiversidade em seu interior. Sustentados pelos conhecimentos oriundos das comunidades tradicionais e de pequenos agricultores, os ativistas e ambientalistas defendem o ponto de vista de que o plantio em larga escala do eucalipto pode, sim, gerar drásticos impactos sobre a água e o solo.

Todavia, na comunidade científica também não há uma conclusão a esse respeito. O que se tem por consenso é que as condições prévias de cada bioma definem os efeitos causados por cada tipo de produção agrícola. E, quando se tem uma substituição da vegetação nativa por espécies de interesse comercial, é de se esperar um maior escoamento de água e de erosão do solo (DAVIDSON, 1993). No entanto, Vital (2007) menciona que as características geológicas do eucalipto (área foliar pequena), fazem com que mais água chegue ao solo e quando plantado em áreas de savana ou de solo danificado, sem nenhuma cobertura vegetal, pode contribuir para melhorar a densidade e a capacidade de aeração da terra, assim como promover um aumento do húmus.

Vale lembrar que, assim como o impacto sobre a água e o solo depende do bioma e das condições prévias à implantação da floresta, vale o argumento: se plantadas em áreas degradadas ou áreas anteriormente utilizadas para outros cultivos e pastagens, observar-se-á elevação da biodiversidade de flora e fauna. Como visto, no nível microbiótico, a deposição da serapilheira sobre o solo dá início a um ciclo de decomposição e transformação bioquímica contínuo. Além disso, o ambiente de floresta, em seu sub-bosque, abriga diversas espécies de pássaros e pequenos mamíferos – como mostrado em alguns estudos – adiante (VITAL, 2007, p. 256).

A substituição da vegetação nativa por espécies de mercado tende a modificar o equilíbrio do bioma e a influenciar a emigração dos animais originários para outras regiões, uma vez que nas florestas existe uma variedade de plantas, árvores e animais, o que não se verifica na monocultura. Não obstante, o uso corriqueiro dos agrotóxicos e de sementes modificadas, comum no agronegócio para aumentar a rentabilidade das árvores plantadas,

introduzem no meio ambiente preservado produtos químicos e plantas modificadas via laboratório.

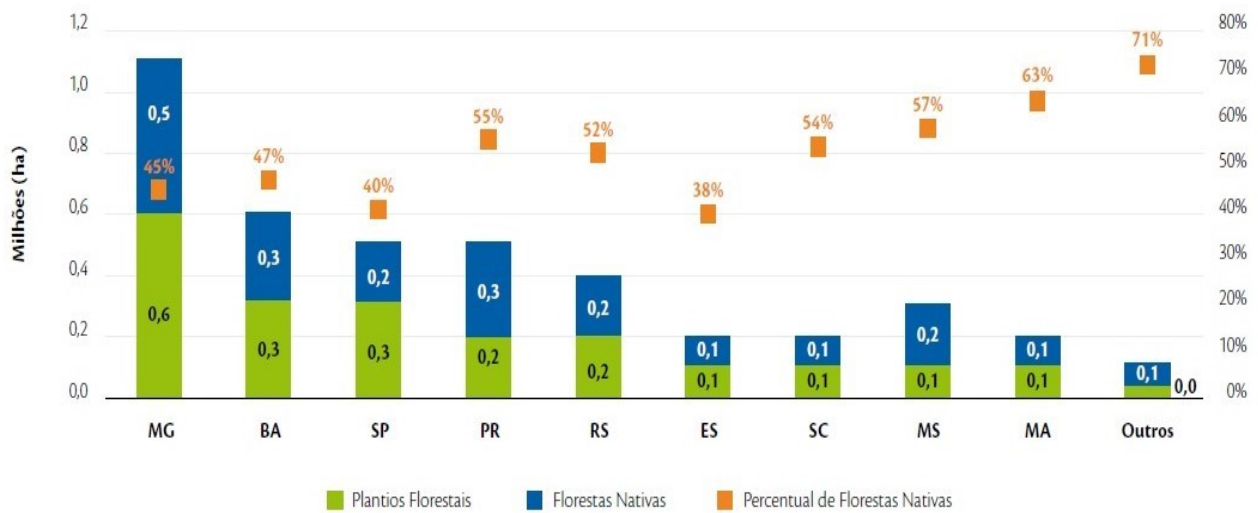
Em resumo, os impactos do plantio de eucalipto em larga escala são maiores em área de vegetação nativa, onde ameaça a biodiversidade local e o equilíbrio do bioma. Já em áreas degradadas sem nenhuma cobertura vegetal, a sua plantação pode apresentar bons indicadores para recuperação e irrigação do solo. Por isso, com vistas a manutenção do meio ambiente se proíbe o cultivo dessas espécies em áreas preservadas ou de florestas nativas.

Nesse sentido, existem mecanismos para regular a atividade florestal no Brasil para que preserve os biomas naturais: as empresas e produtores precisam obter uma licença ambiental para atuar (no âmbito interno), apresentando estar em conformidade com os dispositivos ambientais legais vigentes. Já no âmbito externo, necessitam de um certificado que ateste que o manejo é feito de maneira responsável, tanto social como ambientalmente. Nos dias de hoje, existem organizações independentes que emitem esses certificados florestais, são elas: Forest Stewardship CouncilR (FSC), Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes (PEFC), representado no Brasil pelo Programa Nacional de Certificação Florestal (Cerflor)” (Ibá, 2019, p. 41). Há, também, os “certificados de custódia” que conseguem rastrear desde a retirada da matéria-prima da natureza até sua transformação final, atestando o cumprimento das regras ambientais internacionais em todas as etapas por parte das empresas.

Diante disso, a regulamentação e a documentação que comprove que essas empresas de atuação florestal estão seguindo os dispositivos legais, tanto nacional como internacional, é peça fundamental para a manutenção dos biomas e matas nativas, principalmente, em regiões onde se tem a influência crescente desses setores na economia local. Como é caso de Mato Grosso do Sul, em que a silvicultura representa grande relevância na economia do estado e nos últimos anos vem aumentando a plantação de eucalipto para atender as demandas industriais das empresas de papel e celulose instaladas em Três Lagoas.

Em Mato Grosso do Sul, inserido no bioma do Cerrado, que tem predominância de vegetação rasteira e solos ácidos, os impactos sob a mata nativa pelo aumento da monocultura na região podem ser profundos. O Estado tem uma grande área de florestas de eucalipto em comparação com a área de florestas naturais (Gráfico 6). Sendo que, em 2010 registrou um percentual maior de florestas plantadas em relação as florestas nativas, somente nos anos posteriores esse número diminui (Tabela 3). O agronegócio tem dominado há muito tempo o território sul-mato-grossense, ocupando boa parte da produção de seu solo.

**Gráfico 6-** Área de plantios florestais e Florestas nativas pelas associadas individuais da ABRAF por estado, em 2012



Fonte: ABRAF (2013, p. 56).

**Tabela 3 -** Distribuição das áreas de plantios florestais próprios e florestais nativos pelas empresas associadas ABRAF por Estado, em 2010-2012

Estado	Área de Florestal (ha) - 2010		Área de Florestal (ha) - 2011		Área de Florestal (ha) - 2012	
	Plantios Próprios <sup>2</sup>	Nativas <sup>3</sup> (ha)	Plantios Próprios <sup>2</sup>	Nativas <sup>3</sup> (ha)	Plantios Próprios <sup>2</sup>	Nativas <sup>3</sup> (ha)
MG	592.161	465.345	570.942	498.502	614.952	495.560
BA	398.205	306.611	379.367	296.538	300.268	261.984
SP	328.322	201.276	322.162	233.345	321.621	214.792
PR	276.973	212.711	279.866	329.699	241.365	296.811
RS	159.240	168.245	162.301	168.487	170.767	185.838
ES	122.537	74.418	122.097	71.621	120.565	74.655
SC	129.120	118.104	120.229	73.308	121.042	140.138
MS	121.602	84.358	139.061	186.520	142.253	190.072
MA	66.986	112.007	78.031	126.552	85.968	147.534
Outros	36.877	72.662	41.896	93.748	36.223	87.227
<b>Total</b>	<b>2.232.023</b>	<b>1.815.738</b>	<b>2.215.952</b>	<b>2.078.320</b>	<b>2.155.023</b>	<b>2.094.612</b>

Fonte: ABRAF (2013, p. 55).

Posto isto, as empresas Fibria e Eldorado Celulose salientam possuir os certificados florestais e licença ambiental para exercerem as suas atividades no estado de Mato Grosso do Sul, atuando em áreas permitidas. Ademais, essa pesquisa não encontrou estudos ou dados sobre impacto das atividades exercidas por essas empresas sobre o solo e a perda da biodiversidade local. Desse modo, ainda carece de mais pesquisas experimentais e de campo para verificar a real situação em áreas onde predomina a produção de eucalipto no estado, analisando se o manejo é feito corretamente de modo que não agrida o meio ambiente. Até porque, é recomendado que as plantações de eucalipto sejam feitas em forma de mosaico para, assim, proporcionar que outras plantas e microrganismos possam crescer e servir de habitat para animais - os chamados os corredores ecológicos. No entanto, não foram obtidas informações precisas sobre a sua existência nas plantações florestais de Mato Grosso do Sul.

No mais, conforme aponta Imaflora (2015), a instituição que concedeu o certificado florestal para Fibria em relação a sua atuação em Mato Grosso do Sul, apresentou que todas as conformidades ambientais, nas questões de preservação da biodiversidade local e do solo, foram cumpridas, e que não há nenhuma ocorrência de disputa por terras envolvendo a empresa na região. O mesmo acontece com a Eldorado, visto que a Sysflor (2017) também atestou o cumprimento das normas ambientais e sociais por parte da empresa, salientando que ela respeita as áreas florestais protegidas e colabora para a preservação do ecossistema regional. Além disso, ambas companhias afirmam que utilizam um processo de colheita consciente, para preservar o solo.

#### 4.3.2 – O IMPACTO SOB ÁGUA: OS RISCOS DE CONTAMINAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS

A produção de eucalipto em larga escala, se não realizada de maneira correta, pode acarretar em prejuízos para os recursos hídricos, através da contaminação por uso exagerado de agrotóxicos, descarte de resíduos (lixos) em rios, entre outros fatores. Todavia, o seu cultivo também pode influenciar no equilíbrio do clima (em particular, no volume pluviométrico), dependendo da região onde está sendo plantado. Por isso, é recomendado que o plantio dessa árvore seja feito em uma área com um volume pluviométrico superior a 1.200 mm/ano, para não causar um déficit hídrico no local. Estudos apresentam que em regiões com volume pluviométrico inferior a 400 mm/ano, as florestas de eucalipto podem ocasionar um ressecamento do solo, ao utilizarem os estoques de água armazenados em suas camadas superficiais (VITAL, 2007, p. 269-270).

Nesse contexto, o clima do município de Três Lagoas se encaixa dentro dessas recomendações previstas para plantação de eucalipto: apresenta um clima classificado como tropical quente e úmido, com estação chuvosa no verão e seco no inverno. As temperaturas médias anuais situam-se em torno de 23°C, o regime pluviométrico local anual da ordem de 900 a 1.400 mm e a umidade relativa do ar média de 65%. Já a pluviosidade anual média de chuva na região concentra-se no redor de 1.300 mm, com um volume maior de chuvas entre mês de novembro a janeiro e um período de seca nos meses de junho, julho e agosto (EIA/RIMA, 2011, p. 30).

Outrossim, ambas as empresas (Eldorado e Fibria) conseguiram licenças ambientais emitidas pelo Imasul (Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul), para operar em Três Lagoas. O Imasul se baseou no estudo de impacto ambiental (EIA) e em um relatório de impacto ambiental (RIMA) realizado pela Pöyry (empresa multinacional de consultoria e serviço de engenharia em meio ambiente) em 2011, para conferir tais licenças.

Entretanto, o Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul questionou a competência do Imasul em ter emitido esse documento de aprovação para a atuação dessas empresas no estado. O Ministério Público alega que, na época do requerimento, feito em 2011, estava vigente a resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), dessa forma, seria a competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizar esse procedimento, pois os impactos dos empreendimentos alcançam outros estados, passando o limite territorial de Mato Grosso do Sul. Além disso, o MPF/MS fez recomendações para que o Ibama instaurasse um procedimento administrativo para investigar os impactos ambientais dessas duas indústrias de celulose e papel, além de uma empresa de fertilizantes e uma siderúrgica em Três Lagoas. Segundo os procuradores, há riscos de contaminação do rio Paraná e aumento no fluxo do sistema viário, podendo atingir outros estados brasileiros e regiões próximas. Assim, destacou-se que:

Em nenhum dos estudos específicos das empresas foi realizada uma avaliação dos impactos cumulativos (somados) e sinérgicos (multiplicados), ou mesmo avaliação de empreendimentos associados, apesar dos fortes indícios de que os impactos das empresas têm potencial para atingir dois ou três estados da federação (Nota Pública da Assessoria do Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, 2016<sup>21</sup>).

---

<sup>21</sup> Disponível em: < <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/216475838/mpf-ms-ibama-deve-averiguar-impactos-cumulativos-de-empreendimentos-no-rio-parana?ref=amp>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

O Ibama não apresentou nenhuma posição a respeito das recomendações feitas pelo MPF/MS na época. Por conta disso, o Ministério Público Federal encaminhou um pedido para a Justiça Federal de Campo Grande, para que o Ibama assumisse imediatamente os processos de licenciamento ambiental das empresas Fibria e Eldorado Celulose, além de realizar estudos previstos na legislação sobre os impactos ambientais cumulativos (somados) e sinérgicos (multiplicados) dessas empresas, sobretudo no rio Paraná. Dessa forma, a justiça federal atendeu à solicitação do MPF e sentenciou, em 2017, o Ibama no cumprimento do seu dever de fazer. No entanto, o órgão nacional ambiental acabou recorrendo ao Tribunal Regional Federal e, até o momento da realização desta pesquisa, não houve informação sobre o imbróglio judicial, de modo que a ação permanece aguardando julgamento nas instâncias superiores.

Isto posto, é importante frisar que tanto a Fibria como a Eldorado descarta os seus resíduos no rio Paraná. Porém, de acordo com as exigências impostas pela licença ambiental emitida pelo Imasul (EIA/RIMA), essas empresas devem tratar os seus resíduos antes de liberá-los no rio e, assim, evitar de contaminá-lo. Cabe aos órgãos de fiscalização nacional e estadual verificar a obediência de tais medidas, visto que o rio Paraná abarca um grande território.

**Fotografia 3** - Emissário de resíduos da empresa Eldorado Brasil Celulose no Rio Paraná



**Fonte:** foto extraída do estudo EIA/RIMA realizado pela Pöyry para conceder a licença ambiental à empresa Eldorado Brasil Celulose para atuar em Três Lagoas.

Ademais, no começo de 2018 novas denúncias de populares surgiram sobre a contaminação no rio Paraná por parte da Fibria. Um civil fez um vídeo mostrando rejeitos sendo liberados no rio pelo emissário da empresa, que logo se espalhou pela internet e redes sociais. Diante dessa situação a Fibria não desmentiu o ocorrido e em uma nota para imprensa (no dia 31 de janeiro de 2018<sup>22</sup>), esclareceu que os motivos que levaram à esse incidente foram devidos a uma turbulência causada pela entrada de ar na saída do emissário, que acabou provocando espumas observadas no Rio Paraná, no entanto, não são prejudiciais à saúde humana nem à fauna local, tendo sido corrigido. O Imasul não se manifestou, à época, sobre o ocorrido.

O rio Paraná liga dois países (Brasil e Argentina), e é o principal formador da Bacia do Prata e o segundo rio em extensão da América do Sul, no que é ultrapassado somente pelo rio Amazonas. Diante disso, a sua preservação é de extrema importância para a manutenção hídrica de uma grande parte territorial e continental. Por isso é fundamental que haja fiscalizações dos órgãos públicos a fim de coibir ações delituosas, especialmente, aquelas que descumprem as leis ambientais. No caso de Mato Grosso do Sul, o Imasul deve enviar uma resposta mais clara para a sociedade diante do problema acima exposto. O Ibama, também, deve se pronunciar a respeito dessa situação e realizar estudos já solicitados para aferir os impactos ambientais dessas empresas de Papel-Celulose na região. Até o momento dessa pesquisa, nenhum desses dois órgãos se manifestou oficialmente sobre o ocorrido no rio Paraná.

#### 4.3.3- A POLUIÇÃO DO AR: O AUMENTO DO TRÁFICO VIÁRIO E EMISSÃO DE ODOR PELAS CHAMINÉS DAS INDÚSTRIAS DE PAPEL-CELULOSE EM TRÊS LAGOAS

Com a expansão do complexo de eucalipto-celulose-papel na região de Três Lagoas, houve um aumento no fluxo de transporte para levar as matérias-primas para as fábricas e as mercadorias finalizadas para os portos brasileiros. Conseqüentemente, uma maior emissão dióxido de carbono e poeira na estrada, visto que o principal modal utilizado nessa cadeia produtiva é o rodoviário, com utilização, especialmente, de caminhões à diesel. No Mato Grosso do Sul os grandes eixos rodoviários que interligam grande parte dos fluxos de carga

---

<sup>22</sup> Nota completa da empresa disponível no Apêndice B

no estado são: BR-163, BR-262 e BR-267, tendo como principais destinos os portos de Santos, Paranaguá e São Francisco do Sul (SEOP/MS, 2015).

Segundo estudos da RIMA/EIA (2011), tanto a Fibria como a Eldorado Celulose, apresentaram cumprimento da legislação nacional a respeito da emissão de poluentes na atmosfera. O estudo também apontou que os tráfegos nas rodovias demonstram boas condições de circulação, com baixos fluxos. Já Sysflor (2016), órgão responsável pela emissão do certificado florestal à Eldorado Celulose, recomendou uma medida de mitigação à empresa, pois registrou que nas regiões de Aparecida do Taboado, Brasilândia e Três Lagoas houve um fluxo intenso no transporte de cargas e de madeiras, que tumultuou as vias rodoviárias gerando acidentes.

Após análise dos procedimentos, entrevistas com moradores e observações de campo, evidenciou-se que as medidas de mitigação, como umectação das estradas de chão e monitoramento da frota não estão sendo aplicadas, resultando em elevada geração de poeira. Também foi verificado que o acompanhamento da aplicação das medidas de mitigação de impactos pelo líder de campo não está sendo efetivo. Diante disso, a auditoria concluiu que a Organização não está mitigando os impactos da atividade de transporte conforme previsto na Matriz de Impacto e Monitoramento (SYSFLOR, 2016, p. 29).

A Imaflores (2015), órgão responsável pela emissão do certificado florestal da Fibria, não apresentou recomendação de mitigação em relação a essa questão para a empresa, argumentando que as suas pesquisas não apontaram falhas em relação ao fluxo de transportes e emissões de poluentes por parte da Fibria. Nessa auditoria foram feitas somente recomendações de mitigações nas questões sociais.

A Imasul instalou uma rede telemétrica perto de Três Lagoas para aferir a qualidade do ar na região, baseada no índice do IQA criado pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos da América (EPA). A rede de monitoramento é capaz de simplificar os dados relativos dos poluentes atmosféricos, possibilitando a compreensão do público em geral. O órgão ambiental estadual disponibilizou um endereço virtual, para que a população pudesse acompanhar a situação em que se encontra o ar nas localidades próximas de Três Lagoas (área que tem a maior concentração de indústrias). Entretanto, o site não funciona e parece estar inoperante, conforme verificado durante essa pesquisa.

Sem dados precisos e sem um mecanismo de monitoramento da qualidade do ar em Três Lagoas, fica difícil verificar se as empresas estão cumprindo as normas ambientais. Além disso, são corriqueiras as queixas dos três-lagoenses a respeito de um forte odor vindo das redondezas onde essas indústrias de Papel-Celulose estão instaladas. Essa pesquisa encontrou diversas notas em jornais locais e regionais relatando os incidentes, bem como as reclamações



por parte da população. As empresas emitiram notas públicas negando que sejam responsáveis pelo mau cheiro. Do outro lado, o Imasul tem dificuldades em identificar de qual fábrica está vindo o odor a fim de coibir a ação via aplicação de multa. As empresas Fibria e Eldorado Celulose salientam que têm programas para detectar esses problemas, porém as queixas continuam.

Em suma, os planos de monitoramento da qualidade do ar no município de Três Lagoas apresentam graves falhas. É importante que haja mais esforços diante dessa questão que atinge diretamente a saúde das pessoas. Novamente, há poucas, para não dizer inexistentes, pesquisas e estudos de órgãos públicos sobre esse tema na região.

#### 4.3.4 – A CAPACIDADE DO ECOSSISTEMA EM ASSIMILIAR TODOS ESSES IMPACTOS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS GERAÇÕES FUTURAS

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul acolheu uma ação civil pública do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e manteve a decisão das empresas Fibria e Eldorado Brasil Celulose, pagarem R\$ 42.877.068,07 à título de compensação ambiental. A multa se deve aos processos de expansão dessas empresas na região, o que pode gerar impactos ambientais na proximidade das unidades fabris e nas zonas de influência. Por conseguinte, tanto a Fibria como a Eldorado firmou um Termo de Compromisso (nos autos do processo) se comprometendo a pagar o valor estipulado. A sentença também obriga o Imasul a empregar esse valor dentro dos limites territoriais do Município de Três Lagoas (MS) e nas Unidades de Conservação, em um prazo estipulado de 6 meses. Entretanto, o órgão estadual recorreu pedindo anulação da sentença, alegando que não foram analisadas todas as teses deduzidas, e mencionam que há existência de contradição no fundamento da sentença. A 1ª Câmara Cível julgou o recurso e acolheu somente a mudança do prazo do cumprimento da obrigação de fazer do Imasul, que passará para 12 meses (MP/MS, 2018).

Essa decisão foi proferida em julho de 2018 e ainda não se sabe se foi cumprida pelo Imasul. Essa pesquisa não encontrou nenhum documento público, atas oficiais, resoluções e informações disponíveis nos portais de transparência do estado de Mato Grosso do Sul, referente a tal assunto. Além disso, não foram encontrados estudos, pesquisas ou relatórios sobre impactos ambientais ocasionados pelas atividades industriais das empresas Fibria e Eldorado Celulose na região. Como também, há poucas pesquisas (teses e dissertações) nesse sentido. O que se tem são apenas estudos para obter o licenciamento ambiental e os certificados florestais. As empresas em seus relatórios anuais não fazem apontamentos a

respeito dos seus impactos diretos gerados em cada local onde estão inseridas as suas indústrias, somente apresentam uma série de comprometidos de políticas de responsabilidade socioambiental de uma forma geral.

Desse modo, se torna difícil mensurar a real situação em que se encontra o meio ambiente nessas redondezas, o que pode acarretar em sérias consequências para a população. Existem fortes indícios de que não está sendo realizada uma fiscalização correta por parte dos órgãos públicos diante da atuação dessas empresas na região. Em suma, isso acaba demonstrando que não estão sendo seguidos os preceitos de sustentabilidade, principalmente, no aspecto ambiental. Em vista disso, os impactos podem se agravar no futuro devido as ações cumulativas e, assim, será tarde demais para que o ecossistema consiga se adequar à todas essas transformações e degradações.

#### 4.4 – AS CONTRAPARTIDAS DAS EMPRESAS DE PAPEL-CELULOSE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TRÊS LAGOAS

Nesta parte analisamos a relação entre os atores públicos e privados (as empresas de Papel-Celulose) em Três Lagoas (MS), buscando identificar se existem projetos conjuntos que envolvem esses níveis para implementação de melhorias para o município. Também pesquisamos as contrapartidas e programas criados por essas empresas para estimular o desenvolvimento socioambiental na região. E, por fim, discutimos os interesses tanto do governo do Estado de Mato Grosso do Sul como da prefeitura de Três Lagoas para que essas empresas continuem atuando nessa região.

Três Lagoas conta atualmente com uma população estimada de 121.338 pessoas, sendo a terceira cidade mais populosa do estado de Mato Grosso do Sul (IBGE, 2019). Popularmente conhecida como “Cidade das Águas”, por conta de ser uma área com uma variedade de lagoas e próxima de grandes rios como o Paraná, agora é apelidada como “Capital Mundial da Celulose”, devido ao rápido crescimento desse setor nos últimos anos neste local.

A veloz industrialização de Três Lagoas não deu tempo para a elaboração de um planejamento estratégico para o município e nem de ordenar um plano de desenvolvimento sustentável de longo prazo, o que é de extrema importância (EY, 2016). É notável que todas essas mudanças foram bruscas em um período relativamente curto, dado que, as primeiras indústrias de Papel-Celulose instalaram-se nesta área entre 2009 e 2012 e, posteriormente, houve uma expansão de novas unidades. Isso proporcionou, também, a atração para vinda de

outras empresas que não são desse ramo, mas que, no entanto, por atuarem com a madeira de eucalipto, passaram a ver nesse ambiente uma oportunidade para aumentar os seus negócios. Os pontos tidos como atrativos da região, entre outros, são: sua proximidade geográfica com o Estado de São Paulo; abundância de água potável; e estar localizada perto de uma grande base florestal de eucalipto (Figura 3).

**Figura 3-** Localização do município de Três Lagoas (MS)



Fonte: GUIANET<sup>23</sup>

Contudo, por se tratar de um município, Três Lagoas ainda não tem uma certa autonomia financeira, dado que, uma parcela de suas receitas é composta pelas concessões de verbas do governo estadual e federal (BRASIL, 1988). Isso, acaba influenciando na fomentação de programas de desenvolvimento local, pois precisa ainda mais dos investimentos externos e do alinhamento entre os agentes públicos e privados para proporcionar melhores serviços sociais e ambientais para sua população. Ademais, esses são

<sup>23</sup> Disponível em: < <https://guianet.com.br/links/externos/mapa/101-mato-grosso-do-sul-ms>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

os principais atores (públicos e privados), envolvidos diretamente na cadeia de Papel-Celulose nesta região (figura 2):

**Figura 4** - Os principais atores públicos e privados que envolvem a cadeia de papel-celulose em Três Lagoas (MS)



**Fonte:** elaboração própria.

Posto isto, ainda não há um planejamento estratégico em Três Lagoas, o que se tem atualmente é um plano de ação com objetivo de promover a sustentabilidade através de uma iniciativa plural, suprapartidária, conduzida para introduzir a participação da sociedade civil rumo ao desenvolvimento sustentável - apoiando o município no estudo, na elaboração e na implementação dessa agenda. Tal projeto foi lançado em 2017 por intermédio do Programa de apoio à Gestão Pública, que é uma ação do BNDES com o Instituto Votorantim para a melhoria da infraestrutura local onde há operações da empresa. A iniciativa conta, também, como o apoio da empresa Fibria, do Instituto Arapyauá e da Caixa Econômica Federal.

A parceria entre público e privado realizou-se uma outra ação por meio de uma cooperação entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, prefeitura do município, Fibria, BNDES e Instituto Votorantim, para elaboração de um estudo - Diagnóstico de Competividade e Desenvolvimento Econômico Local de Três Lagoas (2016). A pesquisa foi realizada por Ernst & Young (EY) e teve o suporte da Iniciativa das Cidades Emergentes Sustentáveis (ICES). Dessa forma, essa é a quinta cidade do Brasil e a primeira que não é

capital de estado, a ser beneficiada pelo ICES. Essa colaboração dos níveis públicos e das empresas foi extremamente importante, pois o relatório produzido apontou pontos fundamentais, tais como: um potencial econômico não realizado em Três Lagoas, oportunidades de melhoria na infraestrutura local, necessidade de incremento no capital humano e no ambiente de negócios.

#### 4.4.1 – OS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS DAS EMPRESAS FIBRIA E ELDORADO BRASIL CELULOSE EM TRÊS LAGOAS

As empresas costumam investir em obras de infraestrutura para aumentar a sua competitividade, como também promovem projetos sociais nas cidades onde suas indústrias estão inseridas, dado que elas possuem uma capacidade de articulação com entes públicos e com a sociedade civil, assim como dispõem de força financeira para patrocinar obras e programas para o desenvolvimento local. Dentro desse contexto, a Fibria e a Eldorado Brasil Celulose, que apresentam grande rentabilidade em Três Lagoas, afirmam ambas possuírem iniciativas socioambientais que contribuem positivamente para o Município.

No site oficial da Fibria e no seu relatório anual, há todos os projetos que a empresa mantém atualmente. No entanto, é importante mencionar que a maioria deles é de abrangência nacional e poucos são os específicos para cada região do Brasil em que se encontram as suas unidades industriais. Como é o caso de Três Lagoas, dentro desse rol de programas, os que têm alguma especificidade com a sua localidade são apenas o Programa de Sustentabilidade Ofaié (PSO) e o Agente do Bem (Quadro 7).

## Quadro 7- Os projetos socioambientais da empresa Fibria que atingem direta e indiretamente Três Lagoas

### Rede Responsável

- é um canal criado com objetivo de arrecadar investimentos das organizações privadas, pessoas e de governos que queiram investir nas iniciativas socioambientais da Fibria. De acordo com a empresa, em dezembro de 2017 a arrecadação desse fundo atingiu mais de R\$ 19,2 milhões.

### Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT)

- Esse é um projeto que tem como finalidade incrementar a renda dos agricultores familiares. De acordo com a Fibria, desde 2012 (ano que o programa foi lançado) até os dias de hoje, já foram beneficiadas mais de 4 mil famílias nos estados da Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e São Paulo. O PDRT é dividido em três eixos: i) assistência técnica à produção, estímulo ao uso de tecnologias de baixo custo e ecológicas; ii) gestão de associações e redes; iii) orientação aos agricultores com os documentos necessário para que eles consigam ter acesso as políticas públicas..

### Projeto Colmeias

- Tem como objetivo incentivar a atividade apícola nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Bahia, a partir do aperfeiçoamento da cadeia produtiva do mel de eucalipto. Esse é um projeto da Fibria em parceria com associações e cooperativas de apicultores, oferecendo capacitação técnica no manejo das colmeias e na comercialização dos produtos.

### Programa de Sustentabilidade Ofaié (PSO)

- Esse é um projeto que visa fortalecer o relacionamento da Fibria com as comunidades indígenas próximas as suas unidades industriais. De acordo com a empresa, o programa já beneficiou mais de 30 famílias da aldeia de índios Ofaié no município de Brasilândia. Onde, apoiou a comercialização de peças baseadas no artesanato Ofaié, que passaram a ser comercializadas em lojas de São Paulo (SP) e do Rio de Janeiro (RJ), em 2017. Antes, esses produtos só eram encontrados na Casa do Artesão em Três Lagoas (MS).

### Sub-Crédito Social

- é um fundo de investimento criado para atender o desenvolvimento da infraestrutura local (cidades e município) em que se encontram as indústrias da Fibria. Segundo a empresa, esse fundo já investiu cerca de R\$ 11,7 milhões em obras de infraestrutura emTrês Lagoas, constituindo 1 casa de extração de mel, 92 poços semi artesianos, 39 salas de ordenas, 310 filtros biológico, 1 galpão de hortifruti, além de investimentos em projetos de saúde bucal e de educação de jovens e adultos.

### Agente do Bem

- Esse é um projeto instituído no final de 2015 através de uma parceria entre a empresa com a prefeitura de Três Lagoas (MS), que visa conscientizar sobre os riscos da exploração sexual infantil nos locais de grandes obras. Dessa forma, foi criado a rede cidadã para o enfrentamento desse problema e o incentivo do aperfeiçoamento dos agentes públicos para melhor atender os casos de violência sexual infantil.

É importante lembrar que o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) é um projeto de assessoria e capacitação técnica da empresa Fibria. A questão da ajuda financeira fica em encargo do governo brasileiro. A empresa apenas orienta os produtores rurais como proceder com os documentos necessários e os procedimentos legais para conseguirem acesso às políticas públicas. Não obstante, essa pesquisa não encontrou nenhum site oficial do programa e muito menos um contato próprio (telefone, e-mail). Também não há dados precisos a respeito do número de famílias inscritas atualmente no PDRT em Três Lagoas.

Em geral, a grande maioria das iniciativas sociais da empresa Fibria é realizada através de parceiras com órgãos públicos e com diversas outras empresas. Como, por exemplo: o sub-crédito social e a rede responsável são fundos que tem uma aglomeração de companhias além do BNDES e, no final, não dá para saber quem é o principal responsável por esses fundos. O mesmo acontece com o programa Colmeias: há uma variedade de instituições e empresas envolvidas, desde o Sebrae até associações e federações de produtores de mel. Em suma, não existe uma transparência sobre quantas são as pessoas sul-mato-grossenses atendidas pelas ações sociais da empresa Fibria. Durante a pesquisa encontramos apenas notas em jornais locais a respeito dos “eventos socioambientais” realizados pela empresa na região.

A Eldorado Celulose também afirma manter projetos e parcerias para promoção do desenvolvimento sustentável em Três Lagoas. É importante relembrar que a empresa só tem essa unidade de produção de celulose e os projetos que administra para o desenvolvimento do município ainda são vagos. Os programas que a companhia possui, são: Casa Sustentável e Programa Eldorado de Sustentabilidade (Quadro 8). O restante, são ações socioambientais e de conscientização ambiental da população local. Além disso, são poucos os projetos de ação direta por parte da Eldorado Celulose, se compararmos com as listas de programas da empresa Fibria, já apresentada.

## Quadro 8 - Os programas da Eldorado Brasil Celulose que atingem direta e indiretamente Três Lagoas

### Programa Eldorado de Sustentabilidade (PES)

- Esse é um programa que reúne a criação de centros de convenções e cultura, bibliotecas, auditórios para palestras, museu, aulas de educação ambiental e um espaço fazenda afim de atender as populações locais. Conforme salienta a Eldorado, dentro desse projeto se encontra o Programa de Educação Ambiental e Ações Sociais que já beneficiou mais de 1.500 alunos de cinco comunidades (Três Lagoas, Selvíria, Inocência, Água Clara e Aparecida do Taboado).

### Casa Sustentável

- Este é um projeto realizado em Três Lagoas que visa promover a educação ambiental no município, concientizando a população a fazer coleta seletiva nas suas casas. A Empresa afirma ter construído pontos de coleta na cidade e orienta os moradores sobre como fazer a separação correta do lixo. Os materiais recolhidos são transformados em cupons que podem ser trocados por cestas básicas em estabelecimentos comerciais. Para viabilização dessa iniciativa, a Eldorado realizou treinamentos nas associações de bairro, além de parcerias com governos municipais e escolas públicas.

### Projeto Amigos do Eldorado (AME)

- Este é um projeto que tem por objetivo propiciar ações que desenvolvam o voluntariado nas pessoas afim de empregar não somente os seus tempos, mais também, os seus conhecimentos em iniciativas socioambientais. A empresa salienta que esse programa teve início através de uma campanha de doação que contou com a participação de colaboradores, fornecedores e parceiros para arrecadação de livros, leite, fraldas e material de higiene para entidades assistenciais.

**Fonte:** Elaboração própria com dados extraídos do relatório da empresa Eldorado Celulose (2018).

Embora as empresas de papel-celulose analisadas nessa pesquisa apresentem em seus canais oficiais as políticas para o desenvolvimento sustentável nos locais onde desempenham as suas atividades industriais, no caso de Três Lagoas as suas contrapartidas sociais e de sustentabilidade ainda são rasas e genéricas. Visto que não encontramos durante a pesquisa nenhuma iniciativa ou projeto que vincule um plano futuro para o município por parte da Fibria e da Eldorado Brasil Celulose. Diante disso, indagamos: o que acontecerá com o local quando essas empresas fecharem as suas portas ou se mudarem para outra região?



#### 4.4.2 – O POSICIONAMENTO DAS EMPRESAS FIBRIA E ELDORADO BRASIL CELULOSE SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Agenda 2030 é conjunto de metas que orientarão os países, as organizações, a sociedade civil e as empresas rumo ao mundo mais verde e inclusivo até 2030. Para isso, foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelas Nações Unidas, a fim de estimular o cumprimento de políticas ecológicas e de maior inserção social e, assim, construir um futuro melhor para as pessoas.

A Fibria disponibiliza em seu site oficial a posição da empresa em relação os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>24</sup>, através de estrutura de questionário. Entretanto, não menciona quais são as suas medidas realizadas para cumprir esses objetivos. Em seu relatório anual oficial, a empresa apresenta o cumprimento de metas que podem ser correlacionadas com os princípios da Agenda 2030 (FIBRIA, 2016; 2017), quais sejam:

1. Atualizar e avaliar o atual cenário de relacionamento com partes interessadas, críticas e estratégicas, nos estados do Espírito Santo e da Bahia. Identificar, atualizar e revalidar os riscos e conflitos existentes, alinhando direcionadores internos e revisando as estratégias das áreas da empresa envolvidas;
2. Iniciar amplo diálogo sobre a questão fundiária quilombola no Espírito Santo, com a participação da comunidade e dos agentes oficiais;
3. Incrementar programas de uso múltiplo das florestas por meio de projetos silvipastoris em São Paulo e Mato Grosso do Sul;
4. Iniciar o processo de restauração em 1.729 hectares;
5. Mapeamento realizado dos serviços ecossistêmicos relevantes para as operações da Fibria no Brasil Estudo piloto de valoração de duas externalidades relevantes; Desenvolvimento da aplicação do nosso preço de carbono em projetos internos

Já a Eldorado Brasil Celulose não faz menção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em seus canais oficiais. A empresa somente afirma seguir um rol de políticas de responsabilidade socioambientais de padrão internacional, além de elaborar seus relatórios de sustentabilidade de acordo com o modelo proposto pelo *Global Reporting Initiative (GRI)*,

---

<sup>24</sup> Apêndice C.

que é uma organização internacional independente que ajuda as empresas, governos e outras organizações diante das questões socioambientais (ELDORADO, 2019), a saber:

1. Assegurar a competitividade do negócio com atuação socioambiental responsável;
2. Atender a legislação e requisitos relacionados à atividade da empresa em conformidade com os critérios estabelecidos pelo conselho de manejo florestal;
3. Inovar e desenvolver tecnologias que garantam à competitividade do negócio aliado a prevenção à poluição;
4. Fazer o uso sustentável dos recursos naturais e respeitar a biodiversidade local;
5. Contribuir para o atendimento da INDC brasileira nos itens de florestas plantadas e geração de energia proveniente de matriz energética de fontes renováveis;
6. Construir relacionamento ético e transparente com as partes interessadas;
7. Assegurar condições de trabalho com igualdade de direitos sem distinção de gênero, raça ou cor;
8. Proporcionar ambiente de trabalho motivador, fundamentado nos critérios de segurança e saúde do trabalhador;
9. Investir na qualificação dos profissionais e desenvolver a cultura de melhoria contínua em suas atividades.

#### 4.4.3 – O INTERESSE DO GOVERNO SUL-MATO-GROSSENSE E DA PREFEITURA DE TRÊS LAGOAS PARA QUE AS EMPRESAS DE PAPEL-CELULOSE ATUEM NA REGIÃO

Como vimos, a participação do governo de Mato Grosso do Sul foi importante para criar políticas com o intuito de atrair as empresas de papel-celulose para a região de Três Lagoas através de incentivos fiscais, flexibilização de leis ambientais e acesso a terra. Essa iniciativa faz parte de um plano do governo sul-mato-grossense para trazer novos investimentos econômicos para o estado. Conforme salientou o então governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, na cerimônia de inauguração da segunda unidade da Fibria, em Três Lagoas:

Isso é resultado do empenho do nosso governo em atrair novos investimentos e assim movimentar a nossa economia e gerar novos empregos. Não é à toa que Mato Grosso do Sul vem conquistando saldo positivo na abertura de novos postos de trabalho. As empresas estão procurando o nosso Estado porque a solidez fiscal e

administrativa dá segurança para se investir aqui (Portal do Estado de Mato Grosso do Sul, 2017<sup>25</sup>).

Isto posto, o governador deixa bem claro que a ampliação do parque industrial da Fibria, em parte, é devida aos esforços do governo estadual para criar um ambiente atrativo para que essas empresas atuem no estado. Essa medida adotada pelo governo tem como contrapartida o entendimento que as atividades dessas indústrias podem incrementar a economia sul-mato-grossense, impulsionando outros segmentos como o comércio, o setor imobiliário e de transportes, a produção de eucalipto, além de gerar novos postos de trabalho.

A prefeitura de Três Lagoas também segue a mesma linha de entendimento que o governo estadual. A prefeita do município na época, Márcia Moura, chegou a salientar que a Fibria e a Eldorado Brasil Celulose trouxeram um novo horizonte para Três Lagoas, movimentando a economia local, transformando a região em um polo industrial e atraindo novos empreendimentos, bem como assinalou:

O setor é de relevante importância, pois foi um marco de novos tempos para a nossa cidade e região. Com mais de R\$12 bilhões investidos nos últimos anos e anúncio de novos R\$ 15,7 bilhões para os próximos, o setor elevou o patamar e o alcance das indústrias do município, com isso, atraíram também novos empreendimentos em toda sua cadeia de consumo, aquecendo o comércio local em geral (Portal da Prefeitura de Três Lagoas, 2015<sup>26</sup>).

De fato, o processo de industrialização é visto muitas vezes como algo que possa trazer avanço tecnológico e desenvolvimento para uma cidade ou local, e foi nessa visão que os agentes públicos sul-mato-grossense enxergaram que a instalação das indústrias de papel-celulose em Três Lagoas resultaria em um investimento econômico, gerando empregabilidade, melhorando a infraestrutura local e atraindo novos negócios.

Notamos nessa pesquisa que é no aspecto financeiro que o complexo eucalipto-celulose-papel de Mato Grosso do Sul alcançou os melhores indicadores, sendo que o resultado econômico que mais chama atenção é a participação desse setor no incremento da balança comercial do estado. Em pouquíssimo tempo, desde que a Fibria e a Eldorado Brasil Celulose se instalaram na região, a celulose alçou o segundo lugar no ranking dos produtos que o estado mais exporta, ficando atrás somente da soja (SEMAGRO, 2019). Além disso, essa produção contribuiu para transformar Três Lagoas na principal cidade sul-mato-

---

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/com-incentivos-do-governo-do-ms-fibria-coloca-em-operacao-projeto-de-r-75-bilhoes/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/tres-lagoas-e-destaque-em-publicacao-voltada-ao-setor-de-celulose-e-papel/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

grossense exportadora, onde tem o setor industrial o que mais contribui para o seu PIB (SEMAGRO, 2019).

Os agentes públicos também viram nessas empresas de papel-celulose a possibilidade de trazer desenvolvimento socioeconômico para Mato Grosso do Sul, entretanto, essa pesquisa mostrou justamente um cenário contrário a isso. Tanto a Fibria como a Eldorado Brasil Celulose deixam a desejar no aspecto social e ambiental, já que a participação da população local dentro dessa dinâmica econômica ainda é relativamente baixa, sem contar que o município carece de uma melhoria na infraestrutura e no lazer. Já do ponto de vista ecológico, essas empresas vêm adotando práticas suspeitas em relação ao meio ambiente. Contudo, permanecem com as suas atividades sem nenhuma interferência ou fiscalização mais consistente dos órgãos públicos estaduais e federais.

Dentro desse contexto, a Imasul, que é um órgão estadual responsável pela fiscalização ambiental no Mato Grosso do Sul, tem papel um tanto omissivo em relação aos impactos ecológicos gerados por essas indústrias, visto que sequer realizou, até momento da realização dessa pesquisa, estudos ou levantamentos que apontam os riscos atuais e futuros dessa produção para o local. O órgão, apenas se limita à função de conceder as licenças ambientais para que essas indústrias operem na região, sem nenhuma contrapartida de monitoramento. Com isso, se eximem de suas responsabilidades e deixa um vácuo institucional numa falta de fiscalização ambiental mais séria em Três Lagoas, o que de certa forma pode acarretar em resultados negativos para a vida em sociedade e no bem-estar das gerações futuras.

Apesar disso, os governadores e os agentes públicos continuam defendendo que a Fibria e Eldorado Brasil Celulose seguem de acordo com os padrões internacionais e nacionais de preservação ambiental e responsabilidade social e, portanto, contribuem para o desenvolvimento local. É nítido que os interesses dos “homens públicos” estão alinhados aos interesses econômicos que vão contra uma agenda socioambiental: focam nos resultados financeiros alcançados por esse setor e fecham os olhos diante as possíveis ameaças de suas práticas comerciais em relação ao meio ambiente e a sociedade. Desse modo, podemos concluir que os interesses dos governantes são estritamente econômicos e não se importam em defender um desenvolvimento igualitário e verde para Três Lagoas, para eles, essa é uma questão de responsabilidade das empresas em oferecer – como se o mercado ao longo da história promovesse a proteção social e ambiental, sem se importar com os seus lucros em primeiro lugar.

Por conseguinte, é evidente que os níveis estadual e municipal têm a sua parcela de responsabilidade na não promoção de um desenvolvimento sustentável em Três Lagoas, bem como as indústrias de papel-celulose também tem. Isto é, se essas empresas não cumprem as medidas que estimulam a inclusão e o respeito ao ecossistema, é porque as suas atividades têm aval dos órgãos públicos cuja principal responsabilidade é de zelar pelo interesse público, pelo bem-estar e saúde da população e preservação da natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento e o processo de crescimento econômico no espaço global se deram de modo desregulamentado e desigual, dado que uma grande parte de países só conseguiram alcançar um crescimento econômico moderno depois da segunda Guerra Mundial. Ainda assim, restou uma outra parcela que permaneceu tendo as suas participações comerciais retidas sob jugo colonial. Os grandes ciclos de mudanças tecnológicas não atingiram o mundo de forma proporcional, de maneira que algumas nações conseguiram se estabelecer como líderes tecnológicos enquanto outras não. Contudo, um ponto em comum nisso tudo é que a maioria dos países do mundo se apoiou na exploração do meio ambiente para aumentar a sua capacidade produtiva e riqueza.

Por conseguinte, a expansão da economia mundial e o sistema produtivo que se estabeleceu no mundo seguiram em direção completamente oposta à preservação ambiental e a inclusão social. Dessa forma, os problemas socioambientais passaram a ser mais perceptíveis e, assim, adentraram no debate público e na agenda da política internacional, permanecendo até os dias de hoje.

O “Desenvolvimento Sustentável” surgiu como solução para resolver as mazelas e os problemas ambientais, através da adoção de práticas comerciais mais conscientes que respeitem os limites dos recursos naturais para as gerações futuras. Esse modelo de desenvolvimento foi construído por uma ordem dominante da política internacional, tem uma narrativa mais severa com as condições de produção e os impactos ecológicos gerados no Sul Global, e é compatível com o sistema capitalista. O que nos faz refletir: é possível conciliar o sistema de produção vigente com os princípios da sustentabilidade?

Sem dúvida a discussão sobre a possibilidade de se ter um “capitalismo ecológico” é um debate controverso. Porém, não podemos nos esquecer que a história já mostrou que o capitalismo tende a destruição ambiental e a crise. A economia mundial cria um grande número de famintos, pobres e miseráveis. No mais, esse modelo de desenvolvimento mais verde criado pela ordem dominante da política internacional sequer foi contextualizado adequadamente, pois é pouco específico e, às vezes, acaba sendo usado e entendido de diferentes formas em praticamente todo o mundo. Dessa maneira, o “Desenvolvimento Sustentável” passa a se tornar um campo cada vez mais importante na luta ideológica e política, bem diferente de uma defesa ecológica e social consistente.

No Brasil, os desafios e obstáculos são os mais diversos para que o país consiga seguir rumo ao crescimento econômico mais ecológico. Apesar de ter apresentado uma grande evolução diante das questões ambientais nos fóruns internacionais, evoluindo de postura intransigente (Conferência de Estocolmo de 1972), para uma postura mais flexível e aberta ao diálogo, ainda tem grandes dificuldades para romper com seu principal modelo produtivo assentado no agronegócio. Esse segmento domina a economia e a política brasileira. Dessa forma, o país não investe em um outro padrão produtivo mais sustentável, como também não realiza incentivos na área de inovação e educação.

Mais que isso, não existe um orçamento público para a promoção de políticas socioambientais no Brasil e a tendência é que a situação ambiental no país piore, pois o atual presidente, Jair Bolsonaro, adota uma política de negacionismo climático além de utilizar-se de um discurso, muito pautado na extrema direita, que vai contra uma agenda de preservação do meio ambiente - chancelando assim práticas econômicas que agridam o ecossistema.

A agroindústria vem surgindo como alternativa para uma incrementação industrial do agronegócio brasileiro e, dentro desse campo, o setor da celulose é um exemplo claro de agroindústria brasileira de alta capacidade tecnológica e produtiva. O Brasil é o segundo maior produtor de celulose do mundo, perdendo somente para os Estados Unidos (Ibá, 2019). Para ter alcançado esse patamar, as indústrias brasileiras desse setor investiram pesadamente nos conhecimentos adquiridos pela engenharia genética, para transformar o eucalipto em uma espécie comercial altamente resistente e com as qualidades de interesse, visto que a celulose brasileira vem da transformação dessa matéria-prima. Não obstante, os conhecimentos obtidos por essa ciência estão cada vez mais centralizados nas mãos dessas grandes empresas.

Dentro desse mercado, a região de Três Lagoas (MS) vem se destacando nesse segmento, e atualmente tem instaladas em seu território duas grandes empresas desse ramo, a Fibria e a Eldorado Brasil Celulose, que articulam, quase que sozinhas, um complexo produtivo em torno da madeira de eucalipto no estado. Essas empresas de papel-celulose possuem um vasto território para produção dessa árvore em Mato Grosso do Sul, seja na forma de arrendamento ou de propriedade própria - monopolizando esse território para uso exclusivo das suas práticas econômicas.

As empresas de papel-celulose desempenham grandes atividades comerciais em Três Lagoas. No entanto, os seus avanços econômicos não atingem positivamente a população três-lagoense e, muito menos, geram um desenvolvimento para o município. Três Lagoas permanece sem uma boa mobilidade urbana, e apresenta uma baixa infraestrutura de lazer e

turismo. Os projetos socioambientais dessas empresas para essa região são pouco específicos e não contribuem para uma maior inclusão social na dinâmica econômica do papel-celulose.

Na questão ambiental há fortes indícios de que possa estar ocorrendo contaminação do rio Paraná, bem como congestionamento do sistema viário local, ocasionados pelas atividades dessas indústrias. Tais suspeitas foram levantadas pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul e, até o momento da conclusão dessa pesquisa, os órgãos ambientais públicos estadual e federal (Imasul e Ibama) não se pronunciaram sobre o assunto. Além disso, são corriqueiras as queixas de moradores sobre um forte cheiro vindo das redondezas dessas indústrias, por mais que essas empresas atestem possuir mecanismos que coibam a emissão de odores na região.

Ademais, não existem relatórios e pesquisas realizados pelas instituições ambientais brasileiras, seja na esfera estadual, seja na federal, para aferir o impacto ambiental causado pela Fibria e pela Eldorado Brasil Celulose em Três Lagoas. O que se tem são apenas estudos feitos pelo Imasul, para que essas empresas obtenham o licenciamento ambiental para atuar no estado. Esses estudos são vagos e genéricos, tanto que sequer calcularam os impactos acumulados e futuros dessas indústrias na região.

Também não existe um planejamento estratégico de desenvolvimento sustentável em Três Lagoas, muito menos um plano futuro, caso essas empresas de papel-celulose fechem as suas portas ou mudem para outro lugar. O que se tem, atualmente, é um projeto de conscientização criado pela prefeitura em parceria com o setor privado, para promover um engajamento da sociedade civil com as questões socioambientais. Dessa maneira, podemos concluir, diante dos resultados alcançados por essa pesquisa, que as empresas de papel-celulose não contribuem para um desenvolvimento sustentável em Três Lagoas.

Em geral, ainda são vários os obstáculos enfrentados por esse modelo de desenvolvimento sustentável. No aspecto científico ele apresenta grandes dificuldades para ser aferido, sem dados precisos e uma fórmula exata - as pesquisas dentro dessa temática costumam ser exploratórias. Já no ambiente dos negócios acaba sendo utilizado como instrumento para legitimar as práticas comerciais das grandes companhias - servindo como um marketing verde. Isso se deve porque a sua conceitualização se deu através de conflitos e divergências no âmbito internacional. Em razão disso, enquanto não há consenso a respeito em âmbito internacional, a percepção sobre a ecologia que prevalece é *in loco*.

É fundamental que haja uma maior consciência coletiva sobre a importância de construir um mundo mais sustentável através da adoção de hábitos e consumos mais conscientes, e que privilegie a inclusão social. É preciso tentar melhorar o nosso atual sistema



de produção, e isso pode começar a partir do local onde cada um habita. Pois, assim como as guerras, os efeitos sobre o ecossistema também ameaçam a vida humana no planeta Terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento Sustentável: a Luta por um Conceito. Proposta: Experiências em Educação Popular Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 56, p. 5-8, 1993. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/S5D00013.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019.

\_\_\_\_\_, Sustentabilidade, Espaço e Tempo. Meio Ambiente: Questões Conceituais I. Rio de Janeiro: PGCA Riocor, 2000.

ALTVATER, Elmar. O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem. São Paulo: editora UNESP, 1995.

ARVIN-RAD, Hassan; WILLUMSEN, Maria José; WITTE, Ann Dryden. Industrialização e Desenvolvimento no Governo Vargas: Uma Análise Empírica de Mudanças Estruturais. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 27, p. 127-166, jan./abr. 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/116885/114420>>. Acesso em: 3 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FLORESTAS PLANTADAS - ABRAF. Anuário Estatístico da ABRAF. Ano base 2008. Brasília, ABRAF, 2009. 129 p. relatório. Disponível em: <<https://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF-2009-BR.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FLORESTAS PLANTADAS - ABRAF. Anuário Estatístico da ABRAF. Ano base 2012. Brasília, ABRAF, 2009. 142 p. relatório. Disponível em: <<https://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF13-BR.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 75320, 29 de janeiro de 1975. Criação do programa de desenvolvimento dos cerrados (POLOCENTRO). Diário das Leis. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/58843-dispue-sobre-a-criaauo-do-programa-de-desenvolvimento-dos-cerrados-polocentro.html>>. Acesso em: 05 out. 2019.

BANCO MUNDIAL. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasil, 2017, p. 160. Relatório. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. BNDES aprova financiamento de R\$ 2,3 bilhões para nova unidade de produção de celulose da Fibria, 2016. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-aprova-financiamento-de-r2-3-bilhoes-para-nova-unidade-de-producao-de-celulose-da>>

fibria>. Acesso em: 03 out. 2019.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. BNDES aprova financiamento de R\$ 2,7 bilhões para a Eldorado, 2011. Disponível em: <[https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20110606\\_eldorado](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20110606_eldorado)>. Acesso em 6 out. 2019.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. Revista Brasileira de Política Internacional Brasília, v. 47, n. 2, p. 100-130, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a04.pdf> >. Acesso em: 2 set. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200004>

BARROS, Manoel de. Livro das Ignoranças. Rio de Janeiro: editora Record, p.17, 1993.

\_\_\_\_\_. Retrato Do Artista Quando Coisa. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

BARROS-PLATIAU, A. F. O Brasil na governança das grandes questões ambientais contemporâneas. Brasília: Escritório no Brasil/IPEA, 2011 (Textos para Discussão). Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1558.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1558.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2019.

BOUVET, Jean Marc. "Les plantations d'Eucalyptus: évolutions récents et perspectives". Spécial Eucalyptus, L'association Silva, Paris, 1998.

BRASIL. Decreto nº 75320, 29 de janeiro de 1975. Criação do programa de desenvolvimento dos cerrados (POLOCENTRO). Diário das Leis. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/58843-dispue-sobre-a-cria-uuo-do-programa-de-desenvolvimento-dos-cerrados-polocentro.html>>. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Presidência da República. Relatório nacional voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Segov/ PR, 2017 (relatório de pesquisa).

BRASIL. Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior (MDIC). Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/balanca/comex-vis/uf/output/html/ms.html>> Acesso em: 22

jul. 2019.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores (MRE). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>> Acesso em: 22 jul. 2009.

BRASIL. Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74. Diário Oficial da União: Suplemento, Brasília, 17 dezembro 1971

BRASIL. Portal do Planalto. Entenda as principais regras do Código Florestal. Disponível em: <<http://legado.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2012/11/entenda-as-principais-regras-do-codigo-florestal>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012. Altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, que regula o Código Florestal Brasileiro. Portal da Legislação, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm)>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Relatório de Atividades 2017-2018. Brasília: Presidência da República, 2018. 80p. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatorio-cnods-2017-18>>. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 27 out. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm)>. Acesso em: 5 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012. Altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, que regula o Código Florestal Brasileiro. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm)>. Acesso em: 2 set. 2019

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Agência de Cooperação Internacional do Japão. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados. Estudo de Avaliação Conjunta - Relatório Geral, Nº 48. Brasília, janeiro de 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <[https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser\\_-\\_novo\\_desenvolvimento\\_e\\_a\\_ortodoxia.pdf](https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf)>. Acesso em: 3 out. 2019.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Relatório Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CALAÇA, Manoel. Territorialização do capital: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado. Ateliê Geográfico Revista Eletrônica, Goiana, v. 4, n.1, p.18-35, fev. 201. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/16680/10125>>. Acesso em: 02 out. 2019. <https://doi.org/10.5216/ag.v4i1.16680>

CASTRO, Gabriel. Três Lagoas, capital nacional da celulose. Veja, 13. mai. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/tres-lagoas-capital-nacional-da-celulose/>>. Acesso em: 8 out. 2019.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Com incentivos do Governo do MS, Fibria coloca em operação projeto de R\$ 7,5 bilhões. Portal do governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 29 ago. 2019. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/com-incentivos-do-governo-do-ms-fibria-coloca-em-operacao-projeto-de-r-75-bilhoes/>. Acesso em: 04 out. 2019.

COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CÚPULA DOS POVOS. Declaração Final da Cúpula dos Povos, São Paulo, 2012. Documento Final. Disponível em: < [http://www.saocamilopbr.pdf/mundo\\_saude/97/doc1.pdf](http://www.saocamilopbr.pdf/mundo_saude/97/doc1.pdf)>. Acesso em: 3 out. 2019.

DAVIDSON, JOHN. "Ecological aspects of eucalyptus plantation". Proceedings Regional Expert Consultation on Eucalyptus, v.1, p. 4-8, out. 1993.

DOS SANTOS, Theotônio, A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico, 2002. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409532/mod\\_resource/content/1/ateoriadadependencia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409532/mod_resource/content/1/ateoriadadependencia.pdf)>. Acesso em: 17 dez. 2018.

ELDORADO. Eldorado Brasil:Relatório de sustentabilidade 2018. São Paulo, 2017. p.42. Relatório. Disponível em: <<http://www.eldoradobrasil.com.br/img/Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%20018.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019

Eldorado Celulose é vendida para grupo Holandês por R\$ 15 bilhões, Campo Grande News, Campo Grande, 02 set. 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/economia/eldorado-celulose-e-vendida-para-grupo-holandes-por-rs-15-bilhoes>>. Acesso em: 8 out. 2019.

EMMANUEL, Arghiri. Unequal exchange: a study of the imperialism of trade. London: New Left Books, 1972.

Empresas se pronunciam sobre mau cheiro em Três Lagoas sobre mau cheiro em Três Lagoas. Perfil News. Três Lagoas, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/empresas-se-pronunciam-sobre-mau-cheiro-em-tres-lagoas/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ERNST&YOUNG (EY). Três Lagoas: Diagnóstico de competitividade e Desenvolvimento econômico local. Brasil, 2016. p.122. Relatório.

Fibria foi responsável pelo forte odor espalhado no ar. JP News. Três Lagoas, 27 set. 2009. Disponível em: <<https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/fibria-foi-a-responsavel-pelo-forte-odor-espalhado-no-ar/12833/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FIBRIA BRASIL. O processo de produção da celulose na Fibria. 2014. (5m49s). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=zlsN\\_Sw5oyM](https://www.youtube.com/watch?v=zlsN_Sw5oyM)>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FIBRIA. Case Fibria: Sustentabilidade em projetos sociais- Programas Colmeias. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/mel-e-produtos-das-abelhas/anos-anteriores/apicultura-32.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019

FIBRIA. Relatório Fibria 2016: Um novo horizonte para todos. São Paulo, 2017. p.62. Relatório. Disponível em: <<https://ri.fibria.com.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FIBRIA. Relatório Fibria 2017: uma floresta de oportunidade. São Paulo, 2018. p.84. Relatório. Disponível em: <<https://ri.fibria.com.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FIORI, José Luis. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. Novos Estudos CEBRAP, Rio de Janeiro, n. 40, p. 125-144, novembro 1994. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4072734/mod\\_resource/content/1/Fiori\\_o\\_no\\_cego\\_do\\_des\\_brasileiro%5B2%5D.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4072734/mod_resource/content/1/Fiori_o_no_cego_do_des_brasileiro%5B2%5D.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2019.

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo v. 2, p. 7-75, dezembro 1972. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/143264>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

FLOTO, Edgardo. El sistema centro-periferia y el intercambio desigual. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n. 39, p. 147-167, dezembro 1989. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11758/039147167\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11758/039147167_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 2 jun. 2019. <https://doi.org/10.18356/cb37199c-es>

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 28-46, jan./ mar. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572008000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572008000100002)>. Acesso em: 2 set. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572008000100002>

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo?. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 23, n.2, p. 403-428, mai./ago. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512013000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000200006)>. Acesso em: 15 out. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0103-63512013000200006>

Forte odor causa mal estar entre os moradores de Três Lagoas. Campo Grande News. Campo Grande, 29 set. 2009. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/forte-odor-causa-mal-estar-em-moradores-de-tres-lagoas-09-29-2009>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FÓRUM ECONÔMICO DA FGV, 2012, São Paulo. Anais ... Armando Boito Jr. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20%20Boito%20%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 1998

\_\_\_\_\_. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GARLIPP, José Rubens Damas. O agronegócio nas terras de Goiás. Economia-Ensaios, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 143-146, jul. 2005. Resenha. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/viewFile/1545/1371>>. Acesso em: 2 out. 2019.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Relatório Aterrizando uma Cometa: indicadores territoriais de sustentabilidade. Chile: CEPAL, 1998 (série de investigação).

HIRSCHMAN, Albert. The Strategy of Economic Development. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IMAFLORA. Resumo Público de Avaliação de Certificação 2015 do Manejo Florestal da: Fibria MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda. em Três Lagoas - MS. São Paulo, 2015. p.56. Relatório. Disponível em: <[https://www.imaflora.org/downloads/resumos\\_publicos/56714f5855e43\\_FibriaMSCERFLORFMcert15RPPOR.pdf](https://www.imaflora.org/downloads/resumos_publicos/56714f5855e43_FibriaMSCERFLORFMcert15RPPOR.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Imasul diz que redes de percepção de odor não funcionam. JP News. Três Lagoas, 9 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/imasul-diz-que-redes-de-percepcao-de-odor-nao-funcionam/62169/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE ÁRVORES - IBÁ. Relatório anual de 2017. [S.L], 2017, p.80. Disponível em: <<https://iba.org/eng/datafiles/publicacoes/relatorios/iba-relatorio-anual2017.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2019.

INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE ÁRVORES - IBÁ. Relatório anual de 2019. [S.L], 2019, p.80. Disponível em:< <https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/iba-relatorioanual2019.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2019.

Indústrias de Celulose de Três Lagoas se pronunciam sobre mau cheiro. Hoje Mais. Três Lagoas, 04 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/geral/industrias-de-celulose-de-tres-lagoas-se-pronunciam-sobre-mau-cheiro>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Perfil estatístico de Três Lagoas. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/tres-lagoas.html>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. INPE divulga dados sobre o desmatamento do bioma Cerrado, 2018. Disponível em:<<http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias/inpe-divulga-dados-sobre-o-desmatamento-do-bioma-cerrado>>. Acesso em: 04 out. 2019.

Justiça Federal determina que Ibama assumira licenciamento ambiental de empreendimentos em Três Lagoas (MS). Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 27 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/justica-federal-determina-que-ibama-assuma-licenciamento-ambiental-de-empresendimentos-em-tres-lagoas-ms>>. Acesso em: 12 dez. 2019.



KEYNES, John Maynard, 1930. Economic Possibilities for our Grandchildren. Disponível em: < <http://www.econ.yale.edu/smith/econ116a/keynes1.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

KNIEPER, Rolf. Nationale Sowveränität. Versuch über Endde und Anfang einer Weltornung. Frankfurt: [s.n.], 1991.

KUDLAVICZ, M. Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Funag, 2006. E-Book.

\_\_\_\_\_,. Conferências de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Funag, 2013. E-Book.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil- observações sobre o plano de metas (1956-1961). In: LAFER, Betty Mindlin (org). Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970. p. 29-50. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3691637/mod\\_resource/content/1/Lafer%20\\_%20plano%20de%20Metas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3691637/mod_resource/content/1/Lafer%20_%20plano%20de%20Metas.pdf)>. Acesso em: 17. dez de 2018.

LESSA, Carlos. O Plano de Metas - 1957/60. In: \_\_\_\_\_. Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo: Editora Brasiliense, p.27-117, 1981.

LIST, Friedrich. The National System of Political Economy. London: Longmans, Green, and Company, 1885.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. Caderno CRH, Salvador, v.26, p. 79-86, Jan./Abr. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a06v26n67.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>

Maior fábrica do Estado começa a operar em Três Lagoas. Portal da prefeitura de Três Lagoas, Três Lagoas, 1 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/maior-fabrica-do-estado-comeca-a-operar-em-tres-lagoas/>>. Acesso em: 04 out. 2019.

Mapa de Mato Grosso do Sul. Guianet. 15 nov. 2016. Disponível em:< <https://guianet.com.br/links/externos/mapa/101-mato-grosso-do-sul-ms>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Tradução de Marcelo Carcanholo, Uberlândia: Revista Latianamericana de Ciências Sociales, nº 5, junho 1973. Disponível em:<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod\\_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-)

%20exp.%20popular.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. [S.l.]: editora Zahar, 1848.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MEASURING SUSTAINABLE DEVELOPMENT - Report of the Joint UNECE/OECD/Eurostat Working Group on Statistics for Sustainable Development. New York/ Geneva: United Nations, 2008. Disponível em: <<https://www.oecd.org/greengrowth/41414440.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MENDES, Leticia; BELING, Romar Rudolfo; TREICHEL, Michelle. Anuário brasileiro da silvicultura. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2016. 56 p. relatório. Disponível em: <<http://www.abaf.org.br/wp-content/uploads/2016/04/anuario-de-silvicultura-2016.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2019.

MENEGUIN, Fernanda B.; VERA, Flávia Santinoni. Indicador de Desenvolvimento Sustentável. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/indicador-de-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MOREIRA, Helena Margarido. Meio Ambiente e Mudanças climáticas (2008-2015). In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; FLORENCIO, Sergio Abreu e Lima; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SILVA FILHO, Edison Benedito da (orgs). Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Brasília: FUNAG, 2018, p. 429-462.

O'CONNOR, James. Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction. *Journal of socialist ecology*, n.1, p.11-45, 1988. <https://doi.org/10.1080/10455758809358356>

\_\_\_\_\_. ¿Es posible el capitalismo sostenible?. Tradução de Guillermo Castro H. México: Papeles de POBLACIÓN, n. 24, p. 9-25, abr./ jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/pp/v6n24/v6n24a2.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

OLIVEIRA, Leandro Dias. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. *Carta Internacional*, v. 7, n. 1, p. 118 -139, 2012. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/54/36>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). The future we want. Documento final da Convenção das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: ONU, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf)> Acesso em: 02 Jun. 2019.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUNDANÇAS CLIMÁTICAS. Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse gas fluxes in Terrestrial Ecosystems. Nações Unidas, agosto de 2019. (relatório edição especial). Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/Fullreport-1.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

PALM, José Gabriel. Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Study of Concrete Situations of Underdevelopment?. World Development, v.6, n. 7-8, p.881-924, 1978. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(78\)90051-7](https://doi.org/10.1016/0305-750X(78)90051-7)

PELIANO, Anna Maria T. M. (Coord.). Prêmio ODM: o que se extrai da experiência brasileira? Brasília: Ipea, 2016. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4362/1/Relat%3%b3rio%20pr%3%aamio%20ODM%20Ipea%202016.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2019.

POULANTZAS, Nicos. Politischer Uberbau, Ideologie, Sozialistische Demokratie. Hamburg: VSA, 1978.

PALM, José Gabriel. Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Study of Concrete Situations of Underdevelopment?. World Development, v.6, n. 7-8, p.881-924, 1978. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(78\)90051-7](https://doi.org/10.1016/0305-750X(78)90051-7)

PELIANO, Anna Maria T. M. (Coord.). Prêmio ODM: o que se extrai da experiência brasileira? Brasília: Ipea, 2016. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4362/1/Relat%3%b3rio%20pr%3%aamio%20ODM%20Ipea%202016.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2019.

POULANTZAS, Nicos. Politischer Uberbau, Ideologie, Sozialistische Demokratie. Hamburg: VSA, 1978.

PÖVRY. Estudo de Impacto Ambiental: EIA/RIMA da expansão da unidade industrial Fibria. São Paulo, 2011, p.45. Relatório. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/56789881-Estudo-de-impacto-ambiental-eia-rima-da-expansao-da-unidade-industrial.html>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. Três Lagoas é destaque em publicação voltada ao setor de Celulose e Papel. 16 set. 2015. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/tres-lagoas-e-destaque-em-publicacao-voltada-ao-setor-de-celulose-e-papel/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

RESENDE, Luis Fernando de Lara. Considerações sobre os impactos dos objetivos de desenvolvimento da ONU no Brasil e no Mundo. In: Política Externa Brasileira em Debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008, FUNAG, 2018. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; FLORENCIO, Sergio Abreu e Lima; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SILVA FILHO, Edison Benedito da (org). Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Brasília: FUNAG, 2018, p.605-626.

Rede de Percepção de Odor registra reclamação de mau cheiro na cidade. JP News. Três Lagoas, 29 ago. 2017. Disponível em: < <https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/rede-de-percepcao-de-odor-registra-reclamacao-de-mau-cheiro-na-cidade/101421/>> .Acesso em: 20 dez. 2019.

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE A AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO PÓS-2015, 7., 2015, Brasília, Distrito Federal. Anais... Ipea, 2015.

RIMA. Estudo de Impacto Ambiental -EIA/ RIMA: Projeto de Expansão da Fábrica de Três Lagoas - MS. [s.l] [s.n]. p.91 Relatório. Disponível em: <[http://www.servicos.ms.gov.br/imasuldownloads/rimas/RIMA\\_ELDORADO\\_BRASIL.pdf](http://www.servicos.ms.gov.br/imasuldownloads/rimas/RIMA_ELDORADO_BRASIL.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso de encerramento da Rio+20, Rio de Janeiro, 22 de junho de 2012. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/4678-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-sessao-de-encerramento-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio-20>> . Acesso em: 4 out. 2019.

SACHS, Jeffrey D. A era do desenvolvimento sustentável. Lisboa: Conjuntura Actual, 2017.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004)>. Acesso em: 02 set. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004>

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Editora Campus, 1979.

SAQUET, M.A.; DANSERO, E.; CANDIOTTO, L.Z.P. (Org.). Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, p. 191-206, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E DE TRANSPORTE (SEOP). Programa de transportes e de Desenvolvimento sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2015, p.54. Relatório Executivo.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2017: ano base 2016. Campo Grande, 2017. p.105. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/Perfil-Estat%C3%ADstico-de-MS-2017-1.pdf>>. Acesso em: 10dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2018: ano base 2016. Campo Grande, 2018. p.101. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Perfil-Estat%C3%ADstico-de-MS-2018.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2019: ano base 2017. Campo Grande, 2019. p.101. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/Perfil-Estat%C3%ADstico-de-MS-2019.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2016: ano base 2015. Campo Grande, 2016. p.109. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Perfil-Socioecon%C3%B4mico-de-MS-2016-2.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Produto Interno Bruto Municipal 2010- 2016. Campo Grande, 2018. p.65. Relatório

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Produto Interno Bruto Municipal 2010- 2016. Campo Grande, 2018. p.65. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/PIB-Municipal-2010-2016.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Série Histórica PIB Municipal: 2002-2017. Campo Grande, 2017. p.80. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/S%C3%A9rie-Hist%C3%B3rica-municipal-2002-2017.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2019

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Série Histórica PIB Municipal: 2002-2016. Campo Grande, 2016. p.10. Relatório.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Série Histórica PIB MS: 2002-2017. Campo Grande, 2017. p.10. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/S%C3%A9rie-Hist%C3%B3rica-PIB-MS-2002-2017.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Carta de Conjuntura nº26 - janeiro de 2018. Campo Grande, 2018. p.5. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Setor-Externo-Dezembro-2017-2-1.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Carta de Conjuntura nº38 - Janeiro de 2019. Campo Grande, 2019. p.5. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Setor-Externo-Dezembro-2018.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Carta de Conjuntura nº38 - Janeiro de 2019. Campo Grande, 2019. p.5. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Setor-Externo-Dezembro-2018.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Carta de Conjuntura nº14 - Janeiro de 2017. Campo Grande, 2017. p.5. Relatório. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Setor-Externo-Janeiro-2017.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SILVEIRA, José Maria F. J. da; BORGES, Izaias de Carvalho e BUAINAIN, Antônio Márcio. Biotecnologia e agricultura: da ciência e tecnologia aos impactos da inovação. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 2, p. 101-114, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n2/v19n2a09.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000200009>

SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo, Abril Cultural, Col. "Os Economistas", 1983.

SMITH, Adam. An Inquiry into the Nature and Cause of the wealth of Nations (1776). Disponível em: <<https://eet.pixel-online.org/files/etranslation/original/The%20Wealth%20of%20Nations.pdf>> . Acesso em: 2 jul. 2019.

STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FUTOUSSI, Jean-Paul. Mis-measuring our lives: why GDP doesn't add up. New York: The New Press, 2010.

SYSFLOR. Relatório da avaliação fase 2 para certificação de manejo florestal e cadeia de custódia desde a floresta até a saída do produto da empresa. Curitiba, 2016. p.50. Relatório. Disponível em: < [http://www.sysflor.com.br/wp-content/uploads/2017/05/CER-Rel\\_FASE2-SUZANO-2013.pdf](http://www.sysflor.com.br/wp-content/uploads/2017/05/CER-Rel_FASE2-SUZANO-2013.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2019.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, José Luís (org). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1999.p. 449-489.

VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.62, n.2, p. 221-246, abr./jun. 2008. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402008000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006)>. Acesso em: 3 jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402008000200006>

VITAL, Marcos H. F. Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto. In: Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 235-276, dez. 2007. Disponível em: < [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/924/4/RB%2028\\_final\\_A.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/924/4/RB%2028_final_A.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2019.

APÊNDICE A - CONJUNTO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RELATÓRIO DA OCDE, UNECE E EUROSTAT (2008)

**Quadro 9** – A proposed small set of sustainable development indicators

<b>Indicator domain</b>	<b>Stock Indicators</b>	<b>Flow Indicators</b>
Foundational well-being	Health-adjusted life expectancy	Index of changes in age-specific mortality and morbidity (place holder)
	Percentage of population with post-secondary education	Enrolment in post-secondary education
	Temperature deviations from normals	Greenhouse gas emissions
	Ground-level ozone and fine particulate concentrations	Smog-forming pollutant emissions
	Quality-adjusted water availability	Nutrient loadings to water bodies
	Fragmentation of natural habitats	Conversion of natural habitats to other uses
Economic well-being	Real <i>per capita</i> net foreign financial asset holdings	Real <i>per capita</i> investment in foreign financial assets
	Real <i>per capita</i> produced capital	Real <i>per capita</i> net investment in produced capital
	Real <i>per capita</i> human capital	Real <i>per capita</i> net investment in human capital
	Real <i>per capita</i> natural capital	Real <i>per capita</i> net depletion of natural capital
	Reserves of energy resources	Depletion of energy resources
	Reserves of mineral resources	Depletion of mineral resources
	Timber resource stocks	Depletion of timber resources
	Marine resource stocks	Depletion of marine resources

Fonte: Relatório Measuring Sustainable Development, 2008, p. 10-11



## APÊNDICE B – NOTA OFICIAL DA FIBRIA SOBRE A EMISSÃO DE DEJETOS PELO SEU EMISSÁRIO DA EMPRESA NO RIO PARANÁ

### **31 de janeiro de 2018**

A Fibria esclarece que a turbulência e a espuma observadas no Rio Paraná, na saída do emissário de efluentes tratados da unidade industrial de Três Lagoas (MS), ocorreram em janeiro de 2018 e foram ocasionadas pela entrada de ar na tubulação, o que foi devidamente solucionado. A espuma não era prejudicial à saúde humana nem à fauna nem aos peixes. A turbulência também foi solucionada a época. As fortes chuvas que atingiram o Mato Grosso do Sul no mês de janeiro desse ano também causaram uma erosão do solo na região do canal pluvial da Fibria, levando parte da terra próxima da tubulação para dentro do rio Paraná, sem impacto no meio ambiente. A empresa já se mobilizou para refazer a estrutura. Todos os processos de produção da Fibria são devidamente monitorados e atendem aos padrões exigidos pelos órgãos ambientais na licença de operação da empresa.

## APÊNDICE C – A POSIÇÃO DA EMPRESA FIBRA SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

### **1) Considera que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas associadas como relevantes para a sua empresa?**

A Fibria acredita que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentam oportunidades significativas de liderança para as empresas e fornecem um guia para o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade impactantes através de toda uma gama de questões ambientais, sociais e financeiras.

### **2) Qual dos ODS influenciam ou afetam o desenvolvimento futuro ou as perspectivas de sua empresa respectivamente do setor em que você está fazendo negócios?**

Embora nós entendemos que, de alguma forma ou de outra a Fibria tem potencial para contribuir com quase todos os ODS, dado o setor em que opera, o seu negócio e seus valores, e o país em que atua, existem alguns ODS diretamente alinhados com a Fibria e que representam riscos e oportunidades relevantes. Estes são: 2. Fome zero, 15. Vida sobre a terra, 13. Combate às mudanças climáticas e 17. Parcerias em prol das metas.

### **3) Quais são os motivos específicos para esse impacto?**

#### **ODS 2 – Fome Zero:**

Nossos projetos sociais estão focados no desenvolvimento de nossas comunidades vizinhas mobilizando associações e redes, para o cultivo de diversos produtos agrícolas e criar pequenos animais. Através desta iniciativa, atualmente estamos contribuindo para aumentar a renda de mais de 5.000 famílias nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e São Paulo. O programa tem três diretrizes principais: assistência técnica aos agricultores; estímulo para o uso de tecnologias de baixo custo, com redução de impacto ambiental; incentivo e orientação para o acesso às políticas públicas, que aumentam as possibilidades de escoamento dos produtos. Crescimento de renda desde o início do programa tem sido entre 4 a 5 salários mínimos por família.

#### **ODS 13 - Combate às mudanças climáticas:**

A Fibria acredita que a solução para as alterações climáticas deve levar as florestas em consideração. Florestas naturais e de eucalipto da Fibria, juntas, mantêm um estoque de carbono de mais 18 milhões tCO<sub>2</sub>EQ. Dado o nível de importância que o clima tem para a empresa, ela se compromete com uma série de iniciativas relacionadas com o carbono, entre elas um preço sombra do carbono, um inventário de gases de estufa anual, a identificação de riscos e oportunidades geradas pela inclusão deste aspecto em processos de CAPEX, e a meta de duplicar o sequestro de carbono líquido em 2025 em relação a 2011. Anualmente, publicamos nosso relatório sobre o inventário de gases de efeito estufa, com resultados atualizados, resultados históricos e esclarecimentos sobre o nosso desempenho. Nosso estoque é assegurado de acordo com as normas ISO 14064 e o programa Brasileiro GHG Protocolo.

#### **ODS 15 - Vida sobre a terra:**

Como uma empresa de base florestal brasileira e líder mundial na produção de celulose de fibra curta, a Fibria gerencia uma área de 1.056.000 hectares, dos quais 363.000 destinam-se a conservação ambiental de espécies nativas. A Fibria gerencia florestas de forma sustentável, tendo uma perspectiva de paisagem para compreender os impactos sistêmicos na região. A Fibria também é signatária do Pacto Mata Atlântica, que se dedica à restauração do bioma mais ameaçado no Brasil, a fim de criar sinergias e resultados de grande escala, além de ser um parceiro do corredor ecológico do Vale do Paraíba, que promove a conexão entre a Serra do Mar e Serra da Mantiqueira.

#### **ODS 17 - Parcerias em prol das metas:**

A Fibria quer ser parte das soluções que constroem uma sociedade justa e sustentável. No entanto a empresa entende que os desafios do mundo são maiores e não podem ser enfrentados sozinho. Sempre que possível a Fibria busca parceiros em seus fornecedores, clientes, governos, ONGs, funcionários e outras partes interessadas, a fim de se envolver em um diálogo aberto e adotar soluções coletivas para os problemas em questão.

#### **4) Em resposta aos ODS e suas metas associadas, você já definiu as medidas estratégicas ou pretende fazê-lo no futuro?**

A fim de melhor compreender as interações e conexões de nossos negócios e os ODS, realizamos uma análise inicial que investigou o desempenho da empresa sobre os ODS, incluindo um exercício em 2015, onde a Fibria mapeou os ODS na sua estratégia, metas de longo prazo, indicadores GRI e materialidade em 2013. Desde então nós investigamos a

correlação entre a materialidade em 2016 da Fibria e os ODS, bem como o foco de nossos esforços para comunicar esta correlação mais claramente para nossos stakeholders no nosso relatório anual de 2016. Na verdade, o relatório pretende abranger diferentes grupos de partes interessadas e continuamente melhorar o acesso à informação através de conteúdo personalizado e interativo. A central de indicadores descreve tudo sobre os aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) categorizada por ODS, temas materiais (baseado na atualização feita em 2016), cadeia de valor e as subcategorias do GRI. O usuário é capaz de baixar, compartilhar nas redes sociais e escolher a sua preferência para visualização dos gráficos (por exemplo, gráfico de barras, gráfico de linha, etc.). Convidamos você a fazer uma visita à seção.

Este é apenas o começo de nossa jornada ODS e iremos continuar nos esforçando a dialogar com as partes interessadas e aprofundar as relações entre nossos negócios e os ODS. Acreditamos, verdadeiramente, que esse é o caminho para o desenvolvimento. Entendemos que assim se aproveita oportunidades potenciais e reduz os riscos. É simplesmente bom para os negócios. Também os avanços das nossas práticas de transparência e prestação de contas ao se comunicar de maneira mais eficaz com os nossos stakeholders fornecendo objetivos claros que alinham o nosso negócio para uma mais ampla agenda global com o desenvolvimento sustentável. Mas mais importante, nos provoca a melhorar continuamente as nossas práticas.

**5) Você acha que os ODS e suas metas associadas ganharão importância no futuro, tanto para sua empresa e/ou para o setor em que você está atuando e para a sua atividade econômica em geral?**

É evidente que os ODS e suas metas associadas ganharam importância nestes dois últimos anos. Desde seu anúncio, os ODS foram divulgados mundialmente e ajudaram as empresas a embasarem as suas estratégias de sustentabilidade e de negócio em uma agenda global. Acreditamos que seja coerente e necessário para os ODS continuarem a ganhar importância em empresas dentro e fora do nosso setor, bem como outros agentes da sociedade evoluem em seu trabalho e colaboração intersetorial sobre os ODS.

**6) O quanto as mudanças climáticas podem impactar as operações da Fibria no médio e longo prazo?**

Em um cenário onde cada vez menos os comportamentos históricos do clima e a falta de padrão de chuvas trarão segurança em relação ao futuro, o Centro de Tecnologia da Fibria

vem desenvolvendo estudos aprofundados e contínuos em nossas florestas a fim de antecipar cenários climáticos e aumentar nossa capacidade de proteger o capital natural da empresa. Temos plantios experimentais que buscam maior eficiência no uso da água. Cuidar de nossas áreas de plantio é essencial ao nosso negócio.

Com a recente escassez de água resultante de condições climáticas extremas, a pesquisa em Ecofisiologia florestal vem ganhando importância crescente, estimulando a Fibria a intensificar seu monitoramento meteorológico e expandir sua rede experimental. Atualmente, a Fibria conta com seis bacias hidrográficas intensamente monitoradas, desde a entrada de água pela chuva até a vazão do riacho. Um dos principais objetivos é melhorar continuamente o entendimento das interações entre a planta e o clima e a utilização dos recursos naturais.

Na área de proteção florestal, a Fibria tornou-se pioneira no setor florestal no uso da abordagem “Big Data/Análise Preditiva”, visando entender melhor o "distúrbio fisiológico do eucalipto" (DFE), o que resultou na implantação de um plano de ação desde o mapeamento de zonas de risco até o plantio de clones tolerantes, reduzindo substancialmente os riscos associados ao DFE.

Somos membros fundadores da Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura, iniciativa que reúne empresas da indústria florestal, de cosméticos e do agronegócio, associações setoriais e acadêmicas e as principais organizações civis de clima e meio ambiente para a promoção de uma economia de baixo carbono. Buscamos contribuir com o governo e estabelecer alianças de cooperação internacional que permitam avanços a um novo modelo de desenvolvimento econômico.